

DIEGO RODRIGUES BORGES

**O ATIVISMO CARTOGRÁFICO DO
COMITÊ SOS PROVIDÊNCIA**

– quando o morador de favela se torna cartógrafo –

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof.^a Luis Régis Coli Jr.

Rio de Janeiro
2024

CIP - Catalogação na Publicação

R559a Rodrigues Borges, Diego
 O ativismo cartográfico do Comitê SOS
Providência - quando o morador de favela se torna
cartógrafo / Diego Rodrigues Borges. -- Rio de
Janeiro, 2024.
 102 f.

 Orientador: Luis Régis Coli Jr..
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e
Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós
Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2024.

 1. Ativismo Cartográfico. 2. Comitê SOS
Providência. 3. Núcleo de Estudos em Geografia,
Relações Raciais e Movimentos Sociais. I. Régis Coli
Jr., Luis, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

DIEGO RODRIGUES BORGES

O ATIVISMO CARTOGRÁFICO DO COMITÊ SOS PROVIDÊNCIA

– quando o morador de favela se torna cartógrafo –

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovada em 05 de julho de 2024.

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
LUIS REGIS COLI SILVA JUNIOR
Data: 13/09/2024 15:07:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Luis Regis Coli (Orientador)
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ



Documento assinado digitalmente
FERNANDA ESTER SANCHEZ GARCIA
Data: 01/10/2024 13:25:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Fernanda Sánchez
Escola de Arquitetura e Urbanismo – UFF



Documento assinado digitalmente
RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS
Data: 12/09/2024 13:13:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Renato Emerson dos Santos
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos profs. Régis e Renato pela oportunidade e pelo apoio imprescindíveis. Sou muito privilegiado por ter convivido com esses mestres, que são para mim referência profissional e de vida de longa data. Muito obrigado!

À profa. Fernanda, por compor a banca e pelas contribuições ímpares. Uma sensibilidade que me permitiu enxergar do objeto suas minúcias, suas subliminaridades, essenciais para afastar maniqueísmos, e possibilitar, estrategicamente, a costura da crítica sobre o estado cotidiano.

Aos mestres do Comitê SOS Providência, que são, certamente, coautores desse trabalho: Hugo, Edilma e Alessandra. Obrigado pelos ensinamentos e acolhimento.

Aos colegas do NEGRAM pelos debates, ensinamentos e cervejas. Agradecimentos aos camaradas que estiveram nessa empreitada: Reginaldo, Thaís, Wlad e Stefany. Desta trupe ainda, tenho um agradecimento especial ao camarada Julio, parceiro desde a graduação, no qual seu apoio intelectual e de amizade foram e são fundamentais.

Aos colegas do IPPUR/UFRJ, mais especificamente da turma 2022, alunos, professores e funcionários, obrigado pelas trocas e por todo o aprendizado.

À Vânia do IPP e à rapaziada do OpenStreetMap Brasil que nos disponibilizou arquivos, materiais e registros cartográficos substanciais do Morro da Providência.

Aos diretores das escolas nas quais eu trabalho, pela consideração e constantes permissões para trocas de dias e horários: Mário e Danielle, Edmara e Victor e Aline.

À minha companheira Giselle pelo amor e leitura deste trabalho.

Ao meu filho Inácio.

RESUMO

A dissertação a ser apresentada faz uma análise do Ativismo Cartográfico do Comitê SOS Providência do Morro da Providência na cidade do Rio de Janeiro – organização social que se estrutura através de uma articulação entre quatro agentes sociais do Morro: Galeria Providência, Casa Amarela, Proviturismo e, Rio Memória e Ação. Apoiados no trabalho de assessoria técnica cartográfica do Núcleo de Estudos em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEGRAM-IPPUR-UFRJ), o trabalho desenvolveu quatro materiais cartográficos: automapeamento, recenseamento, cartografia social e, mapas temáticos digitais. Desta forma, os estudos e as relatorias dos mapeamentos tiveram como fundamental atenção a relação entre os processos de formação em cartografia com as práticas de produção dos mapas pelos moradores, isto é, de quando os moradores fazem da cartografia autoproduzida um novo canal de difusão dos seus ativismos. Destarte, observamos que a cartografia torna-se um objeto de disputa política a partir da sua manipulação por grupos sociais subalternizados sobre a sua produção. Um movimento qualificado pelo desempenho de raciocínios espaciais situacionais – de (re)pensar as situações, as práticas, as relações com/nos territórios – e por (auto)afirmações simbólicas, nos quais enfrentam a neutralidade político-científica e racial da cartografia tecnocrática/científica como versão única ou oficial da representação/discurso político por mapas.

Palavras-chave: ativismo cartográfico; Comitê SOS Providência; Núcleo de Estudos em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais.

ABSTRACT

The dissertation to be presented analyzes the Cartographic Activism of the SOS Providência Committee of Morro da Providência in the city of Rio de Janeiro – a social organization that is structured through an articulation between four social agents in Morro: Galeria Providência; Yellow house; Provitourism and; Rio Memória e Ação. Supported by the cartographic technical consultancy work of the Center for Studies in Geography, Racial Relations and Social Movements of the Institute of Urban and Regional Research and Planning of the Federal University of Rio de Janeiro (NEGRAM-IPPUR-UFRJ), the work developed four cartographic materials: self-mapping; census; social cartography and; digital thematic maps. In this way, the studies and narratives of the mappings had as their fundamental attention the relationship between the cartography training processes and the practices of map production by residents, that is, when residents turn self-produced cartography into a new channel for disseminating information. their activism. Firstly, we observed that cartography becomes an object of political dispute due to its manipulation by subordinate social groups over its production and use. A movement enhanced by the performance of situational spatial clarifications – of (re)thinking situations, practices, relationships with/in territories – and, by symbolic (self)affirmations, in which they face the political-scientific and racial neutrality of technocratic cartography /scientific as the single or official version of political representation/discourse through maps.

Keywords: cartographic activism; Comitê SOS Providência; Núcleo de Estudos em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Experiências em Cartografia Social.....	13
Figura 2 Mapa das 16 comunidades que integram o Complexo da Maré - RJ.....	44
Figura 3 Informações histórico-geográficas das favelas que compõem a Mar.....	45
Figura 4 Mapas de precisão da Maré (“Plantas”).....	47
Figura 5 Oficina prática de Autocartografia.....	50
Figura 6 Autocartografia de Manguinhos.....	50
Figura 7 Mapa dos índices da primeira onda de contaminação por Covid-19 na cidade do Rio de Janeiro.....	53
Figura 8 Mapa da evolução das contaminações e óbitos por Covid-19 na cidade do Rio de Janeiro.....	54
Figura 9 Mapa da predominância da ocupação da população negra na cidade do Rio de Janeiro.....	55
Figura 10 Parte do Resultado da coleta de dados a partir do Censo do CSOSP.....	61
Figura 11 Mapa de toponimização de logradouros do Morro da Providência na plataforma OpenStreetMap (OSM).....	69
Figura 12 Imagem do questionário do Recenseamento Popular a partir do instrumento de coleta Kobotollbox configurado nos smartphones dos MMs.....	69
Figura 13 Morro da Favela, 1965, de Heitor dos Prazeres.....	74
Figura 14 Mapa Morro da Providência: Visão dos Crias.....	81
Figura 15 Legenda – Mapa “Visão dos Crias”.....	83
Figura 16 Mapa do Complexo do Morro da Providência	84
Figura 17 Mapa de Cor ou Raça dos respondentes	84
Figura 18 Mapa dos tipos de logradouros de acesso aos domicílios.....	85
Figura 19 Mapa de renda dos respondentes.....	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Catálogo de Endereços da Maré.....	45
Tabela 2	Agenda da Oficina de Autocartografia.....	47
Tabela 3	Questionário censitário sobre os moradores do Morro da Providência produzidos pelo CSOSP.....	60
Tabela 4	Recenseamento Popular do Morro da Providência.....	67
Tabela 5	Questões provocativas.....	79

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	A CARTOGRAFIA EM DISPUTA	21
2.1	O mapa como instrumento de poder da modernidade.....	22
2.2	O pensamento crítico e a desconstrução política da cartografia moderna.....	30
2.2.1	Por uma cartografia “de fronteira”	36
3	EXPERIÊNCIAS DE ATIVISMOS CARTOGRÁFICOS.....	42
3.1	Guia de ruas da Maré.....	43
3.2	Cartografia social urbana: impactos do desenvolvimento e da violência institucional na vida das mulheres moradoras do Caju e de Manguinhos/Rio de Janeiro.....	48
3.3	Mapa Social do Corona.....	51
4	QUANDO O MORADOR DE FAVELA SE TORNA MORADOR DE FAVELA-CARTÓGRAFO.....	56
4.1	O Comitê SOS Providência ou o “Nós por nós”.....	58
4.2	A articulação entre CSOSP & NEGRAM.....	61
4.3	A formação e a prática cartográfica do Comitê SOS Providência: Censo Popular, Automaapeamento, Cartografia Social e Mapas temáticos digitais.....	65
4.3.1	Referências ao processo de formação e prática cartográfica no âmbito técnico.....	67
4.3.2	Referências ao processo de formação e prática cartográfica no âmbito político.....	70
4.4	Mão na massa – Cartografia Social “Morro da Providência: Visão dos Crias”.....	75
4.5	Mão na massa – Mapas Temáticos Digitais.....	83
5	CONCLUSÃO.....	92
	REFERÊNCIAS.....	98

1 INTRODUÇÃO

A cartografia, em tempo recente, tornou-se uma arena. Diante da sua manipulação por grupos sociais subalternizados, sobre a sua produção e uso, disputa-se a sua funcionalidade/finalidade política, assim como a sua linguagem. Uma concorrência em que interagem efeitos de poder sobre a produção de conhecimento, quando mobiliza, sobretudo, um tensionamento sobre a “opinião pública” a partir da inscrição da “opinião” e simbologia subalternizadas no mapa. Um processo qualificado pelo desempenho de *raciocínios espaciais* – de (re)pensar as situações, conjunturas, práticas, relações, desejos com/nos lugares – que engendra a luta por direitos e pela valorização de outras concepções culturais. Outro fator importante deste mapeamento é a denúncia/desmistificação da neutralidade político-científica e racial da cartografia tecnocrática como versão única ou oficial da representação por mapas, assim como a desconstrução sobre a própria simbologia convencional.

Esta forma de manifestação da crítica mediante o mapa, como veículo do discurso subalternizado que enfrenta processos de desterritorialização e de afirmação da diferença, compreendemos como *ativismos cartográficos*, como nos diz Santos (2011, p. 1):

as tecnologias de representação espacial vêm se multiplicando e tornando mais capazes e difundidas, num processo que reúne distintos tipos de usuários e produtores de tecnologia (p. ex, profissionais cartógrafos, geógrafos, e grandes empresas como a Google). Tudo isso dialoga com renovados debates sobre as representações espaciais que acreditamos tensionar a cartografia a partir de três eixos de debate: uso dos mapas como instrumentos em jogos de poder; possibilidades e limites da representação cartográfica (sobretudo, diante da complexidade de jogos políticos); e a denúncia da linguagem ou formação discursiva da cartografia como uma forma de saber-poder em disputa. Operamos com a ideia de que estes processos constituem um campo dialógico complexo e múltiplo, que propomos chamar “ativismos cartográficos”.

A cargo da disseminação de *softwares* produtores de mapas, temos a difusão de novos “usuários” nesta quadra. Um processo que interage novas possibilidades de representação do espaço com outras perspectivas simbólicas ancoradas na

experiência vivida e na sua relação e/ou re-ação com as “situ-ações”¹ nesse/desse espaço. Os novos cartógrafos podem agir de formas distintas e/ou contraditórias no processo de definição do que se quer discursar. A questão que se coloca nesta quadra é que, o que vai para o mapa é decidido pelos que produzem o espaço-lugar representado.

Em face do exposto, esta dissertação é embasada a partir de materiais de estudos sobre experiências de ativismos cartográficos feitos junto ao NEGRAM desde 2010. Coordenado pelo Prof. Renato Emerson Nascimento dos Santos, esses estudos se desenvolvem em um processo investigativo que inclui o levantamento de questões, sistematização e relatoria ancoradas nas seguintes categorias desenvolvidas pelo NEGRAM sobre as experiências: descrição; histórico; fontes de informação; localização; abrangência espacial; constituição dos atores; articulações; financiamentos; flexões cartográficas; usos da cartografia; relações com lutas sociais; textos da, sobre e/ou indicados pela experiência; além do registro de observações que as referidas categorias não compreenderiam.

Ademais, os estudos feitos no NEGRAM estão estruturados a partir de uma tríade analítico-metodológica que inclui a perscrutação do: *objeto*, do mapa em si, no qual apreciamos com mais atenção as flexões configurativas das convenções cartográficas; *processo*, as razões/questões que mobilizam o projeto, de buscar identificar sua metodologia na construção das temáticas, das reflexões entre os atores sobre o que mapear, quanto da relação e/ou protagonismo entre estes mapeadores – entre o grupo técnico e grupo/território objeto, que, inclusive, nos aproxima de outro conceito chave, o da *participação* –, e; *uso*, referente à finalidade política do mapa, sua exposição e repercussão social.

No Brasil, o número de análises, projetos e trabalhos associados à prática de ativismos cartográficos é crescente, nos quais consideramos materiais fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação o Projeto “Experiências em Cartografia Social” (Fig. 1), do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza, do Instituto

¹ O que caracteriza a pesquisa geográfica [...] é situar os dados num meio. [...] Essa localização acompanha a pesquisa de relações consideradas hoje como relações recíprocas e recorrentes, e também como relações insuficientes para explicar a totalidade dos dados. O conjunto dessas relações contribui para constituir uma situação. Uma situação é a resultante, num dado momento – que é por definição o momento presente, em geografia – de um conjunto de ações que se contrariam, se moderam ou se reforçam e sofrem os efeitos de acelerações, de freios ou de inibição por parte dos elementos duráveis do meio e das sequelas das situações anteriores. Esta situação é, fundamentalmente, caracterizada pela totalidade dos dados e fatores específicos de uma porção do espaço (GEORGE, 1966, p. 23).

de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ETTERN/IPPUR/UFRJ, 2008 In: ACSELRAD; COLI, 2008, pg. 25), que produziu o seguinte levantamento no ano de 2008:

Fig. 1 – Experiências em Cartografia Social

EXPERIÊNCIAS DE MAPEAMENTO PARTICIPATIVO SEGUNDO TIPOS AUTO-CLASSIFICADOS POR SEUS PROMOTORES		
Tipos	Número de casos	%
Delimitação de territórios / territorialidades identitárias	56	47,6
Discutir desenvolvimento local	15	12,75
Subsídio a planos de manejo em unidades de conservação	11	9,35
Etnozoneamento em terras indígenas	9	7,65
Educação ambiental	7	5,95
Planos Diretores Urbanos	6	5,1
Subsídio a planos de manejo fora de Unidade de Conservação	6	5,1
Identificação e demarcação de terras indígenas	3	2,55
Zoneamento em geral (não étnicos) ZEE, macrozoneamento etc.	2	1,7
Mapeamento por auto-declaração individual	1	0,85
Identificação espacializada de indicadores e equipamentos sociais	1	0,85
Gerenciamento de bacias hidrográficas	1	0,85
TOTAL	118	100

Fonte: Projeto "Experiências em Cartografia Social", IPPUR/UFRJ, 2008.

Fonte: Acselrad e Coli (2008).

Ainda segundo Acselrad e Coli (2008), três experiências de ativismos cartográficos participativos no Brasil tiveram grande destaque. Primeiramente, temos o “automapeamento” feito pelos seringueiros na região amazônica na década de 1980, no qual se objetivava a demarcação da territorialidade seringueira na floresta por meio da proposta de institucionalização de uma Reserva Extrativista. O automapeamento, representação espacial ancorada nas práticas territoriais dos seringueiros, associava diretamente a localização das espécies de seringueiras com as áreas que compreendiam as suas práticas espaciais, como as de moradia, caça etc., numa imbricação e abrangência socioespacial entendida como “colocação”. A cartografia das colocações, por sua vez, flexiona, de saída, a representação espacial ordenada na propriedade privada individualizada, pois sua estrutura considera de forma primeva, as práticas territoriais que se utilizam do espaço de forma familiar e não contígua. O automapeamento baseia-se, ainda, no registro de sobreposições de territórios entre os grupos de seringueiros diferentes ou de outras categorias de

povos da floresta, sem que isso signifique qualquer processo de desterritorialização de um grupo pelo outro. Ao contrário, as ocupações, ao se “colocarem” no espaço de forma fractal, inevitavelmente se atravessam, ou melhor, coexistem, logo, a sua cartografia já não pode ser confinada na intransponibilidade das linhas da cartografia moderna.

O automapa, nessa perspectiva, torna-se uma ferramenta de ação política, já que seu processo documenta/materializa as concepções identitárias e territoriais de um grupo e, a partir de então, comunica junto aos órgãos públicos o projeto da Reserva Extrativista (ResEx).

Este movimento pelo reconhecimento e permanência naquele território pelos seringueiros, sobretudo, frente à expansão da fronteira agrícola, revela uma importante estratégia de resistência ou, como expressada pelo movimento, de “empate”. Disputa-se o território também, dentre outras formas discursivas, através do mapa: (i) pela autoafirmação da territorialidade dos seringueiros, da sua relação de subsistência e de interdependência com a floresta, engrossando pautas pelo acesso jurídico à terra e o desfazimento da interpretação da floresta como um vazio demográfico; (ii) por denúncias de processos de desterritorialização, enfrentando projetos mercantis que comportam a floresta como um recurso produtivo e; (iii) pela desconstrução de narrativas conservacionistas que publicitam a floresta como um lugar reservado exclusivamente à fauna e flora.

A segunda experiência mencionada por Acseirad e Coli (2008) trata do trabalho desenvolvido pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, em meados da década de 1980, intitulado “Seminário-Consulta Carajás: Desenvolvimento ou Destruição”² – que, inclusive, resultou na obra de grande referência para o trabalho em tela, “Carajás: a Guerra dos Mapas” (Almeida, 1993). O Seminário-Consulta, não obstante, teve como centralidade a reunião e a cartografia da existência de comunidades tradicionais (comunidades indígenas,

² Assim, Almeida (1993), nos diz em “A Guerra dos Mapas”: “Um instrumento auxiliar de ação, de natureza cartográfica, capaz de possibilitar uma discussão mais aprofundada sobre o grau de intervenção dos aparatos de Estado e sobre a lógica das estratégias de poder adotadas na região oficialmente definida como a abrangência do PGC. Tal instrumento foi pensado como um recurso crítico à despolitização que caracteriza as polêmicas em torno do propalado zoneamento econômico e ecológico da Amazônia, chamando a atenção para os exponenciais níveis de disparidades no controle dos recursos naturais, para os índices alarmantes de concentração fundiária, para o controvertido processo de ‘desindustrialização’, para os elementos de urbanização forçada, para os recenseamentos compulsórios, para os antagonismos sociais e para o fenômeno da violência” (pg. 17).

camponesas, ribeirinhas, quilombolas, extrativistas etc.) que estavam sendo desterritorializadas pelo “amplo teatro de operações de exploração mineral” (ALMEIDA, 1993) do Programa Grande Carajás (PCG), dirigido pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – subvencionado pelo Estado brasileiro.

Conquanto, um dos primeiros processos de desterritorialização sofridos pelas comunidades tradicionais neste processo foi justamente sobre o viés cartográfico, quando mapas do PGC, ao representarem o território sobre as coordenadas exclusivas do empreendimento, não aludiam as territorialidades das comunidades, sobrepondo-as ao registro da regionalização³ econômica da localização dos minérios, ou a um vazio demográfico, ou a ação de um apagamento do mapa mesmo. De maneira oposta, o Seminário-Consulta, a partir da participação dessas populações, georreferencia o conteúdo de suas falas, das suas grafias (configurações materiais e culturais) espacializadas, em suma, as suas existências no mapa. Materializa-se assim um mapeamento/discurso político alternativo e divergente, “reinventando sobre o papel as *regiões* que já haviam inventado, livremente dos atos de autoridade dos aparatos de Estado e das imposições que lhe são coextensivas” (ALMEIDA *apud* ACSELRAD; COLI, 2008, p. 33). Abreviadamente, foi observado, com o Seminário-Consulta uma disputa político-territorial através do mapa, uma “guerra” amparada sobre diferentes representações espaciais do mesmo território, uma medição de forças entre narrativas cartografadas.

Para além, a partir dessa identificação/produção/invenção na carta sobre as configurações espaciais, materializadas pelos povos tradicionais frente ao zoneamento/planejamento do empreendimento mineral, o Seminário-Consulta foi a experiência pioneira que, posteriormente, embasou o Projeto Nova Cartografia Social. Ampliam-se, nesse trabalho cartográfico, mapas feitos por outros grupos sociais da região amazônica, com seus respectivos dilemas e conflitos, posicionando os sujeitos impactados e seus correspondentes antagonistas. Surgem, assim, junto à abrangência de novos sujeitos subalternizados da floresta, novas temáticas – por exemplo, relacionadas à religião, aspectos culturais, sexualidade, feminismo, ancestralidade, etc. – complexificando e multiplicando ainda mais a funcionalidade

³ O estatuto de “região” atribuído a Carajás possui o caráter, intrínseco a esta própria definição, de uma delimitação geograficamente arbitrária, de inspiração econômica e balizada juridicamente para assegurar a exploração de recursos minerais estratégicos, subordinando às suas diretrizes os demais processos produtivos (ACSELRAD; COLI, 2008, pg. 31).

dos mapas para denúncias, reivindicação por direitos e autoafirmação identitária. Neste projeto, a participação popular passou a ser ainda mais central na construção dos mapas, aumentando-se o investimento no âmbito técnico das oficinas e propiciando maior protagonismo dos atores, tornando-os de “participantes” para cartógrafos também. O ato de registro das grafagens espacializadas pelas comunidades tradicionais na carta, de conduzir suas expressões e concepções espaciais, culturais, locais, e, fazê-las convergir em documentos autênticos para a defesa de seus direitos – que mesmo elaborados junto à assessoria acadêmica –, corresponde às comunidades o protagonismo do ativismo cartográfico e a materialização de mais um canal de/para a luta.

A terceira e última experiência reportada pelos professores é o Projeto Mamirauá que, iniciado em 1992, no estado do Amazonas, sob o contexto participativo das comunidades tradicionais nos projetos de mapeamentos para a sua permanência legal no território, mobiliza junto ao governo federal uma nova categoria de Unidade de Conservação, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Entretanto, diferentemente das demais experiências, que se utilizam da cartografia como método primevo de autorrepresentação ou das reivindicações sob o ponto de vista dos movimentos sociais, o Projeto Mamirauá conforma a produção do seu “Mapa Oficial de Uso Sustentado dos Recursos Florestais do Setor” como uma “tecnologia de gestão social” – veremos a seguir mais discussões acerca desta classificação. Essa experiência tem como premissa projetos atrelados ao desenvolvimento sustentável, mas que, de toda forma, permitem a permanência das comunidades no território. Ou seja, seu princípio se funda em parâmetros de controle sobre o uso (práticas territoriais) das comunidades tradicionais no território (classificados como “Setor”) e o seu respectivo impacto ambiental. “(...) busca-se paralelamente incentivar o sentido comunitário do manejo florestal, levantar questionamentos, esclarecer dúvidas e avaliar o grau de interesse e envolvimento dos comunitários com relação ao manejo” (ACSELRAD; COLI, 2008, p. 34).

A RDS Mamirauá foi desenvolvida através de uma larga parceria política e financeira entre vários atores nacionais e internacionais, com objetivos em favor da produção de dados relacionados à condição da floresta e à construção de projetos preservacionistas nos quais a participação das comunidades tradicionais, como fontes de informação (conhecimento), são substanciais. Dessa maneira, há, de um lado, a garantia do uso do território pelos povos – uma conquista frente aos grupos

antagonistas locais – enquanto do outro suas práticas estão rigorosamente controladas por legislações que definem o uso (práticas territoriais) sustentável.

Em síntese, dois fatores se destacam como elementares para a nossa investigação sobre os ativismos cartográficos sob o viés crítico: a popularização dos dispositivos técnicos fazedores de mapas e a aproximação de cartógrafos criticamente engajados. Sobre o primeiro ponto, o surgimento e a disseminação de uma variedade de ferramentas informáticas para a produção de mapas, segundo Coli (2010), são uma das principais razões para a multiplicação dessas novas experiências – com suas diferentes temáticas, objetivos e discursos que escapam da detenção tecnocrática de se fazer mapas. O sociólogo considera, neste caminho, junto à diversidade de representações e simbologias permitidas nesses novos mapas, ou mapas populares, ou mapas não-tecnocráticos, o nexo de uma divisão política. Conceituado nos seus estudos como “objetos fronteira”, percebemos neste processo a desqualificação em definitivo de se interpretar a cartografia como um instrumento de uso exclusivamente estatal, com sua secular “edificação monolítica autônoma” (HARVEY e CHRISMAN, 1998 *apud* COLI *In*: ACSELRAD, 2010, pg. 97).

Sobre o segundo ponto, os atores aqui denominados cartógrafos sociais criticamente engajados são geralmente compostos por estudantes, técnicos, ativistas, universidades, ONGs, dentre outros, que podem se utilizar tanto da sua *expertise* para feitura como também da maior legitimidade institucional das entidades em que estão vinculados, corroborando para as populações apoios nos âmbitos técnico e político. Neste trabalho, estes cartógrafos estão representados pela assessoria técnica oferecida pelo NEGRAM/IPPUR/UFRJ, sob a perspectiva de que o conhecimento coproduzido entre o núcleo de pesquisa e os ativistas sociais da Providência compreende o entendimento dos quilombolas Garífunas de Honduras, que a conceituam como *sásamu*. Hale (2018, p. 305), conta sobre este debate e significação da referida comunidade sobre processos de produção de conhecimento durante uma experiência de cartografia social:

La discusión alrededor del *sásamu* comenzó con un tema aparentemente sencillo y desembocó en el meollo de la apuesta epistemológica de la investigación activista. ¿Cómo representar la autoría del estudio, dado que investigadores garífunas participaron y que los saberes vinieron, en última instancia, de las comunidades? Se consideró la posibilidad de que podía ser mejor presentar el estudio como producto de “expertos” de fuera, porque así daría más respaldo “científico” al reclamo territorial. Después de mucho debate interno, en el cual nosotros no participamos, decidieron que no: el

estudio tendría siempre el estatus de una co-autoría. Esta discusión se desarrolló en torno al término *sásamu* que – en mi entendimiento, de hecho, inicial – se puede traducir como “ciencia” en garinagu, el idioma garífuna, con un **significado que combina dos conceptos separados en las lenguas europeas: “saberes” y “bienestar de la comunidad”**. A diferencia de la ciencia occidental, que plantea el bien universal del conocimiento, *sásamu* entiende la “investigación” como ligada, en cada fase – recolección, interpretación y diseminación de los datos –, **al bienestar de la gente que proveyó la información**. Esa larga discusión, desarrollada por los protagonistas en su idioma, y después comunicada a nosotros en forma abreviada, giraba alrededor de una pregunta profunda: ¿nuestro estudio pretendía ser *sásamu* o simplemente ciencia occidental? No tengo respuesta satisfactoria, más que la de observar que ésta constituye una versión específica de una pregunta de fondo de la investigación activista: en un mundo saturado de relaciones coloniales, ¿hasta qué punto es posible un método de investigación descolonizada? (grifo nosso)

Contudo, o trabalho em tela tem como centralidade a análise do ativismo cartográfico do Comitê SOS Providência (CSOSP), a partir dos estudos do processo e dos mapas produzidos por esse sujeito coletivo junto da assessoria técnica com o NEGRAM. Estruturado sobre uma relação apoiada numa horizontalidade epistêmica, isto é, não possuem efeitos hierárquicos entre os saberes geográficos vernaculares e doutos (NACIF; NAME, 2013, p. 7), o trabalho se materializa no alinhamento de concepções políticas relacionadas à crítica sobre o *status quo* moderno-capitalista. Ademais, esse processo horizontal se desdobra em processos também de autocrítica ou tensionamento sobre esses próprios saberes críticos, vernaculares e doutos, permitindo assim maior profundidade comunicacional e de aprendizado e/ou transformação mutua entre as partes, acadêmica e popular. Sobre esse processo Hale (2018, p. 314) fala que:

A pesquisa ativista propõe estabelecer relações colaborativas entre pesquisadores pertencentes ao mundo acadêmico e intelectuais associados a um grupo organizado em luta. Embora este alinhamento possa ser entendido como um gesto de descolonização, pela valorização do conhecimento dos grupos que estão em luta, a sua ênfase principal é diferente. Em vez de uma descolonização prioritária das nossas categorias de análise, propõe-se colocar essas categorias e ferramentas de investigação ao serviço das lutas subalternas, promovendo o diálogo com outros saberes e submetendo ambos à crítica mútua.

Destarte, o que se estabelece entre o CSOSP e NEGRAM é uma parceria que culmina na materialização tanto da abertura de “um caminho alternativo para a produção do conhecimento científico, descentralizando este processo e colocando-o também nas mãos das populações locais” (CORREIA, 2007, p. 20), mobilizando a

partir de intenções e leituras espaciais críticas a criação de objetos temáticos cartográficos críticos, assim como, nos diz Tanaka *et al* (2022, p. 104), diante da influência e contribuição de grupos de assessorias técnicas aliados quando por meio de suas *expertises* e vínculos institucionais fortalecem politicamente os grupos subalternizados

Esse conjunto de agentes “externos”, que vem sendo denominados de “apoiadores”, por sua vez, atua diretamente no papel de legitimação técnica do produto do planejamento perante o poder público e perante a sociedade. São eles, muitas vezes, que vão conferir condições políticas para que grupos subalternos se vejam capazes de contestar decisões tomadas por grupos de poder que lhes ameaçam, abrindo espaços onde denúncias possam ser expressas abertamente e direitos reivindicados, sem medo de retaliações, e propostas alternativas possam ser consideradas e equiparadas às propostas “oficiais”.

Pautado sob essas contribuições, sob essas diferenciações, paradoxos e contradições, o trabalho se subdivide em quatro capítulos.

O segundo capítulo, “A Cartografia em disputa”, levanta o debate em relação à produção cartográfica em dois sentidos. Primeiramente, quando utilizada como um instrumento de poder, de formação e consolidação do pensamento e da simbologia eurocêntrica. E, por outro lado, a partir das contribuições do pensamento crítico, com destaque para o pensamento decolonial, a desqualificação da hegemonia eurocêntrica e, por tabela, dos degraus hierárquicos da sua natureza, quando a posicionamos num tempo e num lugar. Logo, buscamos reflexões de: como pensar/representar no/sobre/com o espaço mobiliza reflexões e encadeamentos entre o lugar físico, político e “epistêmico” (GROSFOGUEL, 2008) do ativista cartógrafo e, (ii) como a (auto)produção da representação espacial por cartógrafos moradores de favela é instrumentalizada como discurso crítico, como se coloca no debate político e quais as suas repercussões.

O terceiro capítulo, intitulado “Experiências de ativismos cartográficos” busca mencionar brevemente, a título de uma maior ambientação para o leitor sobre a temática em tela, três experiências de ativismos cartográficos *de/em* favelas. A primeira cartografia, o “Guia de ruas da Maré”, se configura por uma produção feita por agentes sociais da própria comunidade com o intuito de registrar por meio de mapas, todo o território, com informações sobre suas histórias de ocupação como de apontamentos sobre as suas demandas sociais e de infraestrutura atuais. A segunda experiência, “Cartografia Social Urbana das mulheres dos bairros do Caju e

de Manguinhos no Rio de Janeiro”, compreendendo diretamente o raciocínio espacial dessas cartógrafas, temos a concepção de temas que as implicam diretamente como: violências doméstica e urbana; transformações do território a partir de próteses urbanas definidas unilateralmente pelos órgãos públicos, como no caso das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP); infraestruturas pensadas pela comunidade para a comunidade; dentre outras. Por último, o “Mapa Social do Corona” que faz uma complexa análise da pandemia causada pela Covid 19 chamando a atenção para as desigualdades geográficas, sociais e raciais dos seus impactos na cidade do Rio de Janeiro.

O quarto capítulo, nomeado “O ativismo cartográfico do CSOSP” descreve e analisa os processos de recenseamento, automapeamento, cartografia social e os mapas temáticos digitais feitos pelo CSOSP com a assessoria técnica do NEGRAM, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). O capítulo trata justamente da relatoria das reuniões, das oficinas de cartografia, dos encontros relacionados à produção simbólica e temática, tendo como objetivo específico compreender esses contextos e relações de formação, tal como os efeitos políticos e simbólicos que o ativismo cartográfico dos moradores do Morro da Providência, ao se colocarem e se utilizarem do mapa geram, ou seja: quais tensionamentos estas práticas cartográficas condicionam à ciência e à política, à opinião pública e/ou à produção de uma opinião embasada na perspectiva dos moradores de favelas?

A partir de todos esses processos e reflexões e, fundamentalmente, por meio da análise dos mapas feitos, buscamos compreender e responder o fenômeno prenunciado no nosso subtítulo: quando o sujeito vira cartógrafo ou, mais precisamente, quando o morador de favela vira morador de favela-cartógrafo?

2 A CARTOGRAFIA EM DISPUTA

Argumentou-se que a cartografia muda a forma de como entendemos a geografia.

Graham Huggan

Lacoste (1988), há mais de cinquenta anos, denunciara a serventia dos mapas aos interesses das classes hegemônicas. Disse o geógrafo ser um instrumento que ratifica a concepção territorial dos que a concebem: cada grande soberano tem o seu geógrafo e seu gabinete de cartas, e estas são consideradas instrumentos indispensáveis de poder (p. 116). Esta paradigmática perspectiva geográfica crítica sobre o mapa contribui para a interpretação dessa ferramenta não ser uma neutra ou natural representação do espaço.

Consoante, analisando a expressão de “desencantamento do mundo” de Max Weber (2006) – na qual faz uma importante constatação sobre o movimento de universalização do paradigma “racional” sobre as formas de produção de conhecimento esteadas nos aspectos culturais, metafísicos ou *magnificados* –, Vianna Júnior (2009) nos diz que o recente processo de ativismos cartográficos críticos – reiteramos, de mapas produzidos e usados por grupos sociais historicamente subalternizados – tensiona necessariamente o esforço cientificista de ser o modelo de vida e de representação espacial total, desmantela a estrutura da racionalidade da modernidade e do modelo cartesiano que a serve de substrato. Do inverso, esta forma de ação crítica por meio dos mapas mobiliza o valor e a expressão da diferença, assim como a denúncia dos processos históricos de subalternização. Um processo, como o antropólogo bem conceitua, de “reencantamento” das formas de produção/raciocínio socioespaciais e dos mapas, por recuperar (disputar!), justamente, o aspecto subjetivo situacional das temáticas e linguagem cartográfica.

Esta é a perspectiva crítica sobre a cartografia que os ativismos cartográficos enfrentam e disputam a partir do seu prisma simbólico ancorado nas suas relações com o (seu) território. Questões deste tipo, disse Taylor (1994, p. 3), deixam muitos cartógrafos desconfortáveis e são raramente colocadas explicitamente na literatura cartográfica, até os dias atuais.

De maneira mais abrangente, Quijano (2010) chama a atenção para essas imposições gramaticais totalitárias/hegemônicas de conhecimento e de modelização

do imaginário – como vão se desdobrar como prática política e filosófica do eurocentrismo as convenções cartográficas – classificando-as de “colonialidade do saber”. O sociólogo apresenta, dentre vários efeitos desse aparelho de comando e controle, duas formas contundentes dessa categoria de poder e de dominação eurocêntrica: uma relacionada à imposição/inculcação do conhecimento europeu sobre o mundo, despojando as populações colonizadas dos seus saberes intelectuais e dos seus meios de expressão exteriorizantes ou objetivantes, reduzindo-as à condição de indivíduos rurais e iletrados; e, outra, referente a processos de hierarquização a partir da deslegitimação do conhecimento não-europeu quando o processo de substituição entre os conhecimentos mencionado não se efetiva, sendo imposta a hegemonia da perspectiva eurocêntrica nas relações intersubjetivas com os dominados.

A partir destas perspectivas este capítulo será desenvolvido: ora demonstrando os aspectos que consolidaram o paradigma da modernidade como a forma única ou oficial de se fazer mapas, e, mais profundamente, de se pensar espacialmente, modulando formas de representação; ora desconstruindo-a a partir de contribuições do pensamento crítico, enfrentando os processos desse engesso político-cultural sob o raciocínio, como provocando simbologias autorais vinculadas às práticas e vivências territoriais.

2.1 O mapa como instrumento de poder da modernidade

Usados de forma articulada pelos impérios coloniais europeus na Ásia, o censo e o mapa, analisa Anderson (2008), foram instrumentos preambulares para o conhecimento daqueles territórios e, por sua vez, para a afirmação das novas fronteiras e espoliação das suas riquezas. Entretanto, o ponto chave do processo colonial que o autor explora, concomitante às questões materiais, é a associação com os sistemas classificatórios provenientes desses instrumentos de pesquisa e representação, inicialmente documentais, mas com alto poder de controle político-cultural a partir da constituição discursiva de uma nova história que passa a ser contada/inculcada e naturalizada. Destaca-se, sem embargo, que a fundamental substância desta des-re-territorialização moderno-eurocêntrica advém dos efeitos da sua imposição simbólica – princípios da formação de um novo imaginário e da imposição de parâmetros sociais a partir de uma “etnorracialização”. Desta maneira,

o historiador conclui que os europeus na Ásia “construíam [através dos referidos “instrumentos”] seus próprios malaio”.

[...] fica evidente a peculiaridade do censo. Ele tentava contar minuciosamente os objetos da sua imaginação febril. Dadas a natureza exclusiva do sistema classificatório e a lógica da própria quantificação, um “cochinchino” tinha de ser entendido como um dígito numa somatória de “cochinchinos” reprodutíveis - dentro, é claro, do território do Estado. A nova topografia demográfica arrancou profundas raízes sociais e institucionais, conforme o Estado colonial aumentava de tamanho e multiplicava as suas funções. Guiado por esse mapa imaginado, ele organizava as novas burocracias do sistema educacional, jurídico, da saúde pública, polícia e imigração, que estava construindo sobre o princípio das hierarquias etnoraciais, sempre entendidas, porém, em termos de séries paralelas. A passagem das populações submetidas pela rede diferenciada de escolas, tribunais, clínicas, delegacias e departamentos de imigração criou “hábitos de tramitação” que, com o tempo, deram uma verdadeira vida social às fantasias anteriores do Estado (ANDERSON, 2008, p. 233).

Não obstante, Finol (2014) em sua análise sobre os processos sociais hierárquicos, identifica na racialização, na estereotipação fenotípica entre brancos e não-brancos, o ponto-chave da definição/distinção da materialização das escalas de valores implementadas pelo eurocentrismo. Entende este processo como a forma primeira de dominação e enunciação simbólica e, por conseguinte, o desdobramento fundamental para os sistemas de inculcações de significações. A demarcação entre o valor e o não-valor, segundo o semiólogo, é o corpo, quando conceitua todo esse processo de “corposfera”. A pele – continua o autor – é a maior “reguladora das estruturas proxêmicas”, “o primeiro órgão de intercâmbio significativo”, por isso, torna-se símbolo-imagem do racismo *a priori*, do pré-conceito. Deste modo,

segmentar el cuerpo es establecer los límites y fronteras de su geografía y, en consecuencia, dar sentido a sus espacios y micro-espacios, a sus texturas, lisuras y rugosidades, a sus blanduras y durezas, a sus colores y marcas, pero también a sus adornos, dibujos, a sus ruidos y a sus silencios, a sus adornos y desnudeces, a sus movimientos y también a su reposo (FINOL, 2014, p. 167).

Assim, como disse, com mais especificidade, Haraway (1995, p. 18),

este é o olhar que inscreve miticamente todos os corpos marcados, que possibilita à categoria não marcada alegar ter o poder de ver sem ser vista, de representar, escapando à representação. Este olhar significa as posições não marcadas de Homem e Branco.

Gonçalves (2020, p. 6), por sua vez, analisando os primeiros recenseamentos feitos no Brasil, expõe práticas apoiadas nesta superestrutura racializada eurocêntrica por parte do Estado há pouco mais de 70 anos:

O Censo de 1948 trouxe, ainda, proposições extremamente racistas, afirmando que pretos e pardos eram “hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição e mal ajustados às exigências sociais modernas” e chega a lamentar que as autoridades não levem em consideração medidas eugenistas “suscetíveis de melhorar a raça humana”. Essa posição reproduz o mesmo posicionamento racista e pretensamente científico de censos nacionais anteriores. Apesar do Censo de 1920 não ter pesquisado o quesito racial, em seu texto de introdução é assinalado que o Brasil atingiria a pureza étnica através da miscigenação e da imigração europeia e tal afirmação de branqueamento repete-se na introdução do Censo de 1940.

Destarte, a ordem racista dos recenseamentos tecnocráticos, ou como classifica Anderson (2008), da “topografia demográfica”, também é compartilhada e disseminada pelos mapas, com a sua característica topografia espacial. O mapa, inicialmente um “diagrama de orientação” e da simbologização das fronteiras, funcionaria, junto ao censo, como mais um mecanismo de reterritorialização da branquitude ou, do “branqueamento da imagem e da cultura do território” (SANTOS, 2017), impondo com mais força os novos/estrangeiros signos e significados às populações do mundo colonizado, conduzindo uma aculturação dos imaginários espaciais do mundo para o imaginário europeu:

Entre 1900 e 1915, as palavras tradicionais *Krung* e *muang* praticamente desapareceram [do vocabulário tailandês] pois imaginavam o território em termos de capitais sagradas e centros populacionais visíveis e descontínuos. No lugar delas, veio *prathet*, “país”, que o imaginava nos termos invisíveis de um espaço físico delimitado por fronteiras (ANDERSON, 2008, p. 238).

Com efeito, o mundo moderno colonial se estrutura e é estruturante a partir do mapa. O “mapa antecipava a realidade espacial e não vice-versa. Em outros termos, o mapa era um modelo para o que (e não um modelo do que) se pretendia representar [...] O discurso do mapeamento era o paradigma dentro do qual funcionavam e serviam as operações tanto administrativas quanto militares” (THONGCHAI, *apud* ANDERSON, 2008, p. 239).

Um dos períodos mais significativos da história moderna que exemplifica este processo, no qual o mapa é utilizado como um instrumento condicionador e determinante para a definição, demarcação e afirmação das supressões políticas,

sociais e territoriais, foi certamente o contexto do neocolonialismo europeu sobre a África (1880-1914). A partilha do território africano em prol dos projetos produtivo-econômicos europeus subordinou aquelas sociedades a partir da grafia das cartas. O mapa nesta conjuntura imperialista organiza e legitima tais ações, sob a imposição daquela concepção de tempo e de espaço geográfico:

Na Europa, as conquistas antecediam o desenho de mapas; na África, traçava-se primeiro o mapa e, depois, decidia-se o que iria ocorrer. Portanto, esses mapas não refletiam a realidade, mas ajudavam a criá-la. A natureza especial das fronteiras africanas é que elas não ratificavam o equilíbrio de poder *a posteriori*, mas o determinavam *a priori*” (WESSELING, apud BARBOSA, 2008, pg. 177).

O mapa moderno, enquanto instrumento de poder, serve às diretrizes políticas e para os desígnios territoriais dos seus produtores, não é “apenas uma das ferramentas básicas do desenvolvimento econômico, mas a primeira ferramenta a ser usada antes que outras ferramentas possam ser postas em trabalho”⁴. O mapa moderno é, no mesmo movimento, anúncio e convenção, documento que afirma uma racionalidade e uma/sua materialidade, univocamente. O mapa é um dos meios de legitimação do discurso, a maquete para as estratégias espaciais, o controle remoto para o governar.

Harley (2009, p. 10), utiliza o conceito de “censura cartográfica”, com o qual nos desilude ao afirmar ser o mapa um discurso posicionado politicamente. O cartógrafo afirma que, para a sua avaliação, junto às análises acerca da conformidade das suas configurações, temos as considerações sobre as filiações políticas dos seus produtores:

A censura cartográfica implica uma representação intencionalmente errônea que visa a enganar os usuários potenciais, geralmente aqueles considerados como oponentes do status quo territorial. Não se deve confundir com as supressões ou acréscimos relativos a um erro técnico, à incompetência, ou aos imperativos de tamanho ou de função. A censura cartográfica suprime dos mapas os elementos que, em geral, se deveria encontrar. (...) A imagem censurada marca os limites do discurso autorizado e as omissões intencionais impedindo a representação de certos elementos; daí as ausências, origem de mal-estares por aqueles que são intencionalmente esquecidos.

⁴ Organização das Nações Unidas – ONU, Department of Social Affairs, 1949, In. Noções Básicas de Cartografia – IBGE, 1998, pg. 9.

Quer sobre os pilares da cultura, quer pelos da técnica, a evolução da produção cartográfica como discurso do poder se sustentou, e se sustenta, pela e para a expansão e afirmação da história e cultura dos seus produtores. Como visto com o censo, para a manutenção reacionária da sua quotidiana europeização do mundo e da vida.

Assim é que, a partir do “marco zero” e do “topo da escalada civilizatória”, e tomando a própria cosmologia, ciência e tecnologia, forma de organização econômica e política como valores e regras universais, os europeus saíram a dividir o mundo entre ocidente e oriente, norte e sul, bárbaros e civilizados, tradicionais e modernos, criando novas identidades sociais, como “índio”, “negro” e “mestiço”, e recriando outras tantas. “Espanhóis”, “portugueses” e, mais tarde, “europeus”, que antes simplesmente indicavam origem geográfica, adquiriram, em relação a essas novas identidades, conotação racial (QUIJANO, 2005 apud PINTO et MIGNOLO, 2015, p. 388).

Do mesmo modo, Said (2008, p. 66-67) também nos demonstra como a colonização europeia inventa, sobre uma perspectiva facciosa, o que seria o colonizado, e, a partir, igualmente, do viés simbólico, modulam e modelam hierarquias culturais racializadas nas quais irão mobilizar os “pontos zeros” da História. Ou seja, estratégias de poder que avançam sobre um exercício para além da força material, mas através de uma historicização metropolitana ou da subalternização global do colonizado como conteúdo de uma (sua!) versão única de mundo:

O que importa aqui é que a Ásia fala por meio e em virtude da imaginação europeia, que é representada como vitoriosa sobre a Ásia, aquele “outro” mundo hostil do outro lado dos mares. À Ásia são atribuídos os sentimentos de vazio, perda e desastre que desde então parecem recompensar os desafios orientais ao Ocidente (...). É traçada uma linha entre os dois continentes. A Europa é poderosa e articulada: a Ásia está derrotada e distante. Ésquilo representa a Ásia, faz com que ela fale na pessoa da idosa rainha persa, mãe de Xerxes. É a Europa que articula o Oriente. **Essa articulação é a prerrogativa não de um marionetista, mas de um genuíno criador, cujo poder de dar vida representa, anima e constitui aquele espaço** além das fronteiras que sem isso seria silencioso e perigoso. Há uma analogia entre a orquestra de Ésquilo, que contém o mundo asiático tal como o autor o concebe, e o invólucro culto da erudição orientalista, que também manterá sobre a vasta e amorfa prostração asiática um escrutínio as vezes solidário, mas sempre dominador. (grifo nosso)

Nesse sentido, Gramsci (2011) assinala que, para compreendermos um processo de dominação e/ou hierarquização social, ou mais especificamente, a hegemonia, é necessário considerar junto aos aspectos econômico e/ou militar, o

“terreno político”, os elementos referentes da “direção” dos aspectos “intelectuais e morais” da sociedade. Por isso, tanto o censo quanto os mapas modernos consistem em instrumentos, para além de reprodutores da concepção de mundo que representam, de alfabetização, produzindo e ajustando o conhecimento segundo a sua simbologia intrinsecamente associada às suas intenções políticas. Do mesmo modo, a hegemonia não se denomina somente como um fenômeno inculcado, pois inclui, sobremaneira, a participação da sociedade “alfabetizada” na atuação desses valores.

As convenções cartográficas, por exemplo, tornam-se conceituações de/para a formação de uma *opinião pública* ou para as “fantasias do Estado”, logo, é ao mesmo tempo embasamento de um posicionamento político. Quando a cultura do grupo dirigente é aprendida e praticada pelo grupo dirigido se observa a conclusão da consensualidade característica da condição hegemônica, como bem nos disse Miller (2012, p. 71)

O poder não é tanto uma questão de impor restrições aos cidadãos quanto de “inventar” cidadãos capazes de suportar um tipo de liberdade controlada. A autonomia pessoal não é a antítese do poder político, mas um termo-chave em seu exercício, com muito mais razão porque a maioria dos indivíduos não é meramente súdita do poder, mas desempenha uma função em suas operações.

Com outras palavras, Collins (2019, p. 3), analisando as reflexões de Negra Pauli Murray sobre as influências na formação e reprodução do pensamento patriarcal e racista sobre as mulheres negras nos EUA, diz:

Um sistema de opressão extrai muito de sua força da aquiescência de suas vítimas, que aceitaram a imagem dominante de si mesmas e são paralisadas por um sentimento de desamparo. As ideias e ações das mulheres Negras norte-americanas forçam a repensar o conceito de hegemonia, a noção de que a objetificação da mulher Negra como o Outro é tão completa que nós nos tornamos participantes voluntárias na nossa própria opressão.

Ou também, como expõe Larkin (1981, *apud* SANTOS, p. 470) quando aponta para os processos de formação e racialização da opinião pública na colônia sobre os valores dos colonizadores,

antes de chegar à recusa do elemento físico, do ‘fenótipo’, houve obrigatoriamente o repúdio de um povo na íntegra, com sua civilização, sua religião, história e sociedade. O rechaço do fenótipo é meramente um

sintoma, desenvolvido como a expressão social externa de uma ideologia racista muito mais abrangente. (...) Uma vez que entendemos isto, notaremos que o ideal da 'fusão', ditado por uma compulsão social de tornar brancas as populações não-brancas, é uma manifestação plena da ideologia do supremacismo branco e não de um 'preconceito' puramente estético.

Bourdieu (1997), igualmente, observa uma relação intrínseca entre o que conceitua como “estruturas mentais” e as articulações para/da dominação do grupo hegemônico que se utiliza do Estado, classificado como “caráter nacional”. Estruturas que mobilizam e são mobilizadas, fundamentalmente, pelas formas de Educação. A universalização dessa Educação é um ato imprescindível para o “reconhecimento universal da representação universalista da dominação” que, segundo o sociólogo, se configura no escopo para a constituição do poder simbólico, capital essencial para a produção/legitimação da “inculcação” dos valores (jurídico, militar, econômico, religioso, cultural etc.) sociais, no qual desdobra-se numa “orquestração imediata de *habitus*”, de formas segmentadas socialmente (de classe e raça) de performatização. Se não se encontra quaisquer símbolos num dado espaço do mapa, se ele está vazio, entende-se, de imediato, estar vazio também na realidade.

Em suma, o grupo social hegemônico, “inculca de modo universal” seu “histórico comum” constituindo assim um “mundo do senso comum”. Com isso, Bourdieu (1997) ressalta que a assimilação/cognição desse “mundo”, dessa “estrutura social”, os dominados, para além de realizar uma submissão ou consciência sobre uma ordem, são produtos, mas também co-autores dessa ordem aprendida,

A submissão à ordem estabelecida é produto do acordo entre as estruturas cognitivas que a história coletiva (filogênese) e individual (ontogênese) inscreveram nos corpos e nas estruturas objetivas do mundo ao qual se aplicam: a evidência das injunções do Estado só se impõe de maneira tão poderosa porque ele impôs as estruturas cognitivas segundo as quais é percebido (BOURDIEU, 1997, p. 117).

Harley (2009, p.3) também toca nesse ponto quando argumenta sobre o totalitarismo, sobre a modelização da representação do espaço a partir da simbologia europeia. Apresenta que “a interpretação dos mapas “implicam habitualmente o estudo de suas “características geográficas” sem indicar como, enquanto forma manipulada do saber, eles [europeus] contribuíram para moldar

estas características”. A produção do mapa, nesta perspectiva, resume-se aos moldes da visão e das normas cartesianas. Naturaliza a concepção representacional do espaço, engessa a visão de mundo, enquadra o raciocínio.

É nesta perspectiva que Bourdieu (1997) vai discorrer que a ordem simbólica está intimamente relacionada com *um* mundo objetivo, e, dessa forma, torna-se inteiro o processo de dominação, subjetividade e objetividade, nas quais retroalimentam, consciência e inconsciência, “é esse acordo pré-reflexivo que explica a facilidade, de fato espantosa, com que os dominantes impõem sua dominação” (p. 118).

Destarte, Costa (1996), a partir dos estudos e constatações sobre a consideração que os moradores de favelas têm nos recenseamentos feitos pelo governo brasileiro historicamente, reafirma a contundência da produção de pré-conceitos e de imaginários subalternizantes, na qual os grupos hegemônicos se utilizam para a manutenção do seu *status*. Percebe-se que, na realidade, esses instrumentos de medição e representação populacional são diligências de/para essa gestão, e destaca-se, por exemplo, que ao limitar o número de moradias e o aspecto da construção, a definição além de ficar imprecisa e subjetiva, não considera a evolução da favela até hoje (COSTA, 1996, p. 30). Assim, a autora sublinha ser o censo uma contundente ferramenta de expressão, construção e consolidação de cognoscibilidades, de um cotidiano a partir do paradigma do grupo que produz e se utiliza desses aparelhos, mobilizam categorias de educação que edificam e preservam o *status quo* moderno-colonial.

Os métodos e os produtos modernos de pesquisa do recenseamento, assim como os da cartografia tecnocrática funcionam, nesta perspectiva enviesada, para diagnósticos que visam ações de comando e controle, ora mobilizando/publicizando uma simbologia e sua coerente ideologia, ora sendo retroalimentados pelo corolário consequente dessa (in)formação disseminada, inculcada, aprendida e reproduzida. Remata-se, assim, o processo formativo moderno-colonial a partir da generalização de uma epistemologia, de um pensamento, da naturalização da sua/una opinião, desfazendo, por tabela, quaisquer questionamentos – políticos, sobretudo – dos referidos aparelhos (e sua gramática simbólica) de representação, pois, logo, o desqualifica remetendo-os a um trabalho contaminado ou com intenções partidárias. Em outros termos, Costa (1996, p. 30) complementa dizendo que esse modelo demonstra que os conceitos e preconceitos relativos à favela, interiorizados por

todos, são muito influenciados pelo senso comum, dificultando a absorção das transformações ocorridas e formalização de um conceito de base técnico-científica operacional. Ou seja, esse modelo e metodologia de recenseamento – assim como a cartografia – sem quaisquer ilusões, funcionam para nada diferente e de forma primeva como um instrumento de guerra.

2.2 O pensamento crítico e a desconstrução da cartografia moderna

A modernidade se constitui a partir de um amplo processo de desterritorialização⁵ – ou como vimos e, preferiu Weber (2006), de desencantamento – do mundo através de uma imposição e centralidade da perspectiva (reterritorialização) europeia. A mercantilização das relações sociais e econômicas se impõe e a diferença passa a não ser mais legítima. Conjunta à espoliação dos territórios colonizados está a padronização do pensamento, na qual se estrutura o poder simbólico eurocêntrico representado nos mapas e a segmentação entre o seu valor e demais valores, uma definição intencional sobre o que é cartografado e não.

A cartografia, desta forma, consolida-se como um importante instrumento dessa padronização. Ela opera de modo metódico com suas convenções a uniformização das formas de ver e pensar o espaço e, por consequência, a maneira com que as sociedades tendem a se relacionar com seus respectivos territórios. Convencionam um cotidiano em que se transpõem e se modelam a diversidade de entendimentos e de visões de mundo, uma condução para com as cognoscibilidades, significações, sociabilidades e suas concernentes representações para *uni verso*. A cartografia é estruturada e estruturante do mundo moderno-colonial.

Essa desreterritorialização exercida pelo paradigma moderno, percebemos, conduz à diversidade de epistemologias para um sistema mundo ancorado na intencionalidade e linguagem de uma filosofia subalternizadora do outro, ancorada na articulação entre uma economia baseada na exploração ininterrupta dos bens naturais, numa hierarquização racializada do corpo e no ajuste da subjetividade.

⁵ Se utilizando do conceito deleuziano sobre um viés mais geográfico do que filosófico, Haesbaert (2008, p. 312) nos diz ser a desterritorialização um fenômeno de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural.

Acionado a fórceps pela formação e totalitarização do pensamento branco, o processo histórico-geográfico das representações do mundo promove e é promovido. Ramos (1995, p. 175), fala sobre essa dobradiça na qual o eurocentrismo se assenta:

Para garantir a espoliação, a minoria dominante de origem europeia recorria não somente à força, à violência, mas a um sistema de pseudojustificações, de estereótipos, ou a processos de domesticação sociológica. A afirmação dogmática da excelência da brancura ou a degradação estética da cor negra era um dos suportes psicológicos da espoliação. (...) Nas sociedades coloniais, o **ethos**, a **norma**, são inculcados de fora para dentro, isto é, não chegam a formar-se como produtos dos fatores endógenos de tais sociedades. As sociedades coloniais, em sua estrutura total, são regidas por critérios heteronômicos, principalmente a sua economia como a sua psicologia coletiva. A **norma** e o **ethos** que lhes são impostos não traduzem ordinariamente a sua imanência. Como adverte Georges Balandier, estas sociedades estão afetadas por um estado crônico de crise e, em grau maior ou menor, devem ser consideradas como sociedades doentes ("sociétés malades"), a pesquisa de suas normas coincidindo com a pesquisa de sua auto-regulação. (grifo do autor)

Dessa forma, o eurocentrismo se pseudojustifica justamente na sua relação com o outro. A sua epistemologia que se autoafirma ser a totalidade espaço-temporal, a "*hybris del punto cero*" (CASTRO-GOMES, 2007), não é composta de um quadro solipsista, mas, ao contrário, está diretamente relacionada com a diferença, como nos fala Hall (2003, p. 116):

a própria noção de uma identidade cultural idêntica a si mesma, autoproduzida e autônoma, tal como a de uma economia auto-suficiente ou de uma comunidade política absolutamente soberana, teve que ser discursivamente construída no "Outro" ou através dele por um sistema de similaridades e diferenças, pelo jogo da *différence* e pela tendência que esses significados fixos possuem de oscilar e deslizar. O "Outro" deixou de ser um termo fixo no espaço e no tempo externo ao sistema de identificação e se tornou uma "exterioridade constitutiva" simbolicamente marcada, uma posição marcada de forma diferencial dentro da cadeia discursiva.

Assim, podemos constatar que o *ego cogito* eurocêntrico está fundamentado na autoafirmação do europeu associado diretamente com a subalternização do não-europeu. Temos, assim, uma hierarquização dos valores sociais estruturadas nos processos de racialização das relações (brancos e não-brancos) associados aos seus respectivos lugares (Europa e não-Europa) altamente demarcados pelos mapas modernos. Observamos com isso que a economia mercantil, a qual se sustenta, *a priori*, nas explorações materiais e da mão de obra, igualmente se

estrutura na naturalização de uma forma de se cartografar, impulsionando um cotidiano cultural nivelador.

É a partir dessa disposição também que Quijano (2010, p. 86) conceitua o mundo moderno como eurocêntrico, dizendo mais, visto que, associado à condição estrutural exposta, estão os seus desdobramentos em relação à inculcação, ao aprendizado, à naturalização e reprodução dessa ordem, pois:

não é exclusivamente a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do **conjunto dos educados sob a sua hegemonia**. E embora isso implique um componente etnocêntrico, este não o explica, nem é a sua fonte principal de sentido. Trata-se da perspectiva cognitiva durante o longo tempo do conjunto do mundo eurocentrado do capitalismo colonial/moderno e que naturaliza a experiência dos indivíduos neste padrão de poder. Ou seja, fá-las entender como naturais, consequentemente como dadas, não suscetíveis de ser questionadas (grifo nosso).

Assim, a formação, e a sua correlata reprodução, do supremacismo europeu nos corpos e nas mentes de não-europeus, implica diretamente no movimento de apagamento das simbologias não-europeias, função contundente das convenções cartográficas. Uma demonstração prática dessa ordem pode ser vista na análise sobre o recenseamento da região norte brasileira, de 1950, feita por Guerreiro Ramos (1995, p. 182), contundência consensual racista desdobrada da filosofia imperativa do modelo colonial:

As minorias “brancas” destes Estados, de longa data, tem mostrado tendência para não se identificar com a sua circunstância étnica imediata. Sentem-na como algo inferiorizante e, por isso, lançam mão, tanto quanto podem, de recursos que camuflem as suas origens raciais. Estes recursos são inumeráveis, desde os mais sutis até os mais ostensivos. Um desses disfarces étnicos é a tematização do negro. Ao tomar o negro como tema, elementos da camada “branca” minoritária se tornam mais brancos, aproximando-se do seu arquétipo estético – que é europeu, [e] exibem os caracteres psicológicos que ilustram o que podemos chamar o **protesto** racial de uma minoria interiormente inferiorizada.

O racismo como um componente central da modernidade é fortemente considerado por Nascimento (1981, p. 23), que o ratifica “como o conjunto de ideologia e estruturas objetivas de dominação, [como] o elemento operativo da ordem mundial psicossocial e cultural”. Quijano (2010, p. 108), assim, ratifica esta análise dizendo que a hegemonia europeia, diante de processos culturais racializados, enquadra o pensamento a partir da categorização de sobrevalores e

estereotipação, lastreia as relações socioeconômicas a partir de critérios raciais, definindo quem é e quem vai deixar ser:

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial.

A ciência cartográfica moderna, sob a mesma fórmula, da hierarquia de valores sociais, expressará segundo os princípios dominantes intencionalmente quem vai (e como) aparecer e quem não vai aparecer nos mapas, como nos conta Harley (2009, p. 12)

Os “silêncios” dos mapas são um conceito central em toda argumentação concernente à influência de suas mensagens políticas ocultas. Afirma-se aqui que, assim como certos exemplos de escritas ou de falas, os mapas exercem uma influência social, tanto por suas omissões quanto pelos elementos que elas representam e valorizam. Os subentendidos políticos desses silêncios são tão poderosos que, às vezes, é difícil de os explicar apenas recorrendo a fatores históricos ou técnicos. Na Irlanda do século XVII, por exemplo, o fato de os geômetras que trabalhavam para os proprietários ingleses excluírem as cabanas dos autóctones irlandeses de seus mapas “precisos”, não é uma simples questão ligada à escala deste tipo de casa, mas também resultado de tensões religiosas e relações de classe no campo irlandês.

No mesmo sentido, Mignolo (2005, p. 41), ao estudar os processos pós-colonialistas ou de independência e de formação das nações dos países latino-americanos, sinaliza para uma importante permanência desse padrão eurocentrado. O autor indica que, embora se tenha promovido um projeto que enfrentara o domínio político-territorial com a Europa, a reprodução da ideologia racista eurocêntrica da porta para dentro é axiomática. O projeto *criollo*, dos ilustres libertadores da

América, nada tinha a ver com a autonomia política, cultural, territorial dos seus respectivos contrterrâneos não-brancos escravizados. Os recém-categorizados gentílicos, ajuntados sob a ordem das fronteiras, ainda estariam enquadrados sob a ordem da estrutura e superestrutura mercantilista-branco-cristã.

A consciência *criolla*, por certo, um fato novo, já que sem consciência nativa não teria havido independência nem no Norte nem no Sul. O novo e importante em Jefferson e em Bolívar foi o momento de transformação da consciência *criolla* colonial em consciência *criolla* pós-colonial e nacional e a emergência do **colonialismo interno** face à população ameríndia e afro-americana. Da perspectiva da consciência nativa negra, tal como a descreve Du Bois, podemos dizer que a consciência *criolla* branca é uma dupla consciência que não se reconheceu como tal. **A negação da Europa não foi, nem na América hispânica nem na Anglo-saxônica, a negação da Europeidade, já que em ambos os casos, e em todo o impulso da consciência *criolla* branca, tratava-se de serem americanos sem deixarem de ser europeus; de serem americanos, mas diferentes dos ameríndios e da população afro-americana.** Se a consciência nativa definiu-se em relação à Europa em termos geopolíticos, em termos raciais é que foi definida sua relação com a população *criolla* negra e com a população indígena. (grifo nosso)

Assim como Santos *et al* (2017, p. 471), quando nos fala dos desdobramentos dessa filosofia lastreada em processos hierárquicos de racialização, à medida que inculcada a partir dos ensinamentos proporcionados pelos mapas, mobiliza, conseqüentemente, simbologias e reproduções de normas e atos racistas:

as cartografias históricas do que hoje é o território brasileiro, seja na escala nacional ou na escala dos locais, sempre mostram os padrões espaciais de organização dos brancos (p. ex., nossos livros didáticos exibem os mapas das capitânicas hereditárias com o Tratado de Tordesilhas, mas nenhum povo indígena é localizado naquele espaço, e nenhuma referência a localizações precisas ou ordenamentos territoriais de grupos indígenas nos é transmitida); e o olhar sobre as atividades econômicas mais dinâmicas segundo sua inserção em circuitos mercantis (influência da Teoria dos Ciclos Econômicos na leitura da formação do Brasil) apaga do nosso imaginário territorial outras formas de organização da vida, que emergem hoje como grupos chamados “tradicionais”, e assim são invisibilizados indígenas, comunidades negras rurais (como as que hoje se assumem e reivindicam como quilombolas), entre outros. Tais grupos são invisibilizados nas cartografias do passado e do presente (...), operação que autoriza as mais diversas violências territoriais necessárias à implementação dos projetos hegemônicos.

Destarte, a formação-transformação das representações dirigida pelos grupos hegemônicos avança de maneira complementar quando consideramos conjunto do seu arquétipo hierárquico-diferencialista, a sua dominação também sobre um viés uniformizador. Ou seja, a imposição da Razão europeia como única, de uma história

e de uma geografia linear e comum, que organiza a vida do primitivo ao civilizado, do irracional ao racional, do tradicional ao moderno, do mágico-mítico ao científico, do não-europeu/pré-europeu a algo que com o tempo se europeizará ou modernizará (QUIJANO, 2005, p. 118).

Entretanto, Massey (2008, p. 108), auxilia a compreender e rebater esta alienação de forma contundente – até mesmo para produção de mapas que não se utilizam dos aparelhos e simbologias da cartografia científica – quando diz que:

A concepção temporal do espaço, assim, reelabora a natureza da diferença. A heterogeneidade coexistente é apresentada como (reduzida a) um lugar na fila histórica. (...) Diferença/heterogeneidade, aqui, não estão apenas perfeitamente organizadas em seus espaços delimitados, mas também relegados ao (“nosso”) passado. A concepção do espaço modernista, recusa-se a reconhecer o que Fabian (1983) chama de “coetaneidade”. Ele escreve: “a coetaneidade tem como objetivo reconhecer a contemporaneidade como condição para o verdadeiro confronto dialético, e **o que se opõe não são as mesmas sociedades em diferentes estágios de desenvolvimento, mas diferentes sociedades, confrontando-se uma com a outra ao mesmo Tempo**”. É importante enfatizar que essa contemporaneidade radical *não* implica uma diferença radical romantizada/exótica nem uma negação branda e relativista de que existam, de qualquer forma, coisas como digamos “progresso” ou “desenvolvimento”. O que pode ser criticado neste último são os pressupostos de singularidade e uma falta de democracia em sua determinação”.

O discernimento político de que colônias/periferias e metrópoles/centros, europeus e não-europeus não são condições/posições que ocupam e se justificam naturalmente é um ponto central para a desconstrução de uma produção cartográfica esteada em um padrão. Valorizar, como enfatiza a citação acima, que, ao fim e ao cabo, tratamos de “diferentes sociedades”, as representações ou as formas de produzir conhecimento (e mapas) escapam da sentença perpétua de que apenas uma epistemologia existe, com seus atinentes símbolo e significado. A violência totalitarista superestrutural que subverteu a existência de múltiplos saberes em um, normativo, hierárquico, alienante e desterritorializador é identificada factualmente, pois, “diferentes sociedades”, prenunciam simbologias e relações com o mundo essencialmente diferentes, como aponta Grosfoguel (2008, p. 46):

Eis que se torna importante distinguir “lugar epistémico” e “lugar social”. O facto de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa automaticamente que pense epistemicamente a partir de um lugar epistémico subalterno. Justamente, o êxito do sistema-mundo colonial/moderno reside em levar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial a pensar epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes.

2.2.1 Por uma cartografia “de fronteira”

Concordante desta análise, da retroalimentação entre objetividade e subjetividade na consolidação de uma perspectiva política e de grande valor para uma maior compreensão sobre as questões espaciais que cercam e embasam os Ativismos Cartográficos – pois já nos disse Lefebvre: não existe uma realidade social não espacializada⁶ –, Harvey (2013, p. 19), do mesmo modo, demonstra que o estudo crítico sobre a sociedade tem de atentar para os elementos que a constituem de forma holística e complexa. Fala-nos de variáveis articulatórias, de uma *relacionalidade* entre pensamento & materialidade:

O espaço material corresponde simplesmente para nós, humanos, ao mundo da interação tátil e sensorial com a matéria, é o espaço da experiência. Os elementos, momentos e eventos deste mundo são constituídos da materialidade de algumas qualidades. A maneira pela qual representamos este mundo é outra coisa, mas ainda aqui nós não concebemos ou representamos o espaço de maneira arbitrária; nós procuramos as descrições apropriadas, se não exatas, das realidades materiais que nos circundam por meio de representações abstratas (palavras, gráficos, cartas, diagramas, imagens, etc.). Henri Lefebvre, como Walter Benjamin, insiste que nós não vivemos como átomos materiais flutuando ao redor de um mundo material; nós temos igualmente imaginações, medos, emoções, psicologias, desejos e sonhos (BENJAMIN, 1999).

Avançar sobre a simbologia totalitária das “representações do espaço”, como nos orientou Lefebvre – nas quais classifica como um “armazém de poder epistemológico” eurocêntrico –, como exemplificado anteriormente com as convenções cartográficas, é, propriamente, anunciar a diferença, e com isso desinvisibilizar os espaços de resistência à ordem dominante que surgem precisamente do seu subordinado, periférico ou de posicionamento marginalizado (LEFEBVRE *apud* SOJA, 1996, p. 65).

Lefebvre (*apud* SOJA, 1996, p. 69) conceitua este processo como “espaços de representação”:

⁶ Deleuze e Guattari (*apud* HAESBAERT, 2011, p. 130) vão afirmar que “pensar não é nem um fio estendido entre o sujeito e o objeto, nenhuma revolução de um em torno do outro. Pensar se faz antes na relação entre o território e a terra” (1992:113). Eles querem pensar os encontros, os agenciamentos que se dão entre os fluxos e as intensidades de desejo do *socius* e como eles se inscrevem na própria terra. De outra forma, afirmam que, para que o pensamento exista, é necessário um solo, um meio, a própria terra. No limite, a terra é a grande desterritorializada, pois a terra “pertence ao Cosmo” (1997b :225), por onde os fluxos e as intensidades vão percorrer e se fixar.

“espaços dominados”, os espaços das periferias, as margens e os marginalizados, os “Terceiro Mundos” que podem ser encontrados em todas as escalas, no corpo-realidade de corpo e da mente, na sexualidade e subjetividade, nas identidades individuais e coletivas desde as mais locais até as mais globais”.

Desta reflexão, Soja (1996) engendra o conceito de *thirdspace*, um espaço de teorização e prática, que, assim como os autores acima, interage o concreto e o abstrato, os códigos quotidianos do pensamento cartesiano eurocêntrico e o pensamento crítico, neste caso, as “representações do espaço” e os “espaços de representação” num processo de emancipação que reúne a vida quotidiana e a história interminável (SOJA, 1996),

[...] um mundo de experiências, emoções, eventos e escolhas políticas conhecidas e desconhecidas, reais e imaginárias, que é existencialmente moldado pela interação geradora e problemática entre centros e periferias, o abstrato e concreto, os espaços apaixonados do conceitual e do vivido, marcados material e metaforicamente na *práxis* espacial, a transformação do conhecimento (espacial) em ação (espacial) num campo de poder (espacial) desigualmente desenvolvido (SOJA, 1996, p. 31).

O espaço onde todos os lugares são capazes de serem vistos de todos os ângulos, cada um deles claro; mas também um objeto secreto e conjecturado, cheio de ilusões e alusões, um espaço que é comum a todos nós, mas que nunca pôde ser completamente visto e compreendido, um “universo inimaginável”, ou como diria Lefebvre, “o mais geral dos produtos”. (SOJA, 1996, p. 56)

Dentro dessa perspectiva cartográfica que disputa a excepcionalidade da representação espacial pela ordem moderna, os ativismos cartográficos se conformam como uma produção de mapas que não se enquadra nas normas cartográficas. Todavia, esses ativismos se utilizam delas também, mas, sobretudo, tensiona uma exclusividade/oficialidade da forma, da linguagem. Os ativismos cartográficos constituem-se assim na expressão dos projetos, desejos, visões de mundo, reivindicações do espaço e com o espaço dos territorializados, subversão em que o sujeito subalternizado (historicamente condicionado quando muito a ser objeto) cartografado pode ser o seu próprio cartógrafo. Do espaço produzido e/ou demandado pelos subalternizados, serem eles próprios os produtores da sua representação, configurando assim, uma “disputa de regimes de produção do conhecimento legítimo” (SANTOS, 2019, p. 15).

Consoante, Almeida (2018, p. 58), através da metodologia de mapeamento praticada no PNCSA, assinala que a produção de conhecimento mediante esses

ativismos estabelece-se sob um largo processo de ressignificação da técnica e dos símbolos, e, peremptoriamente, dos objetos temáticos, logo:

[...] poderia ser nomeada como uma “nova descrição”, que se avizinha da etnografia, ao buscar descrever de maneira detida, através de relações de pesquisa e de técnicas de observação direta, a vida social de [grupos] considerados à margem da cena política, mas que revelam consciência de suas fronteiras e dos meios de descrevê-la, principalmente em situações de conflito social. **Está se chamando de consciência de suas fronteiras a confluência de pelo menos duas vertentes, ou seja, a unificação da consciência de seu território com a consciência de si mesmos**, manifestas de maneira explícita pelos próprios agentes sociais em suas reivindicações face ao Estado. Tal unificação indica uma ruptura com o monopólio de classificações identitárias e territoriais produzidas historicamente pela sociedade colonial, mediante recenseamentos, cadastros, inventários, códigos e mapas. Enuncia uma tensão, cada vez mais perceptível, entre a consciência de si mesmos, expressa por ações coletivas, por mobilizações políticas e pelas autodefinições, (...) no momento atual, as autodefinições são que nomeiam os museus, os territórios e os mapas [construídos por esses agentes sociais], demonstrando não somente suas especificidades, mas também que são indissociáveis da consciência de si mesmos ou do processo de autodefinição dos agentes sociais correspondentes às identidades coletivas.

Deste modo, a construção/materialização de documentos cartográficos sobre as concepções socioespaciais de sujeitos moradores de favelas historicamente cerceados, ou quando muito incluídos em processos participativos restritos – comportados como fornecedores de informações, com pouca ou nenhuma autonomia sobre o processo diretivo dos projetos –, demonstra ser uma importante ruptura política, em suma, como um processo de “validação de poder”. Tensionamentos sobre o totalitarismo imposto pela modernidade tanto no campo configurativo da produção cartográfica – na promoção de temáticas amparadas por reivindicações políticas –, como no campo do pensamento, sobretudo, quando estimula a produção de símbolos a partir da desnaturalização do referido universalismo. O ativismo cartográfico se materializa assim como um ato político, “um processo de produção de conhecimento, apontado como um conjunto de operações de decisão (o que é mapeado, como é representado, o que é válido e o que não é etc.) que são exercícios de poder” (SANTOS, 2019, p. 15).

A ressignificação e a refuncionalização da Cartografia a partir da manipulação por populações subalternizadas resulta, inequivocamente, com sua produção diferente de representações, na mobilização de diferentes inculcações de significações do ver. “Os paradigmas são instituídos (por um processo protagonizado por sujeitos instituintes) e não serão superados enquanto não

visarmos a superação das relações sociais e de poder instituídas que lhes servem de suporte”, segundo Porto-Gonçalves (2012)⁷.

Desta forma, Motta (2019), em sua consideração sobre o conceito/ato de “autorrecenseamento” praticado pelo projeto “Censo da Maré” de 2011, nos orienta para duas situações que os ativismos cartográficos enfrentam. A primeira faz alusão à insensibilidade e à “estigmatização” do pesquisador em relação à favela. Consequentemente, a segunda diz respeito à imperícia (intencional ou não) dos órgãos censitários ditos oficiais de compreenderem as “demandas reais” dessas populações. Contudo, é no tensionamento sobre esses aparelhos privados da representação espacial moderna que o ativismo cartográfico do CSOSP se propõe enfrentar basilamente, de “ser instrumento de representação num sentido amplo do que é representação – algo que exprime o real, mas também o ajuda a produzir” (SANTOS, 2012, p. 8).

Assim como afirmam os moradores de favela da Maré-cartógrafos que compõe o Guia de ruas da Maré (2014) – experiência que será analisada adiante:

Hoje, mais de meio século que as primeiras favelas apareceram no mapa oficial da Cidade, ainda nos mobilizamos pelo direito de ver nossas casas e ruas identificadas. Casas e ruas fazem parte da história cotidiana das pessoas e da cartografia da cidade. Por isso o seu registro cartográfico é indispensável. E, no caso das favelas, uma dimensão política da maior relevância. Estar no mapa é ter uma marcação gravada, é ter o seu território reconhecido. Nossas ruas são os endereços de nossas moradas. É o lugar onde nossas vidas acontecem, repousam e encontram com outras vidas. Por isso é imprescindível que elas sejam identificadas, nomeadas e gravadas no mapa da cidade. Agora, o ofício de cartógrafo é nosso. Façamos dele uma arte para a garantia e afirmação de direitos. Façamos dele um movimento amplo para sermos reconhecidos como cidadãos de uma mesma, porém, plural cidade (p. 15).

Consolida-se, assim, uma disputa na arena da produção dos mapas que se estende para a arena do *status quo*, como nos disse Wacquant (2012, p. 20), um espaço de disputa, de conflito, que não é predeterminado, tampouco, terminado:

[...] a penalização da pobreza [não] é um “plano” deliberado, executado por governantes malévolos e onipotentes, como na visão conspiratória que emoldura o mito ativista do “complexo prisional-industrial”. Nem significa que alguma necessidade sistêmica (do capitalismo, do racismo ou do panopticismo) autorize misteriosamente a incontrolável ativação e glorificação do setor penal do campo burocrático. Este último não foi predeterminado, mas antes é o resultado de lutas envolvendo uma miríade de agentes e instituições que buscam reformatar esta ou aquela ala e

⁷ Ver em <https://www.alainet.org/pt/articulo/159470>

prerrogativa do Estado, de acordo com seus interesses materiais e simbólicos. Outros caminhos históricos foram abertos, e continuam abertos, ainda que possam ser estreitos e improváveis.

Todavia, Ramos (1996), diante deste “êxito”, contribui, a partir do conceito de redução sociológica, com a proposição de uma crítica *autoafirm-ativa* diante dessa versão da história. O sociólogo, dessa forma, fala de uma superação da mentalidade colonial e reflexa a partir da mobilização de uma autoconformação política ou, como conceitua, de uma autopersonificação histórica. Intervenção/composição autêntica na História, que é diferente de propor uma nova exclusividade, ou uma nova totalidade totalitária. Assim como disse Amílcar Cabral (apud NASCIMENTO, 1981, pg. 44),

“Um povo que se livra da dominação estrangeira será culturalmente livre somente se, sem complexos e sem subestimar a importância das adições positivas da cultura do opressor e de outras culturas, volta aos caminhos ascendentes da sua própria cultura, que se nutre na realidade viva do seu ambiente, que nega tanto as influências danosas como qualquer tipo de subjugação à cultura alheia”.

Ou seja, a assimilação crítica do processo colonial, da “experiência estrangeira”, do pensamento e da epistemologia hegemônica eurocêntrica, é metodologicamente uma relação transescalar, onde sua estratégia – continua Ramos (1995, p. 73):

[...] não implica isolacionismo, nem exaltação romântica do local, regional ou nacional. É, ao contrário dirigida por uma aspiração ao universal, mediatizado, porém, pelo local, regional ou nacional. Não pretende opor-se à prática de transplantações, mas quer submetê-las a apurados critérios de seletividade. Uma sociedade onde se desenvolve a capacidade de auto-articular-se, tornar-se conscientemente seletiva.

Todavia, Mignolo (2008) interpretando esta contribuição como um “pensamento de fronteira”, expõe que, para escapar do *status* das segmentações, típicas da estrutura hierárquica eurocêntrica, não se deve sobrevalorizar quaisquer das diversas diferenças/totalidades existentes, mas considerá-las todas partícipes da construção do movimento social. Segundo o autor, um método crítico alicerçado exclusivamente em uma análise periférica faria por usufruir da mesma arquitetura segregacionista-comparativo-maniqueísta moderna. Sob este raciocínio que Dussel (1994) enriquece com o conceito de transmodernidade, quando se refere à crítica e à superação do pensamento Moderno, não pelas vias maniqueístas da

hegemonização de/para um novo pensamento. Ao contrário, o filósofo nos propõe a desterritorialização sobre o império de violências da modernidade transversalmente pela “comunicação” com esse *status*, reterritorializando-o de forma “ampliada”, destituindo de universalidade, em medidas como as que:

declara inocente a las víctimas desde la afirmación de su Alteridad como Identidad en la Exterioridad como personas que han sido negadas, como su propia contradicción, por la Modernidad. De esta manera, la razón moderna es trascendida (pero no como negación de la razón en cuanto tal, sino de la razón violenta eurocéntrica, desarrollista, hegemónica). Se trata de una “Trans-Modernidad” como proyecto mundial de liberación (y no como proyecto universal unívoco, que no es sino la imposición violenta sobre el Otro de la razón particular de Europa, del machismo unilateral, del racismo blanco, de la cultura occidental como la humana en general) donde la Alteridad, que era co-esencial de la Modernidad, se realice igualmente. La “realización” de la Modernidad no se efectúa en un pasaje de la potencia (de la Modernidad) al acto de la Misma (la Modernidad europea). La “realización” sería ahora el pasaje trascendente, donde la Modernidad y su Alteridad negada (las víctimas), se co-realizarán por mutua fecundidad creadora. El proyecto trans-moderno es una co-realización de lo imposible para la sola Modernidad; es decir, es co-realización de solidaridad, que hemos llamado analéctica (o analógica, sincrética, híbrida o “mestiza”) del centro/periferia, Mujer/varón, diversas razas, diversas etnias, diversas clases, Humanidad/Tierra, cultura occidental/Culturas del Tercer.Mundo, etcétera; no por pura negación, sino por subsunción desde la Alteridad (p.199).

Em suma, Grosfoguel (2008, pg. 76), com outras palavras, analisa o conceito de transmodernidade de Dussel mencionado, e auxilia-nos a compreendermos mais o método da “fronteira”

a filosofia da libertação só pode surgir se os pensadores críticos de cada cultura entrar em diálogo com outras culturas. Uma das ilações é que as diferentes formas de democracia, os direitos civis e a emancipação das mulheres só podem surgir das respostas criativas de epistemologias locais subalternas. Assim, e, por exemplo, as mulheres ocidentais não podem impor a sua noção de emancipação às mulheres islâmicas. Os homens ocidentais não podem impor a sua noção de democracia a povos não-ocidentais. Isto não é um apelo a uma solução fundamentalista ou nacionalista para a persistência da colonialidade ou para um particularismo de incidência local e isolada. É um apelo ao pensamento crítico de fronteira, como estratégia ou mecanismo conducente a um “mundo transmoderno” descolonizado enquanto projeto universal que nos leve além do eurocentrismo e do fundamentalismo.

3 EXPERIÊNCIAS DE ATIVISMOS CARTOGRÁFICOS

Os ativismos cartográficos são constituídos por formas (metodologias, objetivos, filiações políticas, mapas etc.) diversas, e, por vezes até, contraditórias. Por compreenderem, comumente, a um perfil *situacional*, nos quais se caracterizam por um determinado tempo e espaço, em valores, demandas e desejos específicos, de grupos sociais específicos, as análises sobre as experiências são profusas.

Isso quer dizer que, para além de compor projetos emancipatórios das comunidades cartografadas, como vimos com as experiências dos seringueiros e dos povos tradicionais da/na Amazônia juntos do PNCSA, podem também estar submetidos aos projetos dos coordenadores, como vimos com a experiência Mamirauá, mas que de toda forma podem beneficiar em algum grau as demandas dos cartografados; ou podem também compor unicamente os projetos dos coordenadores numa relação unilateral.

Ferraz (2016, p. 31), a partir da análise de 16 experiências de ativismos cartográficos em favelas no município do Rio de Janeiro nos últimos dez anos, fala-nos um pouco desses processos quando paradoxais, quando expressam uma coisa e se efetivam em outra.

Em entrevista dada ao The Wall Street Journal, em setembro de 2014, o diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro, Ronaldo Lemos, disse que a Google e a Microsoft pretendem, em parceria com a população local, mapear todas as favelas, “dos becos estreitos e retorcidos até as vendinhas mais modestas”, justificando que “muitas empresas estão fazendo isso porque sabem que eles [os moradores das favelas] são clientes e não estão mais excluídos do sistema econômico do Brasil” (CONNORS, 2014). Todavia, percebemos que o discurso empregado por Lemos não condiz com a realidade. O projeto Tá no Mapa, por exemplo, do qual a Google é a principal investidora, está mapeando apenas as ruas e vielas em que existe presença de comércio. Os demais espaços, por outro lado, não parecem interessa-los (...). Com isso, permanecem opacas as favelas não pacificadas, mas também grandes áreas no interior de favelas ditas pacificadas e já mapeadas - seja por estarem fora do escopo dos projetos ou devido a entraves impostos pelas dinâmicas do tráfico de drogas -, o que pode representar uma nova camada de segregação urbana e exclusão social, que se sobrepõe a outras historicamente existentes.

Tecendo análises sobre inúmeros movimentos de pesquisa em favelas em meados da década de 1980, Carlos Nelson Ferreira dos Santos (2017, p. 208) sublinha a recente conclusão exposta acima, quando argumenta que, na realidade, tais estudos servem como, ao fim e ao cabo, um planejamento urbano vertical,

exclusivamente para a produção de dados, para autoafirmar o seu “monopólio da classificação e qualificação dos espaços”.

Sei que anda bastante na moda analisar como os pobres produzem ou contribuem para a produção do seu habitat. Infelizmente, a maioria das análises faz a *tabula rasa* do poder que os moradores das favelas, loteamentos e conjuntos habitacionais tem de refletir sobre e comandar as situações que vivem. Os analistas preferem caçar causas estruturais nas “últimas instâncias determinantes”, em vez de perceber como são representadas, manipuladas e mudadas nas relações reais do cotidiano. Supõem que estão a favor dos dominados e oprimidos, mas de fato desprezam as suas realizações, testemunhos de sua capacidade de *ser e estar de uma determinada forma de mundo*.

Entretanto, Santos (2010, p. 95), retornando-nos para a perspectiva dos ativismos cartográficos engajada na crítica e disputa pelo poder simbólico, para a emancipação política dos grupos sociais subalternizados envolvidos nos diz, que,

mesmo que antagônicos, social e politicamente multilocalizados (seja em esferas do Estado, em movimentos sociais, organizações de base comunitária, instituições de pesquisa, ONGs, etc.), devotados a intenções convergentes ou opostas, se influenciam, compartilham saberes, acúmulos, experiências, e retroalimentam a crítica à cartografia.

De toda forma, inobstante das suas diferenças, trataremos a seguir de três ativismos cartográficos de sujeitos coletivos de favela, são elas o/a: Guia de Rua da Maré; Cartografia Social Urbana das mulheres do Caju e de Manguinhos e; Mapa Social do Corona. Experiências que, por sua vez, convergem para a compreensão de que este movimento se constitui em importantes tomadas de decisão – e de protagonismo – por grupos subalternizados sobre o mapeamento. Experiências que rompem com a exclusão histórica por meio da (auto) representação da sua geografia e, por isso, valorizam sua “capacidade de *ser e estar de uma determinada forma de mundo*”.

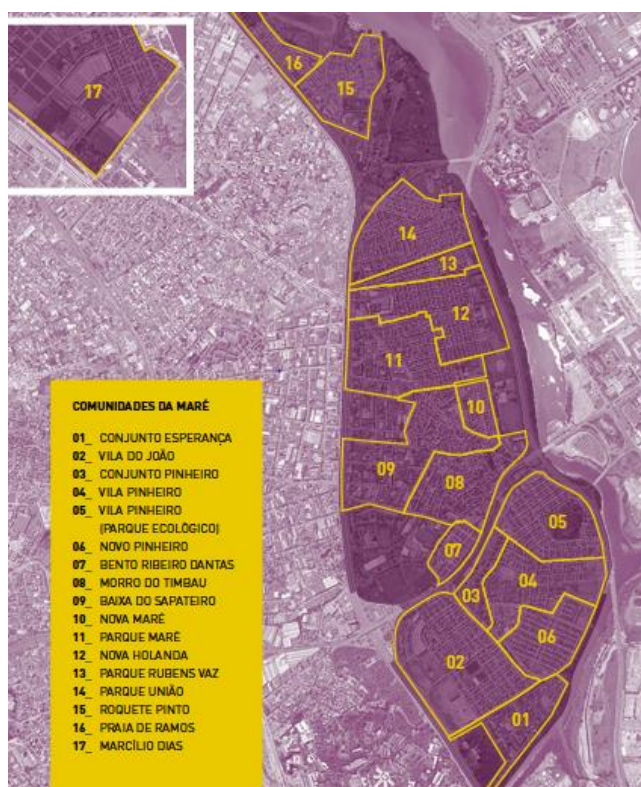
3.1 Guia de Ruas da Maré

Agora, o ofício de cartógrafo é nosso.
Guia de Ruas da Maré

Realizado a partir da articulação entre as organizações sociais Rede da Maré, Observatório de Favelas e as 16 Associações de Moradores que compõem o Complexo de Favelas da Maré no Rio de Janeiro, ou seja, entre organizações

sociais de dentro da Maré, foi produzido o caderno de mapas a ser apresentado. O Guia da Maré expõe, dentre uma profusão de análises e de informações sobre os processos de formação das 16 “comunidades” (Fig. 2) que a integram, um mapa de “todas” as ruas da Maré, como bem enfatiza o documento, com suas respectivas Caixas de Endereçamento Postais (CEPs), minuciosamente catalogadas (Fig. 3 e Tabela 1). Até a década de 1990, esses espaços não faziam nem mesmo parte dos mapas oficiais do município (GUIA DE RUAS DA MARÉ, 2014, p. 9).

Fig. 2 – Mapa da 16 comunidades que integram o Complexo da Maré - RJ



Fonte: Guia de Ruas da Maré

Isto posto, seus cartógrafos entendem que,

Aparecer no mapa é significar a existência de um lugar habitado por pessoas e suas vidas. É grafar (marcar) o solo em que vivemos. É, portanto, ver onde estamos e onde estão outras pessoas, ruas, praças, rodovias, hospitais, fábricas, portos, rios, montanhas [...] e mais tanta coisa do mundo que se faz aparecer nas artes de cartografar: de fazer presente o que é próximo e o que está distante. Portanto, o cartografado é o escrito, ou melhor, é o tornado visível. O ofício do cartógrafo é fazer uma escrita do espaço habitado e, com sua arte de figuração, fazer o desconhecido ser conhecido e, sobretudo, reconhecido com integrante do mundo da vida. (GUIA DE RUAS DA MARÉ, 2014, p. 14).

Fig. 3 – Informações histórico-geográficas das favelas que compõem a Maré



Fonte: Guia de Ruas da Maré (2014)

Tabela 1 – Catálogo de Endereços da Maré

MORRO DO TIMBAU - RUAS POR ORDEM ALFABÉTICA E CEP			
TIPO	LOGRADOURO	CEP	QUADRANTE
VILA	8		D6
VILA	18		D6
RUA	ALABAMA	21042-040	D5
TRAVESSA	ALEGRIA		H4
AVENIDA	BENTO RIBEIRO DANTAS (PAR)	21042-000	H7
AVENIDA	BENTO RIBEIRO DANTAS (ÍMPAR)	21042-001	H7
VILA	BOA VISTA		G3
TRAVESSA	BONIFÁCIO	21042-011	F6
TRAVESSA	BRASIL		E4
RUA	CAPIVARI	21042-090	D7
TRAVESSA	CAPIVARI	21042-100	D5
TRAVESSA	CLARIMUNDO	21042-075	F4
TRAVESSA	CONRADO DAS NEVES	21042-022	E7
BECO	DA AMIZADE	21042-005	D4
BECO	DA AMIZADE		F3
BECO	DA DÉCA		H5
BECO	DA ESCOLINHA	21042-012	F5
BECO	DA FELICIDADE	21042-076	G4
VILA	DA PAZ		F4
BECO	DA PRAÇA	21042-055	F3
BECO	DA PRAIA		G6

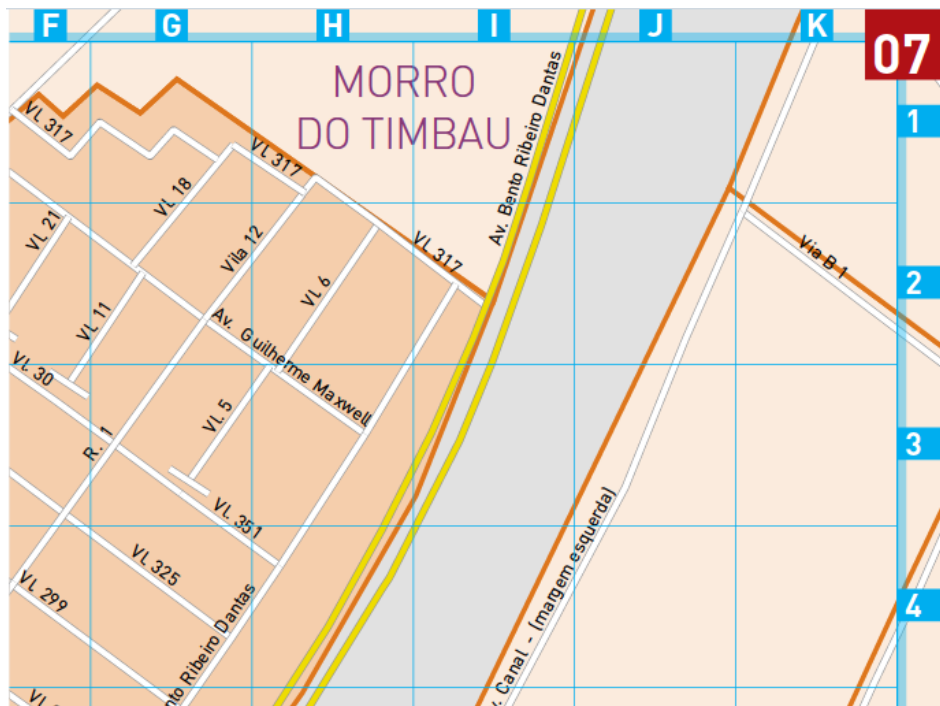
Fonte: Guia de Ruas da Maré (2014)

Além dos mapas, o material cartográfico inclui dados e análises de outros dois trabalhos: correção (inclusão de ruas) sobre as bases cartográficas oficiais da prefeitura do Rio de Janeiro – que contou com o suporte do Instituto Pereira Passos (IPP), que disponibilizou os dados e pesquisas já feitos pela entidade na Maré, além de, posteriormente, inserir nos seus quadros a atualização feita pelos moradores; produção de um recenseamento de todo o conjunto de favelas, o Censo Maré (2011). O Guia, por sua vez, se encontra atualmente na sua segunda edição, feita em 2014, sendo o seu lançamento feito dois anos antes.

A pesquisa e a integração das ruas, tanto no Guia, quanto nos mapas oficiais, foram subvencionadas por uma ampla atividade de: toponimização, considerando que algumas das ruas não tinham identificação inclusive para os próprios moradores, e, de; georreferenciamento (Fig. 4), uma produção própria do mapeamento das ruas com a solicitação junto ao poder público de criação e registro dos seus respectivos CEPs. O mapeamento considerou também a pesquisa e a produção de informações sobre as condições socioeconômicas dos moradores, classificado como diagnóstico global da realidade sócio-demográfica, para um conhecimento mais concreto sobre as situações para a construção de campanhas comunitárias e projetos para políticas públicas. Outros dois trabalhos compuseram esse diagnóstico: Censo de Empreendimentos Comerciais, sob o aspecto econômico e, o Censo Domiciliar da Maré, sob o aspecto social.

Este conjunto de trabalhos que o Guia de Ruas engloba, ao pôr a Maré no mapa segundo suas configurações materiais, representa um material importante para a reivindicação de demandas sociais e de infraestruturais urbanas específicas para lugares específicos dentro da Maré. Atendendo ações voltadas para subsidiar e fomentar políticas públicas que atendam as demandas locais (GUIA DE RUAS DA MARÉ, 2014, p. 7) e articulação e fortalecimento político e econômico com outras organizações fora da Maré.

Fig. 4 – Mapas de precisão da Maré (“Plantas”)



Fonte: Guia de Ruas da Maré

Desse modo, os moradores da Maré-cartógrafos e os seus respectivos mapas tensionam a histórica subserviência da cartografia servida exclusivamente para com os grupos dominantes

As favelas não deveriam estar na escrita oficial da cidade? Os cartógrafos se esqueceram das favelas? O fato é que as favelas sempre foram consideradas nos discursos hegemônicos como expressões da ausência de civilidade e de carência de urbanidade. Há um perverso senso comum que reduz as favelas à condição de territórios precários, ilegais, inacabados, desordenados e inseguros: o avesso da cidade. Assim vista, as favelas não poderiam figurar na cartografia da cidade. Estavam banidas das representações urbanas oficiais. O avesso não deveria aparecer (GUIA DE RUAS DA MARÉ, 2014, p. 15).

Junto dos porquês a favela se encontra apagada dos mapas, o Guia traz como embasamento dessas críticas os processos históricos de ocupação populacional da cidade do Rio e, evidentemente, da própria Maré, que remontam a década de 1940. O processo de urbanização carioca com seus estruturais abismos sociais, nos quais confluem na mesma geografia marginalização – com os processos de favelização e periferização – e elitização – dos bairros nobres dos detentores dos capitais da industrialização –, é contado no Guia em forma de uma profunda denúncia, na qual desnaturaliza a perversa interpretação de que os pobres

são um estorvo para a cidade, quando na realidade são a principal fonte de exploração e reprodução da riqueza do capitalismo.

O trabalho, para não concluir, argumenta que mesmo após a institucionalização da favela da Maré como bairro em 1994, e o significativo aumento dos investimentos públicos para a região, que ainda são extremamente escassos em relação à demanda sublinha a importância de cartografias como essa, que comunicam mais uma vez a reivindicação dos moradores.

3.2 Cartografia Social Urbana (CSU): impactos do desenvolvimento e da violência institucional na vida das mulheres moradoras do Caju e de Manguinhos – Rio de Janeiro

Então a Vila dos Sonhos hoje é uma comunidade que se ela não existe no mapa, ela não existe. [...] Recentemente a gente esteve com a Cedae em uma reunião e ela disse que a gente não existe, então se não existe o que eu estou fazendo aqui?

Cartografia Social Urbana

Coordenada pela FASE, a Cartografia Social Urbana das mulheres moradoras do Caju – junto às organizações Coletivo Carcará, Associação de Moradores Vila dos Sonhos e da Associação de Moradores Terra Abençoada – e, de Manguinhos – junto ao Fórum Social de Manguinhos e da Organização Mulheres de Atitude – foi produzida em 2014. Uma cartografia, como bem enfatizada, com o protagonismo das mulheres moradoras de favelas desses bairros. Ainda que os organizadores – com o apoio de pesquisadores do Serviço Social da UERJ e da UFRJ – sugerissem temas acerca dos impactos do desenvolvimento e da violência institucional precipuamente após as instalações das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) na vida das mulheres, e, ainda, intervissem e articulassem teorias acadêmicas a partir dos depoimentos durante as oficinas (Tabela 2) relacionados a termos e aos conceitos de “violência”, “mulheres” e “cidade”, o trabalho se desenvolve e se revela, de forma situacional. Um processo factual de reapropriação das formas de se produzir mapas, como bem sinalizam os coordenadores (CARTOGRAFIA SOCIAL URBANA, 2015, p. 5).

Tabela 2 – Agenda da Oficina de Autocartografia

Oficinas de Cartografia	
1ª Oficina – O que é conviver com a “pacificação” no Caju e em Manguinhos?	Debates promovidos a partir da exibição dos filmes “Narradores de Javé” e “Janela da Alma” e; a construção de uma exposição fazendo o uso de fotos que revelassem o “descaso”, “degradação”, remoções nos territórios “pacificados”.
2ª Oficina – O que é conviver com a “pacificação” no Caju e em Manguinhos?	Debates, de forma mais direta, acerca das Unidades de Polícias Pacificadoras (UPPs) nos respectivos bairros.
3ª Oficina – Apresentação das Autocartografias	Produção das cartografias sociais a partir dos debates levantados nas oficinas anteriores, principalmente, no tocante à percepção das cartógrafas em relação à violência, a cidade e ao desenvolvimento urbano.
4ª Oficina – Disputas – fazendo do vivido uma narrativa oficial?	Construção de uma outra narrativa/simbologia mediante o automapa para os respectivos espaços-lugares.
5ª Oficina – Acordos para a publicação da cartografia	Processo não relatado.
6ª Oficina – Acordos para a publicação da cartografia	Processo não relatado.

Fonte: CSU (2015)

A contação das experiências e a percepção das configurações materiais e culturais espacializadas pelas moradoras de favela foram o material essencial desta Cartografia, na qual serviu e/ou foi usada como veículo de extensão das suas opiniões e vozes, como descritas na relatoria pelos pesquisadores,

A definição das legendas e organização das classificações de instituições, espaços de sociabilidade e espaços de conflito foram fundamentais para construção da narrativa do mapa, que reunia: escolas de samba, igrejas, praças, pontos de encontro, pontos de conflito armado, pontos de emboscada da polícia, e também pontos pretos onde alguns moradores foram mortos pela polícia, no caso do mapa elaborado pelas moradoras de Manguinhos (CARTOGRAFIA SOCIAL URBANA, 2015, p. 11).

Desta maneira, fica evidente o quão específico tinha se tornado o material produzido durante os seis meses [de abril à setembro] do ano de 2014, sob papéis

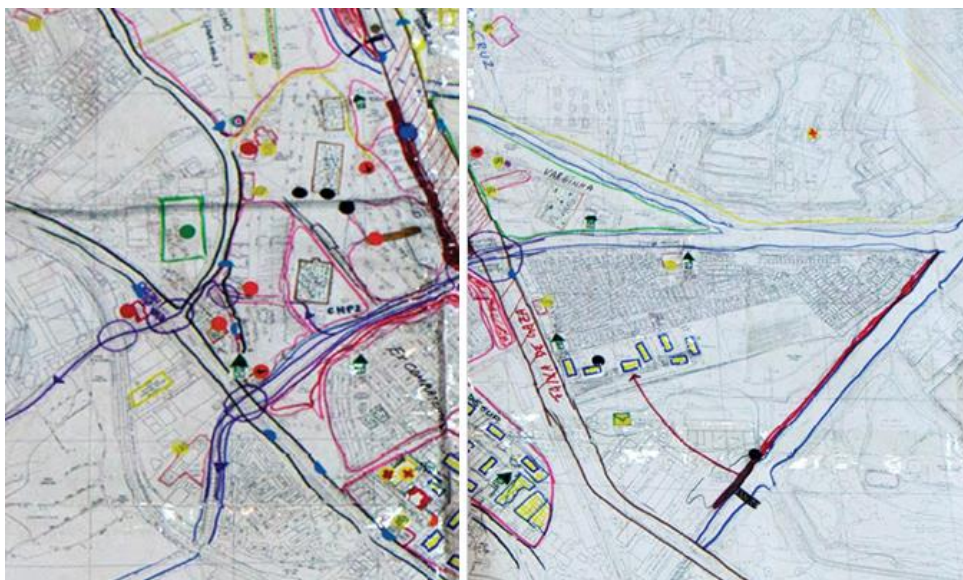
pardos, com canetas coloridas, criou-se a matéria de uma memória (CARTOGRAFIA SOCIAL URBANA, 2015, p. 4). Memória que tem o princípio fundamental de produzir materiais que representem a favela frente aos estereótipos hostis do senso comum. Memória que narra a vivência naquele espaço sob a perspectiva de resistências e do valor das suas diferenças, reputado, inclusive, como autcartografia (Fig. 5 e 6).

Fig. 5 – Oficina prática de Autcartografia



Fonte: Cartografia Social Urbana (2015)

Fig. 6 – Autcartografia de Manguinhos



Fonte: Cartografia Social Urbana (2015)

Este registro autoral da leitura espacial baseadas nas temáticas propostas e discussões criadas pelas mulheres moradoras das favelas do Caju e de Manguinhos nos mapas em papéis pardos e manteiga foram posteriormente transferidas para uma base espacial de um mapa de precisão da cidade do Rio de Janeiro – concedido pelo IPP. Os resultados dos mapas foram produzidos separadamente nas respectivas favelas. Chama à atenção das cartógrafas, quando se reúnem, para além da proximidade física entre os referidos bairros, a proximidade configurativa, quando mulheres moradoras de diferentes favelas pensam, interpretam e, sobretudo, expressam cartograficamente suas opiniões de forma parecida, acusando as mesmas problemáticas e soluções.

Destarte,

Enquanto o “mapa oficial” recebe as intervenções, as mulheres vão recordando episódios vividos naquelas ruas. [...] Memórias de períodos de maior acirramento dos confrontos são atualizadas em traçados invisíveis feitos pelos dedos que indicam a multiplicidade de rotas de invasões utilizadas tanto por traficantes, quanto por policiais – marcas que mesmo não sendo registradas integralmente no mapa, compõem o quadro de referência acionado para a feitura de inscrições definitivas no papel e para a elaboração das marcas dessas violências nos corpos e nas lembranças.

3.3 Mapa Social do Corona

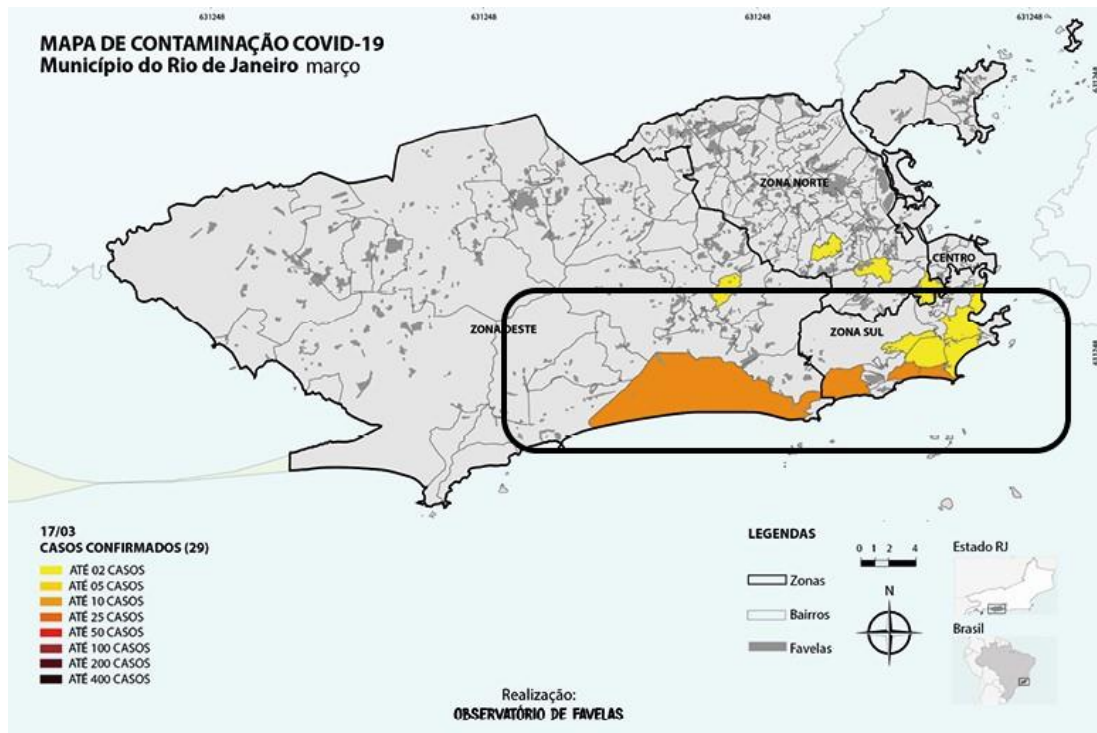
A experiência Mapa Social do Corona⁸ (MSC), coordenada pela ONG Observatório de Favelas, como o próprio nome sugere, é resultado de um amplo levantamento de informações e de análises, registrados em 15 cadernos nos anos de 2020 e 2021, sobre os impactos sociais da pandemia, principalmente, os que afetaram as populações moradoras de favelas e da periferia urbana na cidade do Rio de Janeiro. Os materiais comportam, por intermédio da análise de diversas questões como, por exemplo, a racial, de gênero, de desigualdade dos bairros em relação à infraestrutura urbana, das diferenças de acesso à saúde, de fluxos populacionais regionais, dentre outros, estudos minuciosos concernentes às causas, influências e determinações das contaminações e óbitos por Covid-19. Junto às dissertações, diversos mapas são utilizados a modo de ilustrar as análises, apurando o debate a partir da representação espacial também.

⁸ Disponível em: <https://observatoriodefavelas.org.br/acervo/mapa-social-do-corona/>

O georreferenciamento do impacto social da pandemia, junto das análises referentes às desigualdades socioespaciais da cidade, isto é, as demonstrações por meio de mapas do onde os dados estatísticos se encontram, estabelece um ponto de tensão sobre algumas narrativas. A localização das contaminações, segundo os autores, de saída desmitifica o discurso genérico e perverso de que o vírus é democrático, que não distingue raça e classe social. O MSC, todavia, vai nos dizer que não podemos resumir a análise de uma pandemia restritamente no seu processo inicial, mas, sobretudo, nas diferenças da evolução e consequências da enfermidade e óbito nos diferentes grupos sociais/raciais. Portanto, o princípio desse mapeamento busca por desvelar, a partir da representação espacial, os efeitos de uma estrutura político-econômica secular que naturaliza (normatiza) a desigualdade do acesso a infraestruturas e à informação de um bairro para o outro. Por vezes, na distância de um quarteirão, no caso das localizações dos morros do Rio, a pesquisa revela que a distância entre diferentes corpos humanos não é somente métrica, mas, sobretudo, político-econômica e fenotípica.

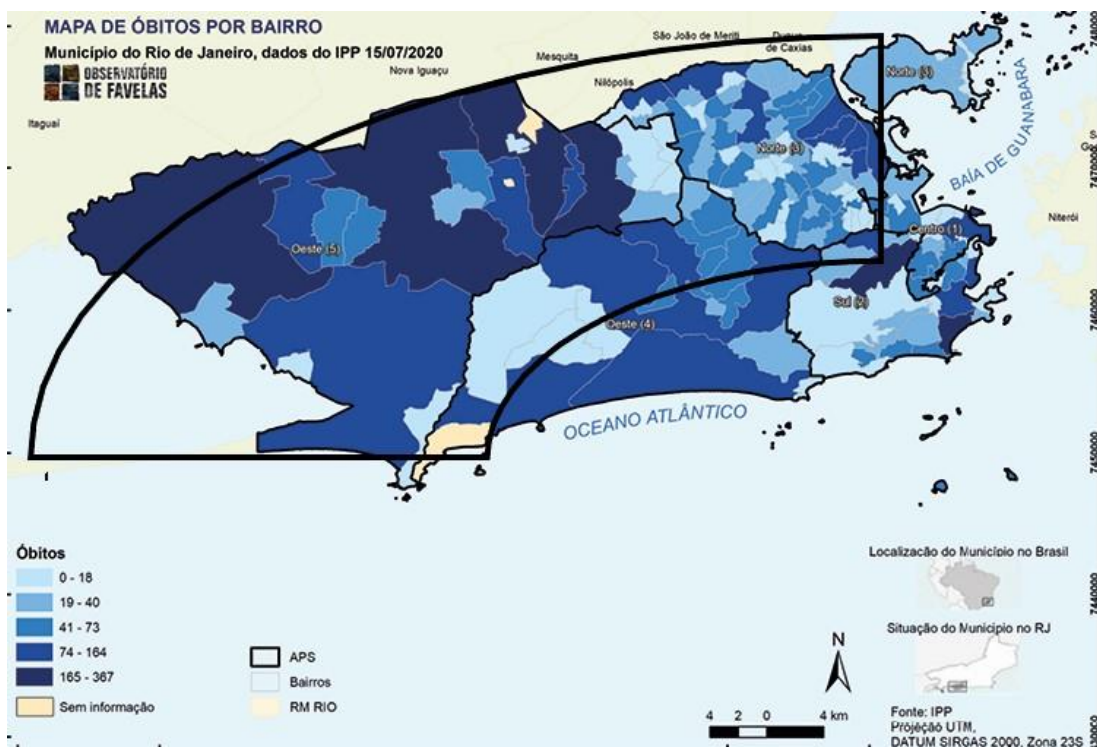
Desse modo, o Mapeamento em tela se apoia em uma metodologia de pesquisa que intercala a raça e a classe, tal como o tempo e o espaço das contaminações e óbitos causados pela Covid-19. Sob esta premissa, uma das conclusões do trabalho nos diz que, embora o número de contaminações ocorresse mais, *a priori*, nos bairros mais bem infraestruturados da região metropolitana fluminense (Fig. 7), os maiores índices de mortes afetaram, *a posteriori*, as favelas e os bairros periféricos (Fig. 8).

Fig. 7 – Mapa dos índices da primeira onda de contaminação por Covid-19 na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Mapa Social do Corona (Caderno 1, 2020)

Fig. 8 – Mapa da evolução das contaminações e óbitos por Covid-19 na cidade do Rio de Janeiro

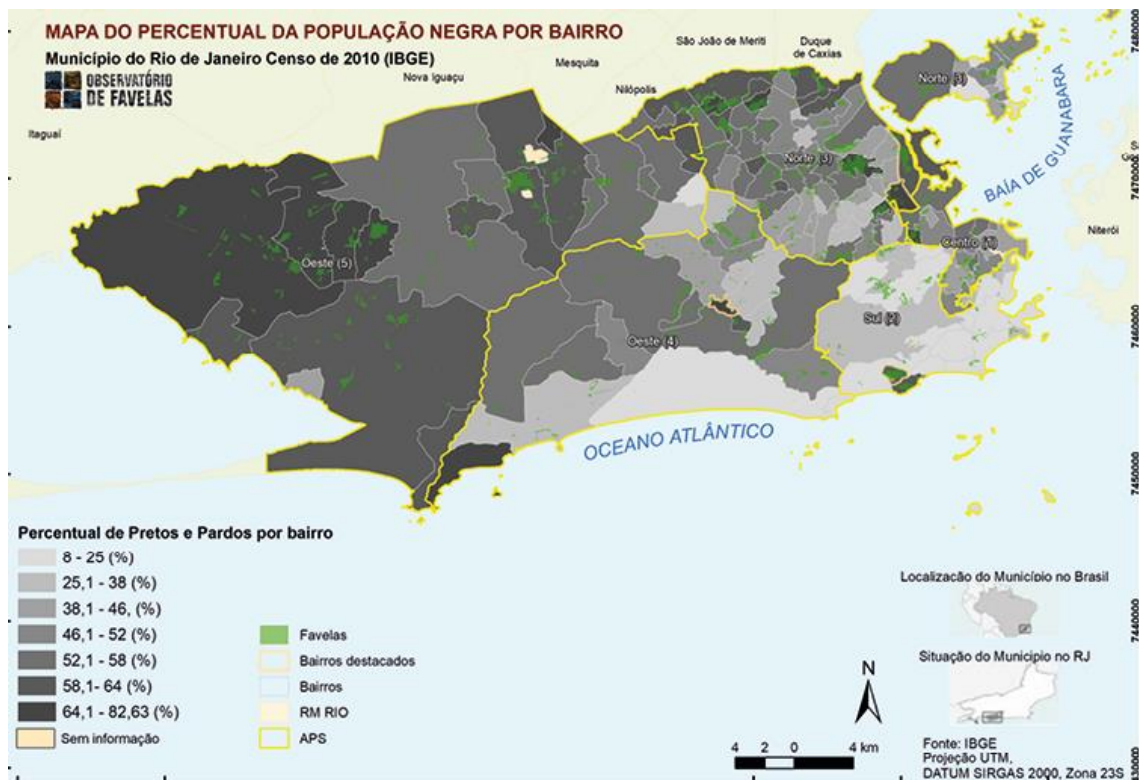


Fonte: Mapa Social do Corona (Caderno 7, 2020)

Duas justificativas são pontuadas entre os pesquisadores para estas diferenciações entre os primeiros e posteriores impactos da pandemia: desigualdade no acesso a bens de saúde (planos de saúde, convênios, medicamentos, saneamento básico, materiais de limpeza e de higiene) e; relação de trabalho, quem pode e quem não pode ficar de *home office*.

Após a chamada “primeira onda” de contaminação, quando a taxa de letalidade na zona sul do Rio de Janeiro, por exemplo, era de 5% de óbitos ao passo que em uma favela em Campo Grande esta taxa chegava a 26,9% de óbitos (nov/2020) (MAPA SOCIAL DO CORONA – Caderno 7, p. 16, 2020), o MSC nos provoca a observar por meio dos seus mapas uma perspectiva múltipla sobre as razões da evolução (e mudança dos espaços e corpos da contaminação e, sobretudo, dos óbitos) da pandemia: socioeconômica, como vimos nos mapas acima, chamando a atenção para a relação direta entre os períodos, contágios e mortes entre específicos conjuntos de bairros com específicos níveis socioeconômicos mas, também; racial, como veremos no mapa abaixo, quando expresso nesse georreferenciamento, a população negra, predominante localizada na periferia, representam as maiores vítimas fatais da pandemia (Fig. 9).

Fig. 9 – Mapa da predominância da ocupação da população negra na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Mapa Social do Corona - Caderno 7, 2020.

A questão da renda, da escolaridade e, da raça e, do lugar de moradia implica, segundo a pesquisa, em um corte profundo na discriminação e uma alta especificidade de grupos raciais estatisticamente mais contaminados. Sem demora, os mapas nos demonstram desta forma que as análises acerca dos efeitos em torno dos impactos sociais da pandemia têm de considerar múltiplas variáveis que são fundamentais para a compreensão das causas, sintomas e para a construção dos seus respectivos enfrentamentos.

Em suma, como descrito no Caderno 1 do Mapa Social do Corona (2020), o trabalho elenca algumas proposições para esse enfrentamento. Classificada como Política de urgência para as favelas e periferias, esta orientação considera a urgência de: abastecimento de água; maiores procedimentos de testagem e de cuidados específicos nas Clínicas de Família, Unidades de Pronto Atendimento e centros Integrados de Assistência; Hospitais de Campanha localizados em pontos estratégicos de acessibilidade por meio de transporte públicos para tratamento de casos mais graves e de Espaços de Quarentena Assistidas para os menos graves; o pagamento imediato de renda mínima de 1.800,00 reais; campanhas de segurança alimentar; o fortalecimento das ações solidárias de comunicação; proteção e atendimento que vem sendo realizadas por organizações e coletivos em favelas.

Generalizar os impactos da pandemia sobre a sociedade sem considerar suas diferenças raciais e econômicas, nos contam os mapas acima, compõem um discurso branco e elitista.

4 QUANDO O MORADOR DE FAVELA SE TORNA CARTÓGRAFO

Já conversei com dirigentes de associações de favelados que me disseram que não queriam mais ouvir falar de arquitetos declarando que a solução de tudo é política. O que estão querendo saber agora é como reivindicar melhores condições de abastecimento de água, ou de construção da moradia, ou de ocupação de terrenos... isto é o que parece ato político efetivo no momento (...) descobrirem, há tempo, que o homem, que faz o seu ambiente se faz.

Carlos Nelson Ferreira dos Santos

Este capítulo busca apresentar e entender os elementos constitutivos que fazem de ativistas sociais se tornarem cartógrafos. De quando um sujeito – no nosso caso, coletivo – se utiliza das reflexões sobre o seu território e faz delas representação espacial das suas conclusões, discursos e ações. Dos raciocínios espaciais situacionais de populações subalternizadas traduzidos em mapas frente ao simbolismo do *status quo* da modernidade, e à própria ciência cartográfica.

Harvey (2013, p. 12), neste sentido, considera que o caminho para as conclusões críticas ou diversas do *status quo* moderno-capitalista tem de valorizar os inúmeros elementos que cercam e constituem o objeto de análise. Na realidade, para mais, além dos elementos em si, o que de fato é levado em conta na investigação e/ou construção crítica desse objeto são as suas relacionalidades: inter-relação entre tempo, espaço, raça, classe, economia em uma dada situação em um pedaço do espaço.

Um evento ou uma coisa situada em um ponto no espaço não pode ser compreendido em referência apenas ao que existe somente naquele ponto. Ele depende de tudo o que acontece ao redor dele. Uma grande variedade de influências diferentes que turbilham sobre o espaço no passado, no presente e no futuro concentram e congelam em um certo ponto para definir a natureza daquele ponto. [...] certas temáticas, como o papel político das memórias coletivas nos processos urbanos, somente podem ser abordadas desta maneira. Não posso encerrar as memórias políticas e coletivas dentro de um espaço absoluto (situá-las claramente em uma grade ou sobre um mapa), nem compreender sua circulação em função de regras, ainda que sofisticadas, do espaço-tempo relativo. Se coloco a questão: “o que *significa* a praça *Tiananmen* ou *Ground Zero* [Marco Zero]?”⁹, o único modo de encontrar uma resposta é pensando em termos relacionais. Du Bois tentou, há muito tempo, formular o problema em termos do que ele chamou de “dupla consciência” – o que significa, ele perguntou, carregar em si mesmo

⁹ Ou de forma mais próxima do nosso objeto; “o que significa a Casa Amarela para os moradores do Morro da Providência?”

a experiência de ser tanto negro quanto americano? Podemos complicar ainda mais a questão perguntando **o que significa ser americana, negra, mulher, lésbica e da classe trabalhadora? Como todas essas relacionalidades entram na consciência política do sujeito?** (grifo nosso).

Raciocínio similar do que ensinou Santos (2006, p. 104) quando autorizadamente nos propõe uma das interpretações sobre a Geografia:

Pensamos que **a simultaneidade das diversas temporalidades sobre um pedaço da crosta da Terra** é que constitui o domínio propriamente dito da Geografia. Poderíamos mesmo dizer, com certa ênfase, que o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto já que é o tempo da vida de todos. O espaço é que reúne a todos, com suas múltiplas possibilidades, que são possibilidades diferentes de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo (grifo nosso).

Espaço absoluto (ponto físico) e espaço relativo (comparado) dão, segundo Harvey e Santos, respostas limitadas sobre o fenômeno se não estiverem na análise associadas (relacionadas ou em simultaneidade). Sob este método, foi entendido que os raciocínios espaciais que embasam os ativismos cartográficos se constituem nesta consideração da imbricação entre as variáveis que constituem processos de formação cultural e das configurações materiais do território em que vivem, tensionando suas experiências territoriais subalternizadas diante de determinações culturais hegemônicas subalternizantes.

Destarte, o ativismo cartográfico coordenado pelo CSOSP no Morro da Providência, frente aos impactos da pandemia causada pela Covid-19 e, continuamente sob processos de simbologização – processos de raciocínios espaciais e/com/mais fazimento de mapas – da afirmação e reivindicação de demandas sociais dos seus moradores manifesta questionamentos: quem são e o que querem os moradores de favela inseridos num *status* histórico e geográfico racista? Continua Harvey (2013, p. 12):

a questão primária com que estamos lidando é entender como todo este mundo relacional de experiência e informação se internaliza no sujeito político particular (ainda que individualizado no espaço e tempo absolutos) para suportar esta ou aquela linha de pensamento e de ação. Claramente, não podemos compreender o terreno mutável no qual subjetividades políticas se formam e ações políticas ocorrem sem pensar sobre o que acontece em termos relacionais (grifo nosso).

Manipular e registrar as leituras do território pelos seus próprios territorializados, mapas de “nós por nós”, torna-se um trunfo frente ao descaso do poder público, assim como a elaboração e a execução de soluções. Ter conhecimento sobre a diversidade social (material e imaterial) no território, discriminar as singularidades do onde, com suas respectivas e diferentes demandas, considerar suas idiosincrasias, torna-se uma tática potente na operação para a produção de mais (auto)conhecimento sobre quem somos (quem são os *nós*), fortalecendo o embasamento crítico e resistência política.

4.1 O Comitê SOS Providência ou o “Nós por nós”

O Comitê SOS Providência, sujeito coletivo do Morro da Providência na cidade do Rio de Janeiro, se constitui a partir da formação de um gabinete de emergência organizado pelos quatro sujeitos coletivos Galeria Providência, Casa Amarela, Proviturismo e Rio Memória e Ação¹⁰ para enfrentar os impactos à saúde e às questões socioeconômicas que afetaram a população do Morro durante a pandemia causada pela covid 19. Um coletivo de sujeitos coletivos. Vinculados ao campo da cultura, nos quais coordenavam projetos direcionados para a autoprodução, autoafirmação e exposição dos símbolos e narrativas de/da/sobre a favela, diante da grave crise sanitária, estes sujeitos independentes entre si, passam, nos primeiros meses de 2020, a serem interdependentes. Essa articulação se justifica também por conta da completa alheação do Estado em relação aos moradores de/da favela quando não viabilizou serviços básicos, por exemplo, postos e/ou materiais de testagem, serviços de remoção de cadáveres, pesquisa e produção de dados referentes a índices de contaminação e seus efeitos socioespaciais, dentre outros, que, por sua vez, confluíram com descasos seculares em relação à oferta de infraestruturas urbanas públicas, como, água tratada, serviços de limpeza, saneamento básico etc.

Diante desta conjuntura de profunda crise humanitária mundial, que reúne, no mesmo processo, uma desmensurada omissão estatal, mas com uma pujante auto-organização social de resistência, Cruz (2023, p. 45) destaca que,

¹⁰ Para uma leitura mais completa ver Cruz (2023).

Se no período da escravidão os africanos traficados chegavam ao Brasil sem nenhum direito e precisavam desenvolver táticas próprias para sua sobrevivência e sociabilidade, nas frestas do sistema e, muitas vezes, **a partir do associativismo**, hoje, os afro-brasileiros ainda lançam mão destes mesmos modos de fazer quando necessário, acionando saberes não categorizados pelo regime moderno-colonial de conhecimento e unindo capacidades individuais e coletivas para driblar as assimetrias sociais que os atingem (grifo nosso).

A pandemia causada pela Covid-19 no Brasil e no mundo nos confirmou, terminantemente, seja pelos seus altos números de mortes, seja pela crise econômica, um aprofundamento e perspicuidade referente à divisão racial e espacial. Mais precisamente, uma coerência entre os grupos sociais e os espaços em que ocorreram predominantemente as contaminações e mortes, como vimos acima com o trabalho do ativismo cartográfico Mapa Social do Corona. Raquel Rolnik, por sua vez, em entrevista (2020)¹¹, ratifica esta percepção afirmando que a pandemia coloca a nu o modelo desigual de produção da cidade. Ou seja, enfrentar aos impactos de uma crise humanitária, como fazem o CSOSP, passa pelas mesmas pautas que moradores de favela já disputavam quando observamos a associação entre a alta transmissibilidade e letalidade da doença e a sua transversalidade padrão em relação às suas vítimas maiores. Desta forma, a lógica do *deixar morrer* populações com fenótipos específicos, moradores de endereços específicos, e com específicas condições socioeconômicas não é nenhuma novidade, ao contrário, repercute em uma hierarquia racializada de *longa duração*, como é constatada por Santos (2020, p. 1),

Diversas são as desigualdades raciais existentes na sociedade brasileira que, certamente, elevarão os impactos do coronavírus entre os grupos já prejudicados pelo racismo. A “distribuição desigual de riscos” do COVID, termo proposto para analisar a atual situação pelo cientista social camaronês Achille Mbembe, advém das diversas resultantes do cruzamento das clivagens sociais de raça, classe e espaço no Brasil. A condição urbana predominante para populações negras é marcada pela segregação social e racial nas nossas grandes cidades. Desigualdades de padrões de habitação (que envolvem não apenas padrões construtivos, mas também densidades de pessoas por habitação, cômodos e metragens), bem como infraestruturas diversas de circulação (desde padrões de vias, de ruas largas e arborizadas de condomínios fechados aos becos e vielas em favelas) e transporte, além de condições econômicas e inserções profissionais que permitam ou não a permanência em casa durante a vigência de políticas de quarentena e isolamento, já implicam em profundos diferenciais no controle da transmissão.

11

https://www.ufpe.br/ppga/noticias/-/asset_publisher/oWaVxar42FhR/content/anthropologicas-podcast-a-covid-19-e-a-guerra-dos-lugares-na-cidade-raquel-rolnik-fau-usp/39562

Assim sendo, duas medidas foram propulsoras da ação do Comitê. A primeira foi a composição de um mutirão para a angariação, produção e distribuição de recursos e assistência aos moradores, como: cestas básicas, cestas frescas, máscaras, lavatórios (bicas públicas espalhadas pela comunidade), gás de cozinha; auxílio para a inscrição em programas de renda do governo; disponibilização de apoio psicológico profissional etc. E a segunda alusiva ao enfrentamento do apagão estatístico da Covid-19 (SANTOS, 2023), com a realização de um recenseamento – pesquisa para a produção de dados para um conhecimento mais específico, qualitativo e, sobretudo, georreferenciado dos impactos (Tabela 3).

Tabela 3 - Questionário censitário sobre os moradores do Morro da Providência produzidos pelo CSOSP

Censo CSOSP 2020
Nome:
CPF:
Rua e número:
Telefone:
Quantas pessoas moram com você na sua residência:
Renda do domicílio mensal (familiar):
Alguém da sua família conseguiu o auxílio emergencial do governo federal:
Quantas pessoas em situação de risco (maiores de 60 anos, gestantes, diabéticos, hipertensos, asmáticos, soropositivos, transplantados etc.) moram com você:
Nos últimos três dias alguém apresentou algum dos sintomas: tosse, febre, dor muscular, dificuldade em respirar, perda de paladar:
Alguém já foi diagnosticado com Covid-19 com teste:
Você possui máscara para todas as pessoas do domicílio:
Você tem produtos de higienização (água e sabão) para todos da família:
Você acha importante as medidas de isolamento social:
Nível de gravidade do domicílio (avaliação do morador monitor):
Se fosse disponibilizado apoio psicológico, você(s) teria(m) interesse:
Outros comentários (registro de maiores urgências):
Registro sobre o recebimento de cesta básica:

Fonte: Comitê SOS Providência

Ambas as ações, estratégicas, esboçam uma relação direta entre a espacialidade das organizações e as suas pretensões, sobretudo, políticas no processo de “materialização” das ações para com a resolução dos impactos, que a *priori* significava no salvamento de vidas, tanto pelo viés da saúde, com medidas de tratamento e/ou dos cuidados relacionados à virose, quanto sob o viés econômico-social de enfrentamento a fome, assim como nos ensina Santos (2006, p. 137),

Entre um fato que origina um ato de um movimento e a definição de qual vai ser este ato, há uma operação cognitiva de base estratégica que deve ser espacial, no sentido de conferir àquele ato uma extensão máxima dentro de um “campo de espacialidade” – extensão que, aqui, nem de longe remonta à dimensão física, mensurável em metros, quilômetros ou qualquer outra medida, mas à ordem de desdobramentos políticos que o ato potencializa.

Analisando diversas experiências que se organizaram de forma autônoma (ou sem o apoio do Estado), no enfrentamento dos impactos da pandemia, Santos (2023, p. 169) percebe que a leitura sobre o espaço, logo, a elaboração de trabalhos cartográficos, torna-se uma ferramenta central para a sistematização dos fatores, tanto dos impactos como para a formulação das estratégias de enfrentamento:

Grupos ativistas, diante dos negacionismos governamentais (com o papel desinformador e sub-informador que as cartografias governamentais desempenhavam, ao adotar formas de representação que invisibilizavam as especificidades desses grupos) e da escassa atenção acadêmica, se apropriaram de ferramentas cartográficas e as mobilizaram como instrumentos de suas disputas políticas e esforços mobilizatórios.

Todavia, o questionário censitário que investigou a condição dos moradores do Morro da Providência produzidos pelo CSOSP no período da pandemia, em maio de 2020, nesse intuito mobilizatório de resistência frente aos impactos econômicos e sociais comportam índices (Fig. 10) do(s): número atualizado (em relação ao censo de 2010, produzido pelo IBGE) do número de habitantes, associados ao registro específico dos endereços; níveis de renda; necessidades básicas; vínculos empregatícios, e, evidentemente, informações sobre os contágios e efeitos e necessidades condizentes da contaminação e/ou restrições por conta da Covid-19.

Figura 10 – Parte do Resultado da coleta de dados a partir do Censo do CSOSP



Fonte: Comitê SOS Providência

Coerente da máxima praticada pelos moradores da Providência, do “nós por nós”, este primeiro recenseamento torna-se um providencial instrumento de resistência aos impactos da pandemia e à negligência estatal quando exprime dados fundamentais para o planejamento de soluções no território pelos próprios territorializados. Mais do que uma ferramenta de comunicação, informação e tomada de decisões, tal produção cartográfica é um instrumento em disputas de narrativas e de projetos (territoriais) de enfrentamento (sanitário, econômico e social) à pandemia (SANTOS, 2023, p. 144).

Ademais, esse material se constituirá de suma importância para o Ativismo Cartográfico no qual iremos nos aprofundar a seguir.

4.2 A articulação entre CSOSP & NEGRAM

O Núcleo de Estudos em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais, em conformidade com a linha de pesquisa que trata da análise dos ativismos cartográficos, de movimentos e/ou organizações sociais que se utilizam do mapa como mais um instrumento político de luta, se dedicou, no ano de 2021, a associar esses ativismos com a conjuntura dos dilemas sociais provocados pela pandemia da Covid-19. Ou seja, refinamos o objeto considerando sua inserção no estudo de experiências que tratem desta temática, mais notadamente, do enfrentamento dos seus efeitos sociais através do mapa.

Desta exploração, relacionamos algumas das experiências selecionadas, como: a) “Painel Unificador da Covid-19 nas Favelas”¹², formado através da articulação de 24 coletivos – dentre eles o LabJaca¹³, o Comunidades Catalisadoras (ComCat)¹⁴ e o Conexões Periféricas¹⁵ –, que, através da pesquisa e da divulgação dos números de infectados e dos óbitos por Covid-19 nas favelas do Rio de Janeiro, promovem debates no sentido de melhor entender a situação, assim como para a construção e reivindicação de políticas públicas; b) “Mapa Social do Corona”¹⁶, como vimos acima, organizado pelo Observatório de Favelas, concentra-se na publicação de artigos e de mapas sobre a evolução da pandemia, pautado em temas e

¹² <https://experience.arcgis.com/experience/8b055bf091b742bca021221e8ca73cd7/>

¹³ <https://labjaca.com/>

¹⁴ <https://www.comcat.org/ods/>

¹⁵ <https://www.instagram.com/conexoesperifericasrp/>

¹⁶ <https://br.boell.org/pt-br/2020/10/27/mapa-social-do-corona>

questões afins como os “espaços da contaminação” e o “acesso à saúde pública”, desdobrando-os em reflexões sobre a desigualdade socioespacial dos contágios e das mortes; c) “Coronavírus nas Periferias”¹⁷, coordenado pelo Instituto Marielle Franco, teve o intuito de divulgar e catalisar instituições (e exposição dos seus endereços no mapa) que subsidiam as populações mais afetadas pela pandemia com apoio material e psicológico no âmbito nacional, proporcionando maior acessibilidade e contato entre estes; d) “Observatório da Covid-19 nos Quilombos”¹⁸, dirigida pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), objetiva o monitoramento e a divulgação dos números de contaminação e de óbitos nos quilombos Brasil afora e, da mesma maneira, como a experiência “Painel Covid” citada acima, visa à produção e divulgação de dados e de informações de espaços-lugares, através de mapas, onde não existe nenhuma atenção do poder público.

Assim, da mesma forma, conhecemos o trabalho principal desta dissertação, o mapeamento dos Moradores Monitores (MMs)¹⁹ do Morro da Providência, coordenado pelo Comitê SOS Providência. Todavia, inicialmente, uma questão central em relação aos materiais cartográficos da experiência quase interrompeu a articulação entre o Núcleo e Comitê que se desenvolveu depois: a inexistência dos mapas. O termo “mapeamento” como foi publicizado pelo Comitê, e que compõe o processo de pesquisa dos pesquisadores, verifica-se posteriormente, não se referir a um trabalho cartográfico estritamente. Explicitada de forma genérica, a terminologia anunciada, embora tratasse da produção de um conhecimento georreferenciado – quando associa as informações coletadas na entrevista de recenseamento com o registro dos seus respectivos endereços dos entrevistados – não comportava esta inscrição espacial através de mapas objetivamente.

Contudo, mesmo sem o mapa, a comunicação entre as instituições permanece durante o ano de 2021, sendo, inclusive, confiado, encontros depois, o acesso aos pesquisadores universitários aos dados coletados no censo dos MMs de 2020 exposto acima, no qual medem estatisticamente o tamanho do impacto da pandemia na Providência. Portanto, depois de uma breve análise, assuntam juntos,

¹⁷ <https://www.institutomariellefranco.org/mapacoronanasperiferias>

¹⁸ <https://quilombosemcovid19.org/>

¹⁹ <http://www.ideiasus.fiocruz.br/portal/especial-covid-19/237-morador-monitor-projeto-da-comunidade-do-morro-da-providencia>

ainda no mesmo ano, CSOSP e NEGRAM, serem esses materiais censitários medulares – valendo ressaltar a ausência de dados atualizados pelo IBGE desde 2010, quando ocorreu o último recenseamento do país – para mais da evolução da construção de programas de apoio às vítimas da Covid-19, mas também, para subvencionar o processamento de mapas.

As conversas entre o Comitê e o Núcleo se estendem durante o ano, conduzindo, inclusive, o trabalho de pesquisa do NEGRAM inteiramente para a organização de uma assessoria junto ao CSOSP. Sendo mobilizada, assim, uma nova frente de trabalho disposta à construção de três peças cartográficas com base na demanda dos moradores do Morro: (i) produção de um novo e mais amplo censo popular; (ii), automapeamento, toponimização de logradouros sem identificação nos mapas oficiais e/ou no próprio Morro, assim como a produção de mapas temáticos digitais subvencionados dos dados produzidos no censo popular e; (iii) cartografia social, na qual, a partir de raciocínios centrados no (naquele) espaço, e, conseqüentemente, de autoprodução de simbologias a partir da experiência vivida dos MMs como moradores e, ao mesmo tempo, como pesquisadores

[...] o mais importante nem sempre é o mapa ou o cartograma produzido, mas sim, o próprio processo de construção e os aprendizados decorrentes dele: **pensar sobre o espaço** desafiando os instrumentos de representação de que dispomos e criando novos instrumentos e formas de representação que mais se aproximam dos raciocínios espaciais que são construídos -, **pensar no espaço** – identificando as construções e estruturas decorrentes dos enfrentamentos enunciados e velados de cada realidade, um aprendizado de grande valia para os movimentos e para suas políticas de identidade -, e **pensar com o espaço** – informando a ação e redefinindo, assim, práticas e estratégias (SANTOS, 2006, p. 139).

Com base no refinamento da organização das ações comunitárias em execução, a ação política através da ação cartográfica pelos moradores se organiza em dois processos: (i) monitoramento da contaminação por Covid-19: distribuição de cestas básicas, conhecimento de regiões com maiores índices de precariedade etc., e; (ii) formulação de um escopo: acesso a serviços e equipamentos públicos (saneamento básico, asfaltamento, iluminação pública etc.); projetos urbanos participativos frente aos empreendimentos pré-determinados (como ocorreu recentemente com o projeto Porto Maravilha etc.); mobilização em relação à demanda por instituições referentes à Educação e à qualificação profissional dos moradores etc.

Neste momento, identificamos nesta parte de organização, reflexão e construção metodológica para a produção cartográfica, que é também de formação em cartografia, o início de construção e proposição para a(s) resposta(s) para a questão em tela. Vale registrar, igualmente, que a construção dos princípios metodológicos que reúne produção e formação cartográfica, se desdobra nos dois grupos de atores, no dos ativistas sociais do Comitê e no dos pesquisadores do Núcleo de Estudos que, até o referido processo eram críticos relatores e analistas dessas experiências.

Portanto, a estrutura e a agenda do trabalho são demarcadas por cinco movimentos: (i) construção do projeto, de definição das finalidades (objetivos políticos) e das formas (do como fazer), das questões (o que se quer saber) e objetos (quais as temáticas) a serem promovidos; (ii) produção e organização do questionário para o (novo) censo; (iii) recenseamento e levantamento das informações (estratégias e metodologias do trabalho de campo); (iv) processamento das informações (armazenamento e tratamento dos dados em Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) e sua aplicação na configuração dos mapas e gráficos); e, (v) divulgação e uso.

Começamos assim, a “meter a mão na massa”, conscientes da restrita potencialidade que as ferramentas e Sistemas nos permitem para raciocinar o espaço – comentaremos sobre essa questão mais à frente –, mas com propostas de temáticas engajadas sobre as questões relacionadas aos principais problemas e desejos dos moradores, assim como nos disse Openshaw (1991, p. 625)

Do ponto de vista tecnológico, é tudo muito simples. As novas tecnologias sintetizadas pelos SIGs estão a fornecer ferramentas para os geógrafos (e outros) utilizarem na informação geográfica. **Para que são utilizados e como fazer melhor uso deles dentro da geografia depende das atitudes e da mentalidade dos seus utilizadores e do que querem fazer com eles.** (grifo nosso)

4.3 A formação e a prática cartográfica do Comitê SOS Providência: Censo Popular, Automaapeamento, Cartografia Social e Mapas temáticos digitais

O CSOSP, firmado na filosofia do “nós por nós”, se configura por uma rede que, para além de estabelecer uma articulação entre diferentes entidades de forma inopinada, se desloca também das suas categorias de trabalho específica que vai do

âmbito da cultura para uma frente relacionada a uma crise sanitária mundial. Todavia, a distância entre o teor dos enfrentamentos no campo da cultura e da saúde não são tão distantes assim, como nos demonstrou Cruz (2023, p. 292), quando avaliamos os trabalhos de autoafirmação da cultura de favela quando inseridos no *status quo* moderno-colonial,

foi possível constatar que trata-se de agentes culturais operando a cultura de modo a ativar não somente os seus aspectos relativos ao desenvolvimento humano, aos modos de vida e às produções artísticas, mas ativando também o seu sentido original, ou seja, a cultura como cuidado. Nesse sentido, além de evidenciarem a parcialidade e a superficialidade da cultura operada no contexto dos grandes projetos urbanos, eles evidenciam a proximidade de suas abordagens em relação a múltiplos outros setores - como a saúde pública - justificando assim, a maleabilidade que culminou na constituição do SOS Providência.

Inobstante, a produção dos mapas, fruto da parceria com o NEGRAM, embora *a priori* se constituísse como mais uma experiência excepcional, funcionou com a mesma maleabilidade que ocorreu para o âmbito da saúde. Diante do importante acúmulo de experiências e conhecimentos que as organizações sociais tinham sobre o Morro, o trabalho cartográfico foi se desdobrando. Entretanto, os atores do território, com este novo trabalho, propuseram a pesquisa de outros assuntos para além do campo da saúde. Junto com objetivo de se pensar questões (o que se quer saber) e a sua correspondente metodologia (como fazer) para a produção dos mapas, concluiu-se que, para a criação de novas temáticas haveria a necessidade da elaboração de novas pesquisas que proporcionassem a produção de dados. Ou seja, foi preciso o investimento em um novo recenseamento.

Desta forma, com base no importante trabalho realizado no recenseamento feito em 2020 com o projeto dos MMs, no qual se mediram os impactos sociais da Covid-19 na Providência desde o início do período pandêmico, a construção de/para um novo questionário para um novo recenseamento²⁰ (Tabela 4) – agora com a assessoria do NEGRAM – se desenvolve.

A produção dessas novas questões, apoiadas em um exercício de (re)pensar as situações sobre o território com vistas a produção de dados para a produção de

²⁰ A construção deste novo recenseamento ou Recenseamento Popular foi amplamente apoiado pelas análises feitas pelo NEGRAM de três outros recenseamentos de favelas: “Pesquisa nas favelas com Unidade de Polícia Pacificadora da Cidade do Rio de Janeiro”, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS); “Censo Populacional da Maré” produzido pela ONG Redes da Maré, e; Censo da Rocinha – vinculado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

mapas, foi demarcada como um ponto fundamental de formação cartográfica, de formação dos moradores da Providência em cartografia. Inclusive, é também este processo que servirá de base para a produção das outras peças cartográficas concernentes deste trabalho: automapeamento, cartografia social e mapas temáticos digitais.

Subdividido em 8 blocos, a ampliação das perguntas passa a incluir mais das questões sobre a “identificação dos respondentes”, “identificação sobre os moradores” e, evidentemente, sobre a “saúde” – foco central do trabalho inicial –, e passa a considerar outras temáticas como: “serviços e utilidade pública”; “trabalho”; “segurança alimentar”; e “associativismo”.

Tabela 4 – Recenseamento Popular do Morro da Providência

Recenseamento Popular do Morro da Providência
Bloco 1 – Identificação do domicílio e respondente – com informações sobre localização (área, logradouro, etc.), para integração com a geolocalização das respostas e análise espacial, e do respondente, para evitar dupla resposta.
Bloco 2 – Informações sobre moradores – dados demográficos sobre cada integrante da composição familiar, como sexo, cor/raça, escolaridade, idade, bem como tempo de residência na Providência e gerações anteriores, se fosse o caso, entre outros.
Bloco 3 – Saúde – atualização sobre as informações sobre a COVID-19 e outras enfermidades consideradas importantes pelo grupo (p ex, vitiligo e tuberculose).
Bloco 4 – Sobre o domicílio – padrão urbanístico e de construção, bem como a condição de posse, propriedade ou aluguel. Este bloco era complementado por algumas questões também sobre as características físicas internas e externas do imóvel e do logradouro, a serem preenchidas pelos próprios MMs, sem necessidade de perguntar ao entrevistado.
Bloco 5 – Serviços de Utilidade Pública – serviços como abastecimento de água e coleta de esgoto, coleta de lixo, tipo de combustível utilizado para cozinhar, transporte e telefonia.
Bloco 6 – Trabalho – ocupação, tipo de vínculo, se tem atividade própria, renda, se recebe algum tipo de auxílio do governo, etc.
Bloco 7 – Segurança Alimentar: questões seguindo o modelo da EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar).
Bloco 8 – Associativismo – religião, participação política, etc.
Observação dos MMs – sobre a configuração material da “área” coberta, como tipo de acesso aos logradouros (rua, beco, viela, escadaria, se é asfaltada, se permite a passagem de veículos), o material da estrutura de construção dos domicílios, se o domicílio possui outra atividade para além da moradia (econômicas, cultural, religiosa etc.) etc.

Fonte: CSOSP/NEGRAM

5.1.1 Referências ao processo de formação e prática cartográfica no âmbito técnico

Convergente do arcabouço subsidiado pela assessoria do NEGRAM para com os moradores, neste novo e amplo processo, temos dois encadeamentos. Um primeiro no âmbito técnico, que se subdivide em dois procedimentos, o: a) estudo sobre as bases espaciais convencionais, características dos mapas tradicionais (de precisão), que qualificam a pesquisa na identificação (e registro) da localização do Morro e a sua correspondente orientação, contribuindo, inclusive, para a prática de “automapeamento”: identificação, toponimização e registro (no território, no mapa e em plataformas espaciais virtuais) de logradouros do Morro²¹ (Fig. 12); delimitação fronteira definida, pelos moradores, como Complexo do Morro da Providência; estabelecimento da subdivisão interna do território em mais “áreas”²², para a organização logística do trabalho de campo dos MMs e também para proporcionar uma análise mais minuciosa a partir de uma melhor (por estar mais seccionada) visualização/apresentação dos dados quando plotados/espacializados; leitura/reconhecimento das “selagens” – códigos que discriminam espacialmente os domicílios a partir de quadrantes específicos no mapa, fundamental para a plotagem/georreferenciamento das informações coletadas; b) manuseio da plataforma digital “Kobo”²³ (Fig. 16) para o preenchimento e envio das respostas do

²¹ Neste caso consideramos duas situações: (i) o processo próprio de toponimização de logradouros a partir do importante apoio de membros do CSOSP e de moradores e profissionais que atuam no Morro como o Carteiro e profissionais de saúde, e; (ii) devido alguns topônimos do Morro não terem registros nas bases espaciais, foi realizado, em parceria com a plataforma OpenStreetMap, o registro desses nomes de ruas na plataforma/mapa.

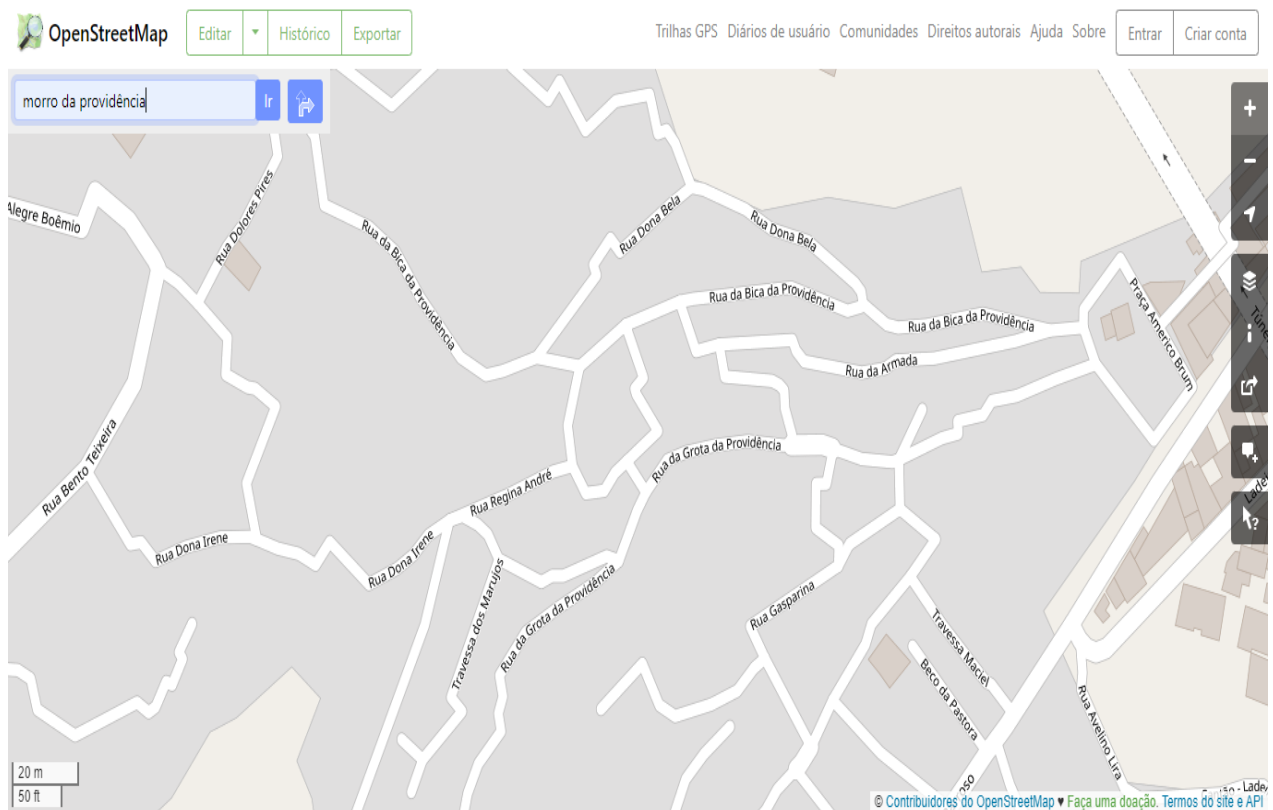
²² O primeiro trabalho de recenseamento do CSOSP considerava a subdivisão territorial do Morro para a organização do trabalho dos MMs em 6 áreas (baseada na delimitação de “áreas censitárias” feita pelo IBGE sobre o Morro da Providência). Contudo, no novo trabalho de recenseamento, com a assessoria do NEGRAM, a subdivisão das áreas aumentou para 11, que além dos argumentos citados, justifica-se também tanto por uma atenção maior sobre as diferentes configurações materiais do Morro, como pela inclusão de outras partes do território não consideradas no processo anterior, justificando assim a terminologia “Complexo” para designação do (novo) recorte espacial de trabalho.

²³ As aulas ministradas pelos integrantes do NEGRAM, Stéfany Silva e Reginaldo Silva Júnior, durante os meses de maio e junho de 2022 a respeito dos fundamentos técnicos para os MMs, conciliaram ensinamentos tocantes a: (i) inscrição e manipulação do aplicativo (app) “KoboToolbox”, que serviu tanto para os processos de georreferenciamento como para o registro das respostas do recenseamento, transferência e resguardo dos dados para posterior tratamento; (ii) associação entre a localização informada no app e a sua correspondência configurativa no mapa físico, e, da sua respectiva “área”; (iii) definição das (novas) fronteiras entre as “áreas”; (iv) atualização/correção do registro configurativo espacial que se encontram nos mapas e o que se encontra no espaço real – p. ex. a relação entre áreas que até a última versão no mapa representavam floresta mas que foram alteradas por construções; (v) problematizações políticas em torno da opção do app escolhido, especialmente das preocupações referentes ao controle das informações e dos dados produzidos por parte dos gerenciadores dos *softwares*.

censo e demarcação espacial dos domicílios segundo sua localização georreferenciada/selada.

Vale destacar que a opção, tanto pela ferramenta de coleta de dados *KoboToolBox* que serviu como uma espécie de prancheta virtual para o registro e a transferência das informações respondidas do recenseamento para o banco de dados, como pela plataforma espacial OpenStreetMap, que serviu para o registro dos topônimos produzidos e/ou não registrados nas plataformas virtuais no processo do automapeamento, como pelo Sistema de Informações Geográficas (SIG) Quantum Geographic Information System (QGIS) que serviu para a produção dos mapas temáticos digitais baseadas nos dados resguardados no referido banco, não foram aleatórias.

Figura 11 – Mapa de toponimização de logradouros do Morro da Providência na plataforma OpenStreetMap (OSM)



Fonte: <https://www.openstreetmap.org/#map=19/-22.89964/-43.19598>, 2022.

Figura 12: Imagem do questionário do Recenseamento Popular a partir do instrumento de coleta Kobotollbox configurado nos smartphones dos MMs

The figure displays three sequential screenshots of a KoboToolbox questionnaire interface on a smartphone. Each screen is titled 'CENSO POPULAR DA PROVIDÊNCIA' and contains a list of questions and input fields.

- BLOCO 1: IDENTIFICAÇÃO DO DOMICÍLIO E RESPONDENTE**
 - * NOME DO ENTREVISTADO: Diego
 - * TELEFONE DE CONTATO: 21
 - * DATA DA ENTREVISTA: 19 de jul. de 2023
 - * NOME DO ENTREVISTADOR: Borges
 - * HORÁRIO DE INÍCIO: 12:40
 - * ENDEREÇO: Ladeira do Barroso, 29
 - * LOCALIZAÇÃO: -22.9283483 -43.1750759 24.600000381469727 16.066
 - OBSERVAÇÃO:
 - Buttons: Ir para o Início, Ir para o Fim
- BLOCO 2: INFORMAÇÕES SOBRE MORADORES**
 - * QUANTAS PESSOAS MORAM NO DOMICÍLIO?: 1
 - MORADOR 1 (Grupo)
 - * QUANTAS PESSOAS DESTA DOMICÍLIO POSSUEM CERTIDÃO DE NASCIMENTO?: 1
 - * QUANTAS PESSOAS DESTA DOMICÍLIO POSSUEM CARTEIRA DE IDENTIDADE?: 1
 - * QUANTO TEMPO VOCÊ MORA NESTA COMUNIDADE?: 16 ANOS OU MAIS
 - * LOCAL DE RESIDÊNCIA ANTES DE VIR PARA ESTA COMUNIDADE?: SEMPRE MOREI AQUI
 - * HÁ QUANTAS GERAÇÕES SUA Sair
- BLOCO 3: SAÚDE**
 - * VOCÊ E/OU ALGUM DOS RESIDENTES CONTRAIAM A COVID-19?: SIM
 - * QUANTAS PESSOAS CONTRAIAM COVID-19?: 1
 - * HOUVE FALECIMENTO POR COVID-19 DE ALGUM DOS RESIDENTES?: NÃO
 - * ALGUÉM DA SUA CASA/FAMÍLIA NÃO TOMOU AS TRÊS DOSES DA VACINA?: NÃO
 - * CASO VOCÊ OU ALGUM RESIDENTE TENHA CONTRAÍDO COVID-19, ALGUÉM AINDA SOFRE SEQUELAS DA DOENÇA?: NÃO
 - * ALGUM RESIDENTE DE SEU Sair

Fonte: NEGRAM

Um dos princípios dessas escolhas foi a decisão pelo grupo de utilizar materiais informáticos que fossem disponibilizados gratuitamente, mas, que também: (i) fossem abertos (*opensource*), ou seja, que seu uso não tivesse restrições legais de acesso e publicização dos resultados; (ii) os dados produzidos não tivessem a exigência de serem compartilhados, nem tampouco registrados com co-autoria com às instituições que disponibilizassem as ferramentas; (iii) que o uso incluísse a permissão sobre a edição da própria ferramenta usada, como foi o caso do registro dos topônimos referidos.

Esse uso vem sendo disputado por ativistas cartográficos que buscam desenvolver ferramentas alternativas de mapeamento, no qual não tenha como efeito colateral de poder fortalecer atores hegemônicos e suas arquiteturas de poder (Santos, 2023 p. 165). Em suma, optamos, pelas razões críticas expostas, de não utilizarmos, ao fim e ao cabo, as ferramentas da Google, que, embora públicas, não são gratuitas, nem tampouco, livres. Os produtos gerados nesta articulação são condicionados a autorizações e restrições do seu uso diante do fato da empresa exigir co-autoria, além do motivo implícito, de ter pleno acesso sobre o conteúdo produzido.

5.1.2 Referências ao processo de formação e prática cartográfica no âmbito político

Associadamente, o segundo encadeamento refere-se à assessoria de formação cartográfica no âmbito político. Nesta circunstância, o escopo está pautado em reuniões apoiadas em questões que apreciam a relação entre o espaço e o imaginário, sobretudo, no seu viés crítico, no que se refere a tensionar a ordem epistêmica hegemônica do pensamento moderno-colonial²⁴. Assim como nos diz Deleuze & Guatarri (*apud* HAESBAERT, 2014, p. 130), o pensamento se faz no processo de desterritorialização. Pensar é desterritorializar. Isso quer dizer que o pensamento só é possível na criação, e para se criar algo novo é necessário romper com o território existente, criando outro.

Esse movimento crítico síncrono, de desqualificar (desterritorializar) a superestrutura compósita do pensamento moderno com a autoafirmação (reterritorialização) das relações socioespaciais dos moradores da Providência é fundamental. Assim como expressa Hugo de Oliveira, um dos coordenadores do CSOSP: “a sua cabeça é a partir de onde o seu pé pisa. É preciso saber conhecer o que você precisa” (2022). Afirmção similar da que nos ensinou Santos (2007, p. 27), referente à relação entre o conhecimento espacial crítico e a “tomada de posição política no mundo”

Quando falamos isso, estamos indicando na verdade uma dupla acepção do que chamamos “se posicionar no mundo”: (i) *conhecer a sua posição no mundo*, e para isto o indivíduo precisa conhecer o mundo; (ii) *tomar posição neste mundo*, que significa se colocar politicamente no processo de construção e reconstrução deste mundo. Se posicionar no mundo é, portanto, conhecer a sua posição no mundo e tomar posição neste mundo, agir. Saber Geografia é saber onde você está, conhecer o mundo, mas isto serve fundamentalmente para você agir sobre este mundo no processo de reconstrução da sociedade: se apresentar para participar.

Consoante, o processo referente à formação política do ativismo cartográfico foi constituído pela organização de mesas-redondas. Com a participação de lideranças políticas e de atores (lideranças políticas de favelas, membros de ONGs, professores, estudantes etc.) com pautas tocantes à temática sobre a favela,

²⁴ Amparados pela teoria decolonial, entendemos ser o conceito “moderno-colonial” basilar para as nossas análises, quando compreende ser o *status quo* amplamente condicionado por uma forma de se pensar e de viver o mundo. Uma Idade marcada histórica e geograficamente pelo processo de colonização material e simbólica do mundo pelos europeus.

relatando suas trajetórias e experiências ativistas e/ou de estudos. Os palestrantes contribuindo fortemente para se pensar criticamente o *status quo* e a posição/condição social em que estão compreendidos os moradores de favela, apresentam questões sobre racismo étnico, socioeconômico e ambiental, assim como a revelação de episódios particulares e de processos peremptórios de análises teóricas, de mobilização e de conflitos. Em suma, tratam de reflexões engendradas na relação entre os seus respectivos espaços-lugares e a suas condições e situações políticas para além de moradores, não obstante, como sujeitos da ação.

Portanto, a agenda das mesas referentes aos processos de formação política do CSOSP se organizou da seguinte maneira:

Encontro 1: Boas-vindas (13/06/2022), com a coordenação do SOS Providência e a equipe do NEGRAM/IPPUR/UFRJ;

Encontro 2: Ativismos sociais de base comunitária de Direitos Humanos (14/06/2022), com Antônio Shaolin, liderança da Rocinha, Deise Pimenta, da Ação Cidadania, assistente social e ativista, Cosme Filipssen, liderança da Providência e um dos fundadores da SOS;

Encontro 3: Importância da Pesquisa nas Favelas (15/06/2022), com Alan Brum (doutorando em Planejamento Urbano IPPUR/UFRJ, graduado em Ciências Sociais, Coordenador de Articulação do projeto Usina de Valores pelo Instituto Vladimir Herzog, pesquisador e coordenador do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Complexo do Alemão - CEPEDOCA e Cofundador e Secretário Executivo do Instituto Raízes em Movimento) e Gisele Martins (Comunicadora popular da favela da Maré, doutoranda em comunicação social e autora do livro “Militarização e Censura na Maré”;

Encontro 4: “Pequena África (Letramento racial) e a História da Providência na cidade do Rio de Janeiro” (20/06/2022), com o professor Renato Emerson e Karoline Santos, geógrafa mestranda, ambos do IPPUR-UFRJ, pesquisadores dos lugares de memória e circuitos na Pequena África do NEGRAM;

Encontro 5: “Participação popular e a construção de políticas públicas” (21/06/2022) com os integrantes do SOS, Hugo, Edilma e Alessandra, cada um contando sobre a sua experiência com acesso à educação e participação política.

Desta maneira, os atores em questão se pronunciaram e enriqueceram o processo formativo com diversas reflexões e ensinamentos. Cosme Filipssen, também coordenador do CSOSP, comunicou sobre os processos de resistência do

Morro da Providência relacionados às remoções, diante dos projetos do Estado no período de implementação de equipamentos urbanos concernentes aos Grandes Eventos esportivos que aconteceram na cidade do Rio de Janeiro e de projetos de gentrificação da região central, como o Porto Maravilha e, também, sobre os processos que levaram a organização do CSOSP e da luta dos moradores diante dos impactos pandemia da Covid-19. Outra integrante dos debates, Dayse Pimenta, representante da ONG Ação da Cidadania (instituição parceira para a promoção do Censo Popular) relatou, a partir da sua própria experiência de vida como migrante, ainda adolescente, do estado do Pará para o do Rio de Janeiro, como empregada doméstica, discorreu sobre os Direitos Humanos e projetos de políticas públicas, seus significados e importâncias como instrumentos de luta para os moradores de favela. Antônio Shaolin, liderança histórica da Associação de Moradores do Morro da Rocinha, por sua vez, falou sobre as diversas questões acerca da invisibilidade dos favelados em relação ao Estado, considerando, como ponto nevrálgico para esse enfrentamento, a articulação política entre as favelas da cidade, ou seja, somente a construção política coletiva pode, na opinião do ativista, converter os processos de subalternização institucionalizados.

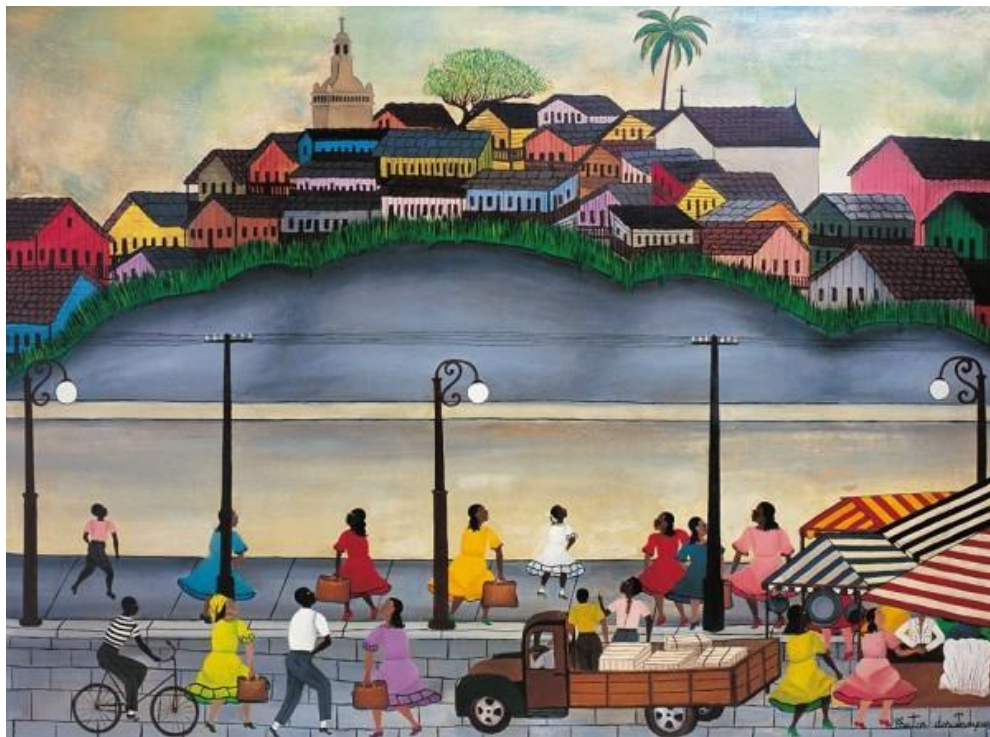
O encontro ministrado pelos membros do NEGRAM, pelo coordenador do Núcleo, o prof. Renato Emerson dos Santos, e pela mestrandia em Planejamento Urbano e Regional, Karoline dos Santos, tiveram como mote conferenciar sobre a história da região em que se encontra o referido Complexo, designada por Pequena África – denominação criada desde 1910 por Heitor dos Prazeres (Fig. 13), como bem evidenciou o professor. Um espaço-lugar, conforme os palestrantes, de intensa “efervescência territorial-política negra” que remonta o período colonial, com ancestrais referências africanas e que se renovam com o tempo, por exemplo, quando serviu de recanto e resguardo para as populações negras removidas das regiões centrais da cidade na Reforma Pereira Passos (1903-1906), arquétipo de um projeto de “branqueamento econômico, cultural e do território”²⁵, como conceitua

²⁵ “O branqueamento aparece, nesta leitura, como a diretriz da biopolítica racial hegemônica, que se territorializa constituindo um conjunto de dispositivos de poder materializados em políticas como assentamentos, expulsões e deslocamentos de populações, na produção de representações e controle dos regimes de visibilização e das leituras sobre tais processos, imposição de formas culturais de comportamento e relação sociedade-natureza, entre outros. Tais dispositivos articulam, de maneiras cambiantes em diferentes contextos (temporais e espaciais) as diversas dimensões que toma o dado racial – sobretudo, as dimensões biológica (fenotípica) e a cultural” (SANTOS, 2018, p. 470).

Santos (2018). Consoante, um lugar de importantes conflitos urbanos históricos, como o cortiço localizado sobre as ruínas do antigo Mercado da Harmonia que serviu de trincheira pela organização popular que provocou a Revolta da Vacina (1904) sob a liderança negra de Prata Preta.

A fala dos representantes do NEGRAM articulou, também, processos mais recentes da geografia da região como o/a: tombamento da Pedra do Sal (1984), importante lugar de moradia de pessoas negras recém-chegadas ao Rio desde os tempos coloniais, assim como das práticas de Samba e do Candomblé – proibidos e reprimidos até meados do século XX –, mas que atualmente é reduto do samba carioca; fundação do Instituto dos Pretos Novos (1990), coordenado por Dona Mercedes que, ao encontrar no subsolo de sua casa, durante uma reforma, uma ossada humana, descobre que se tratava de um cemitério de escravizados, tendo resolvido transformá-la num memorial da História negra.

Fig. 13 – Morro da Favela, 1965, de Heitor dos Prazeres



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2023.

Por conseguinte, os geógrafos discorreram sobre os atuais processos de subalternização socioespacial ou, como mencionamos, de branqueamento do

território, a partir do projeto Porto Maravilha²⁶. Racismos, como parte das ações do Estado, que alcançam a região, seja simbolicamente, como, por exemplo, com a mudança de toponímias, conforme o da área do cortiço referido acima para Praça Coronel Assumpção, seja materialmente, como foram as remoções de moradores da região da Pequena África para a implementação dos empreendimentos próprios do projeto. Não escapou da atenção crítica dos conferencistas nem mesmo o Circuito de Herança Africana que, ao valorizar apenas 6 patrimônios com referência a valoração da história e cultura negra, termina, na realidade, por diminuir toda a história da região. Este processo é classificado pelos professores de incorporação subalternizante, pois reserva, de forma pretensa, se não perversa, as partes não inclusas à mercê dos projetos estatais, ou branqueadores.

5.2 Mão na massa – a Cartografia Social “Morro da Providência: Visão dos Crias”

A visão é sempre uma questão do poder de ver.
Donna Haraway

A produção das Cartografias Sociais advém de um longo e complexo processo de exercícios pautados em raciocínios centrados no espaço, um registro que considera, sobretudo, as imaginações e as subjetividades dos sujeitos moradores do espaço-lugar a ser cartografado. Coerente desta importância, a Cartografia Social do Comitê SOS Providência (CSOSP), intitulada como “Morro da Providência: Visão dos Crias”, além de abranger a forte consideração da experiência desses atores como moradores da Providência, está balizada também nos processos de formação e de prática cartográfica técnica e política nas quais estamos relatando.

Assim como articulam Sánchez e Moreira (2019, p. 10), quando percebem a importância da extensão espaço-temporal que os ativismos cartográficos devem englobar: exposição “imediate” da versão político-simbólica estimulada no próprio processo de produção cartográfica como a consideração de percepções e

²⁶ Projeto urbano, que de forma unilateral pelo Estado, reestrutura (desterritorializa) a região portuária da cidade do Rio de Janeiro, a partir de empreendimentos (reterritorializa) pré-definidos pela prefeitura, considerando de forma pontual (branqueamento do território) os aspectos culturais histórico-geográficos da população negra na cidade.
http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6165511/4162118/projeto_porto_maravilha.pdf

concepções de vivências e de conhecimentos anteriores para compreensão socioespacial igualmente mais abrangente:

Além de poder falar sobre um período particular específico, que produz toda sorte de relações espaciais, culturais, econômicas e ambientais, os exercícios cartográficos vêm contribuindo como possibilidade de friccionar tempos diferentes sobre um mesmo plano de visão. Em outras palavras, pode tornar visível a relação entre o hoje e as condições materiais e objetivas de períodos históricos anteriores. Apesar de partirmos algumas vezes do olhar imediato do cotidiano, a busca por uma gênese histórica colocou como desafio compreender quais são os contínuos e descontínuos da produção capitalista do espaço.

Ou seja, uma cartografia que reúne amplos aspectos quando os seus cartógrafos são integrantes de uma organização social do lugar a ser cartografado com práticas territoriais e de ação política históricas, assim como, colaboradores do projeto de extensão “Censo Popular, Automapeamento e Cartografia Social do Morro da Providência – SOS Providência & projeto Morador Monitor”, registrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Cruz (2023) traz uma rica análise sobre a estrutura e processos de organização dos agentes que compõem o CSOSP, nas quais explicita mais sobre a coerência e relação dos seus campos e metodologias de ação antes e depois da constituição do Comitê, que inclusive será o substrato da composição dos mapas:

A fim de desconstruírem os estigmas que recaem sobre a região e os seus habitantes e tensionarem as imagens supersimplificadas que compõem os sistemas dominantes de representação do espaço, os projetos culturais da região portuária com os quais dialogamos operam frequentemente com **dispositivos capazes de produzir, com autonomia, autorrepresentações mais alinhadas à realidade cotidiana das comunidades que ali vivem**, e, conseqüentemente, comunidades de sentido. São representações que, além de documentarem as dinâmicas de vida na região e o trabalho coletivo ali desenvolvido, produzem uma autoimagem digna e positiva da comunidade, alimentando discursos visuais que oferecem novas oportunidades de leitura do território. Ancorando essas representações em seus próprios termos, esses agentes culturais do território **criam condições a partir das quais torna-se possível reconstruir identidades**, extrapolar os limites das perspectivas limitadas e abrir espaços para a imaginação de novos modos de construir a sociedade e a cidade que se deseja (grifo nosso), (CRUZ, 2023, p. 291).

Dessa forma, após percorrer os processos de formação descritos, reúnem-se nos dias 24 de setembro e 08 de outubro de 2020, na sede do CSOSP, MMs e NEGRAM, para a produção da cartografia de *nós* mesmos, de colocar no papel as

reflexões sobre a experiência vivida antes e depois do trabalho de recenseamento e de automapeamento.

Os MMs, assim como outros membros do CSOSP, inicialmente levantam importantes questionamentos diante da condição de serem fazedores de mapas: nós podemos também ser cartógrafos? É possível fazer outro tipo de representação que não seja a da engenharia? Cartografia Social é mapa de verdade ou de esboço? Ou seja, sobrelevam-se tensionamentos, notadamente, em direção a uma confluência de ideias que desconstrói as naturezas tanto da marginalização social e do racismo como do monopólio de fazer cartografia por uma cátedra elitista. Ainda, percebe-se que ter autonomia sobre a produção cartográfica, e/ou não se apoiar simplesmente sobre a gramática das convenções, não significa qualquer ruptura se a compreensão da sua *posição no mundo* não esteja abarcada. Encontra-se aqui o ponto fulcral que diferencia um mapa moderno-colonial e um mapa fruto de ativismos sociais de moradores de favela.

Uma seção importante da oficina e que, serviu de grande inspiração para os (novos) cartógrafos, foi a breve apresentação da emblemática experiência de CS – uma das maiores referências analisadas pelo NEGRAM –, o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). Como mencionamos acima, o PNCSA se utiliza da cartografia como um instrumento político para ativismos sociais. Projeto que, desde a década de 1990, tem como centralidade a produção de mapas balizada nas concepções territoriais, simbólicas e reivindicativas dos territorializados, (re)qualificando sua condição tradicional de objeto temático, ou de mapeados, para cartógrafos. Isto é, são, em sua maioria, as comunidades autóctones da região amazônica as fazedoras dos seus próprios mapas, sendo as equipes de estudantes e professores da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), suas importantes assessorias técnicas e políticas. “Os agentes sociais produzem croquis, mapeando sua região e indicando quais os elementos relevantes para a sua composição. [...] Na sequência, o PNCSA recolhe as informações das marcações de ponto e as georreferencia na base cartográfica”²⁷.

Em síntese, temos um processo de formação cartográfica que vai além de ensinar o que seria pertinente para inclusão nos mapas. O que observamos são inferências que confluem para percepções críticas sobre a leitura do espaço e a

²⁷ www.novacartografiasocial.com.br

produção de sua representação, como uma ferramenta universal da tecnocracia, mas, que também pode servir à luta e à crítica a partir do desenho do espaço, reiteramos, sendo feito pelos seus próprios territorializados.

Uma experiência de produção de mapa de esboço que nos auxilia a compreensão sobre este tipo de mapeamento foi a descrita no trabalho de Mello *et al* (2017) sobre o mapeamento feito pelos autores do bairro do Catumbi. Para um maior conhecimento dos fenômenos sociais e importância das configurações materiais especializadas, os mapas sociais (ou “desenhos” do espaço, como designam) captam no seu processo de construção o que os olhos não veem na fotografia (nem tampouco em um mapa de precisão). O delineamento do desenho sendo composto a partir do trabalho de campo ganha contornos que anunciam simbologias advindas dos processos relacionais – no depoimento dos moradores e nas conversas entre pesquisadores e moradores – mobilizando outras formas de apresentação do espaço e de ver o espaço.

O desenho [mapa de esboço] realça aspectos diluídos das fotografias que confundem o pesquisador com a “ilusão realista” imediata. Encontros, “pontos”, centros de convívio, locais de jogos e de brincadeiras, situações que conformavam a vida de relações no bairro foram submetidos a observações e registros iconográficos detalhados. Os desenhos obtidos sobre as fotos ou sobre os seus mesmos temas permitem uma leitura sintética de um conjunto de eventos significativos [...] valeu muito para que aprendêssemos as dimensões internas da vida social. Ficamos conscientes de valores de ambiência que, pela natureza do meio utilizado para a análise se impunham de imediato. Fotos [do espaço-lugar] e desenhos [mapas de esboço] facilitam a leitura, captam e traduzem com grande impacto as expressões sensíveis do urbano. Valem por mil palavras (MELLO, 2017, p.15).

Em suma, os moradores do Morro da Providência, ao (se) cartografarem, e/ou ao se constituírem cartógrafos, a partir da plotagem das suas sociabilidades, relação com o espaço e referências espaciais, tomam posição no mundo.

Contudo, as críticas à cartografia tradicional, sobre e a partir da metodologia da CS, consideram, igualmente, a não formulação de um novo pódio da racialização ou de uma nova escala hierarquizada de valores, como bem evidenciou a experiência Cartografia Social Urbana acima: este perfil crítico não se pretende ser hegemônica e nem homogênea, também não tem pretensões de totalizar uma contra-história oficial (CARTOGRAFIA SOCIAL URBANA, p. 5, 2015). Ao contrário, o que as discussões valorizam é a transversalidade das/entre as visões de mundo, dentre elas, p. ex., expressada com atenção nos processos articulatórios

constitutivos da experiência em tela, na não hierarquização entre os conhecimentos popular (do CSOSP) e acadêmico (do NEGRAM), consubstanciado em uma horizontalidade epistêmica. Foi aprendido que diferentes conhecimentos e cartografias não precisam se anularem para serem autorais e, precipuamente, legítimos.

Destarte, a CS se configura na complexidade, numa combinação entre a racionalidade das cartografias de precisão e a situacionalidade das cartografias imaginadas por grupos sociais subalternizados. Em outras palavras, constatamos que a cartografia, para além de ser um instrumento elitista, se estabelece como um instrumento de disputa: de disputa política, mas, antes, de disputa pelo próprio uso da cartografia.

Consequentemente, foram sugeridas pelo Núcleo seis perguntas para serem debatidas no intuito de estimular ainda mais a dimensão subjetiva dos moradores do Morro da Providência-cartógrafos – e o seu contínuo processo de formação de um imaginário posicionado – a partir das suas relações referenciais da vivência antes, durante e depois do trabalho de pesquisa.

Provocações (Tabela 5) que incluem a: rememoração e avaliação dos percursos e das experiências espaciais; diagnóstico sobre essas experiências a partir de uma opinião crítica sobre as situações de campo e; releituras sobre o tecido sociopolítico da Providência.

Tabela 5 – Questões provocativas

Questões Provocativas
1. O que você conheceu de novo do território através do recenseamento?
2. Se você fosse trazer uma pessoa querida para apresentar a Providência, o que você mostraria?
3. Por onde você circula no território?
4. O que você sente falta no território?
5. O que existe no território que pode ajudar a resolver esses problemas?
6. O que você colocaria no “mapa do futuro” da Providência?

Fonte: NEGRAM

As respostas, embora diversas, transitaram sobre uma (re)avaliação espacial central: grande variedade configurativa material do Morro, ou a percepção de regiões com demarcações materiais uniformes. Influenciada, como bem sinalizamos,

por toda subvenção formativa descrita, o ponto de vista sobre a lente da pesquisa desvelou novos arranjos espaciais. Coerências e/ou diferenças estruturais – raciais, socioeconômicas, de estruturas das ruas, das casas etc. – já experienciadas, ganham justificativas ou perdem naturalidade. Depoimentos de percepções espaciais-regionais como: diferenças socioeconômicas entre parte alta e parte baixa do Morro; da existência de um mercado imobiliário (especulativo, inclusive); lugares de altíssima precariedade; lugares turísticos; lugares turísticos no Morro que os próprios moradores desconheciam; áreas comerciais etc. ganham um novo olhar, ou mais propriamente, uma nova visão.

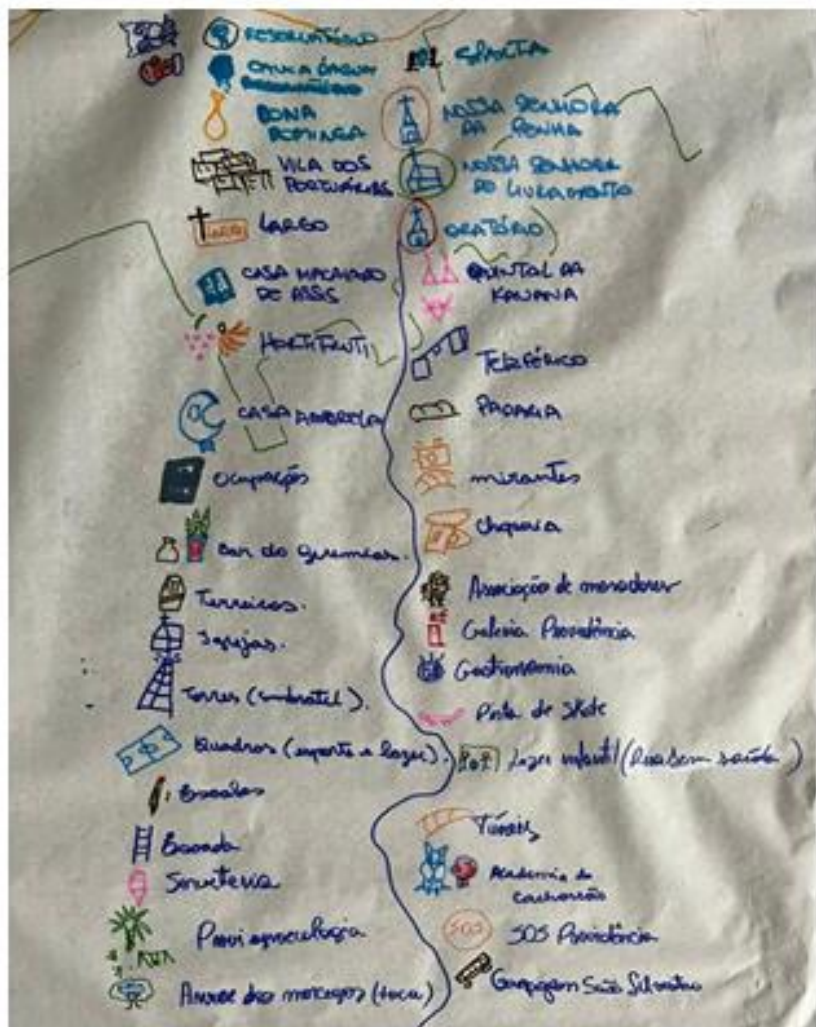
Desdobram-se, desta forma, importantes complexificações para o raciocínio espacial e para as dimensões subjetivas dos cartógrafos, quando surgem novos entendimentos e reflexões sobre as configurações materiais inter e intra-regionais do Morro.

Outrossim, foram propostos três gêneros temáticos para a produção da cartografia social: “do diagnóstico atual”, que apresentaria, em sua maioria, a denúncia de problemas infraestruturais e sociais presentes; “do futuro”, propositivo de políticas, equipamentos e iniciativas que enfrentassem as questões sinalizadas no “diagnóstico” e; “dos circuitos” – sugestão escolhida – (Fig. 20 e 21), temática que se apoia na valorização dos lugares nos quais os MMs, ou mais especificamente, os *crias* veem como importantes referências positivas existentes no Morro, condizentes à arte, ao lazer, à religião, à gastronomia etc. Um diversificado mapa de sugestões para um *rolezão na Provi*, como convidou um dos MMs, assim como para enfrentar o rótulo de que o Morro seria um lugar exclusivo da violência e da pobreza, como argumentou

outro
cartógrafo.

Fonte: NEGRAM

Figura 15: Legenda – Mapa “Visão dos Crias”



Legenda do Mapa “Visão dos Crias” do CSOSP

Reservatório	Sparta
Caixa d'água	Nossa Senhora da Penha
Dona Domingas	Nossa Senhora do Livramento
Vila dos Portuários	Oratório
Largo	Quintal da Kauana
Casa do Machado de Assis	Teleférico
Hortifruti	Padaria
Casa Amarela	Mirantes
Exposições	Chopperia
Bar do Jeremias	Associação de Moradores
Terceiros	Galeria Providência
Igrejas	Gastronomia
Torres (Embratel)	Pista de skate
Quadras (esporte e lazer)	Lazer infantil (Rua sem saída)
Escolas	Túneis
Escada	Academia do Cachorrão
Sorveteria	SOS Providência
Provi agroecologia	Garagem São Silvestre
Árvore dos Morcegos	

Fonte: NEGRAM

5.3 Mão na massa – Mapas Temáticos Digitais

Amparado sob as mesmas premissas políticas e situacionais que embasaram o automapeamento, a formulação das questões do censo popular e a cartografia social, foram produzidos os mapas temáticos digitais do Morro da Providência. CSOSP e NEGRAM geraram cerca de 10 automapas, nos quais traremos 4 deles para ilustração.

O primeiro mapa (Fig. 16), fruto de um dos trabalhos de automapeamento, corresponde a um processo que exprime duas funções: delimitar as fronteiras externas do que seria para os moradores factualmente o “Complexo” do Morro da Providência e; elaborar uma subdivisão territorial interna em “áreas”, para a otimização do trabalho de campo a ser realizado pelos recenseadores populares.

Figura 16: Mapa do Complexo do Morro da Providência

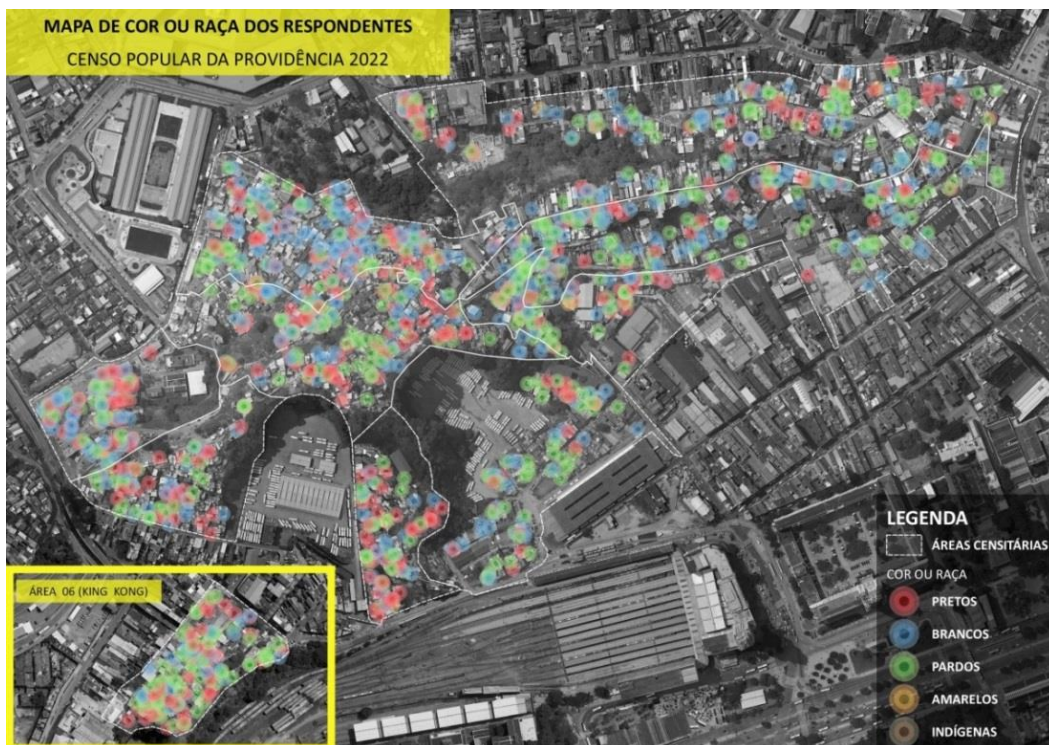


Fonte: NEGRAM

O segundo mapa, concernente à “cor ou raça dos respondentes” (Fig. 17), baseado nos dados do recenseamento, reflete o debate levantado na aula ministrada pelos geógrafos Renato e Karoline, relatada acima, quando afirmam ser a

região da Pequena África um recorte espacial do protagonismo e da resistência da população negra. Uma materialização diaspórica africana com referências históricas globais e de substancial densidade sócio-política no tocante à cultura e gramáticas que marcam/grafam o espaço. Um território de referências e memórias pretas, materiais e/ou imateriais, de toponímias, monumentos, tombamentos, práticas territoriais, eventos musicais, religiosos e, sobretudo, da presença de corpos pretos.

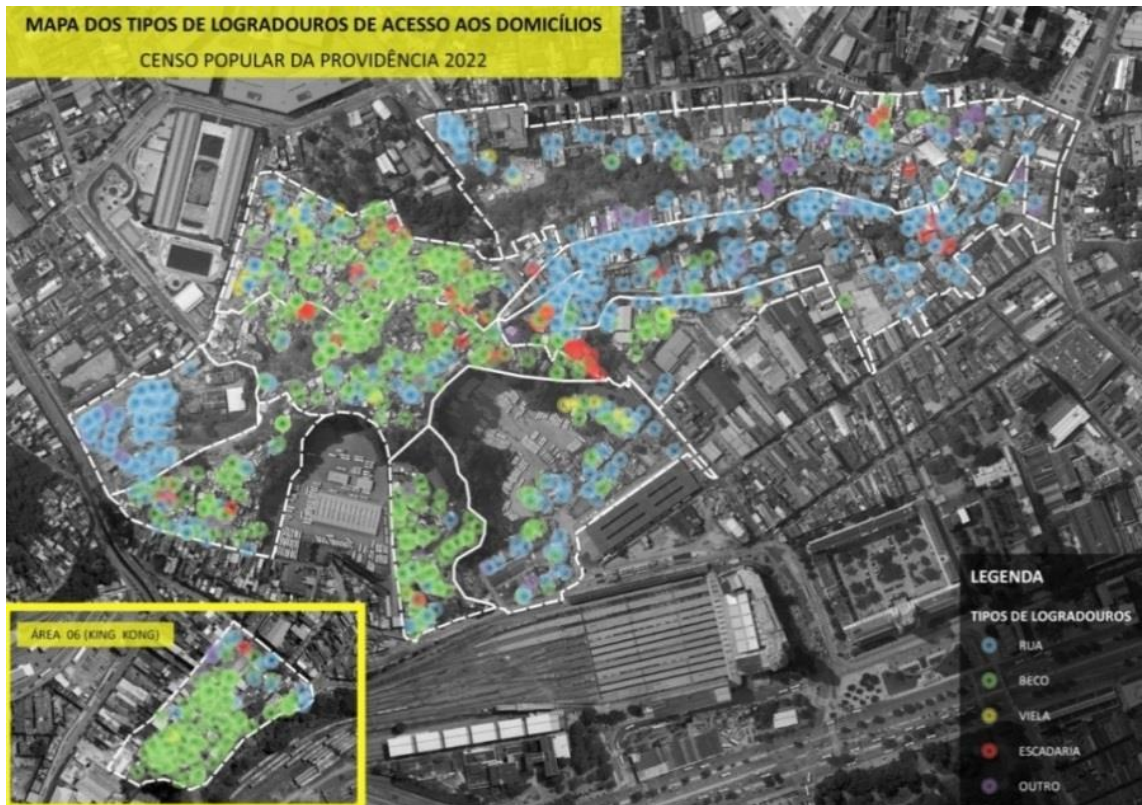
Figura 17: Mapa de Cor ou Raça dos respondentes



Fonte: NEGRAM

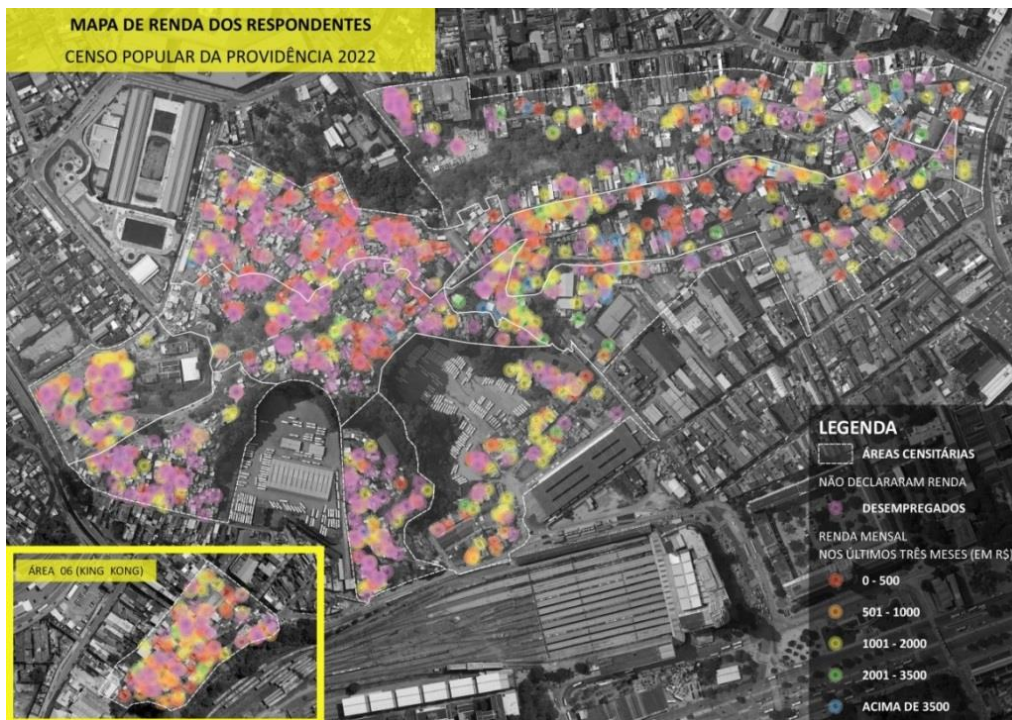
Os mapas seguintes, também apoiados nos dados levantados e tratados do censo, propõem uma leitura relacional, pois nos favorece por meio de uma análise espacial, nos responde haver desigualdades sociais internas no Morro da Providência. Ao interagirmos com as informações dos dois mapas, sobrepondo os dados dos “logradouros de acesso aos domicílios” (Fig. 18) com os dados referentes à “renda dos respondentes” (Fig. 19), percebemos uma coerência padrão: específicos tipos de logradouros em específicas “áreas” abarcam específicos níveis de renda. Além disso, se retornarmos para o mapa acima, concluiremos a predominância da raça negra convergindo para uma outra predominância: menores níveis de renda e moradores de logradouros mais precarizados.

Figura 18: Mapa dos tipos de logradouros de acesso aos domicílios



Fonte: NEGRAM

Figura 19: Mapa de renda dos respondentes



Fonte: NEGRAM

Os mapas temáticos digitais se estruturam como bem observamos, predominantemente, nos dados coletados no recenseamento. Dessa maneira, a sua temática tem relação direta com a questão do formulário censitário, logo, o mapa sobrevém do georreferenciamento desses dados coletados e tratados.

Outra percepção sobre este processo é que ele se configura numa espécie de segunda parte do processo de automapeamento. A primeira parte composta pelo processo de toponimização, do reconhecimento (e fronteirização) do território através da leitura de mapas de precisão da região que compreende o território do Morro e, conseqüentemente, da nomeação de logradouros sem identificação como observamos no primeiro mapa exposto nesta sessão da delimitação das fronteiras externas (do Complexo) e internas (das áreas).

Vale destacar, que o automapeamento, o recenseamento, a cartografia social e os mapas temáticos digitais são processos interdependentes e provindos de amplos e complexos processos de raciocínios espaciais e de produção de conhecimento *de* favela: pensar as questões do censo tem a ver com a temática a ser digitalizada, que tem a ver com o que se pensa em expor no mapa de esboço, que tem a ver com a forma de organização do trabalho de campo, que tem a ver com o recorte e decisão sobre o que é a geografia do Morro da Providência, que tem a ver com os estudos sobre o mapa de precisão.

Assim como Taylor (1994, p. 4), que analisou o atual cenário emancipatório em que se encontra a Ciência Cartográfica a partir da disseminação das suas ferramentas de produção digitais e a sua evolução no tratamento e representação dos dados:

A Cartografia precisa suplementar e complementar seus produtos topográficos e locacionais com produtos temáticos que aumentarão nossa compreensão do mundo em que vivemos juntamente com uma aceitação da especificidade cultural e do contexto cultural de ambos os produtos e processos cartográficos.

Inclusive, o autor pensa ainda, de forma paradigmática, que as recentes possibilidades de configuração e expressão dos dados por meio dos novos *softwares* produtores de mapas podem oferecer uma ruptura sobre as normas, e talvez até sobre a epistemologia que embasa as convenções – nas quais, como foi visto anteriormente, servem para modular, a partir da imposição de uma aparência,

os raciocínios espaciais –, quando permitiria múltiplas e complexas (encantadas?) formas de representação.

A Cartografia moderna cada vez mais se encontrará na interface de arte e ciência, e ambas criatividade e imaginação serão exigidas para complementar as técnicas científicas de sofisticação crescente. Ao mesmo tempo, a disciplina cada vez mais se destacará pelo reconhecimento das consequências sociais e culturais dos mapeamentos, e pela necessidade de se examinar mais cuidadosamente todo um conjunto de questões relacionado à Cartografia no seu contexto social, tanto dentro como entre sociedades diferentes (TAYLOR, 1994, p. 9).

Sem embargo, a possibilidade de se poderem fazer mapas, diante da disseminação das suas ferramentas, não pode substituir ou secundarizar as questões relacionadas, como bem enfatizou o autor, com o seu “contexto social”. Caso contrário, se essa questão não for considerada, os *softwares* produtores de mapas, que propiciam a possibilidade factual de não engenheiros cartógrafos fazerem mapas, terminam por, continuamente, reproduzir a ordem simbólica padrão. Desta forma, o conceito “novo” é altamente desqualificado e resumido a um mero adjetivo, quando mapas diferentes são feitos pra comunicar de forma “nova” a retórica da modernidade. Santos (2023, p. 169), por sua vez, nos abrem os olhos,

[o] afastamento entre os grupos acadêmicos e ativistas de base e movimentos sociais cria condições para que a produção das cartografias ativistas recorra às ferramentas tecnológicas que exigem menos domínio técnico. Com isso, se aumenta a difusão de ferramentas mais intuitivas, de grandes empresas de comunicação (como a Google), o que acaba por envolver outras dimensões de poder e controle social na produção cartográfica: o controle das próprias ferramentas de produção. Tal produção, ao estabelecer possibilidades e limites aparentemente técnicos na elaboração de mapas, também estabelece controles sobre a produção de raciocínios espaciais. A quase onipresença da mesma ferramenta de produção nos mapas de grupos ativistas, propriedade de uma grande empresa multinacional de tecnologias de informação e comunicação, revela outras disputas de poder envolvidas nesse mapeamento.

Outra importante contribuição, feita por Castro (1999), demonstra, por meio de uma análise mais profundas sobre o SIG, que a narrativa perversa da neutralidade impressa e disseminada pelos mapas tecnocráticos também funcionam para as ferramentas (novas e disseminadas) que o produzem. Correlativamente, estas ferramentas são programadas para tal modelização, isto é, estão apoiadas de forma intencional e posicionada politicamente sobre uma gramática para a

configuração de um tipo mapa. Mapas com uma (sua!) linguagem para expressão do espaço geográfico a partir de uma (sua!) visão filosófica de mundo.

O geógrafo se utiliza, para uma maior compreensão desta denúncia, dos conceitos aristotélicos de *ser* e de *ente* para designar que o SIG, usado a partir da *aparência* simbólica eurocêntrica, corrompe com a *essência* das “informações geográficas” de territorialidades não-europeias. Percebe-se, desta forma, a condução de diferentes experiências territoriais para a produção de dados e de configurações cartográficas mesmas, sob um totalitarismo epistemológico da representação dos territórios.

Destarte, Castro conceitua o SIG, quando determina realidades dessemelhantes em opções marcadas de respostas, como *sig*, um *sinetizador de ilusões geográficas*, revelando ser o dispositivo um instrumento de ajuste das práticas e dos raciocínios espaciais aos moldes prescritos do método tecnificado moderno-colonial.

Os SIGs determinados exclusivamente por *sigs* estão prenhes de algo capaz de promover uma profunda transformação não apenas nos métodos e resultados obtidos pela pesquisa geográfica, mas, seguramente, sobre as próprias fundações epistemológicas da Geografia e sobre a natureza do trabalho do geógrafo (...) Como se pode perceber, o *sig* substantifica a noção de *geoprocessamento*, já considerada clássica dentro da Geografia. Uma noção que significa muito mais do que o uso comum dá a entender: uma técnica ingênua, caracterizada como o *processamento de dados* aplicado à Geografia. (...) Através dessa conjunção de interesses, métodos e técnicas, o *sig*, enquanto atual estandarte do geoprocessamento, guarda em si mesmo uma forte ambição, a de se tornar algo maior do que aparenta, uma entre tantas aplicações da informática. Sob sua aparência inocente, se insinua a aspiração de um novo *Discurso do Método*, promovido pela informatização. Desta feita, no entanto, não um discurso geral e metafísico, mas um concretamente encarnado em um artefato, pretensamente capaz de mimetizar, mais e mais, as formas de racionalização formalizadas pela *Modernidade*. (CASTRO, 1999, p. 13).

Coli (2010), contudo, contempla experiências cartográficas que, mesmo se utilizando de ferramentas hegemônicas como o *sig*, conseguem (disputam!) representar suas práticas territoriais sobre um viés autoral e situacional – estruturalmente crítico –, transgredindo temáticas e simbologias arquetípicas. Sinaliza para o nexo de uma divisão política sobre o instrumental, e, por consequência, sobre o poder do símbolo. Conceituada nos seus estudos como objeto fronteira, o autor não considera apenas a atribuição prévia de interpretar o *sig* – e, aqui estendemos a referência para a equipagem cartográfica de um modo geral

– como uma ferramenta sintetizadora de ilusões aos moldes modernos unicamente, como uma edificação monolítica autônoma. Do lado avesso, o sociólogo convalida tratar da (disputa) política também através (da disputa) do mapa, sobre a impressão de uma diversidade política em relação a sua serventia pré-programada, “uma construção resultante de negociações, onde forças sociais complexas e localmente contingentes produzem um SIG diferente (...) conecta[ndo] com sucesso perspectivas múltiplas, e mesmo opostas” (COLI, 2010, p. 96).

Harvey e Chrisman (1998, p. 1685), assim como Openshaw (1991) acima, nos diz que o SIG está em plena disputa, estritamente inserido nos dilemas e disputas políticas *sine qua non* do movimento da sociedade

Enquanto isso, o crescente fluxo de usuários espalhou-se para longe dos lagos originais do discurso disciplinar. Vários grupos sociais interagem no processo de desenvolvimento de uma tecnologia complexa como o SIG. Em suma, a tecnologia SIG não deve ser considerada como uma ruptura brusca no quadro conceptual de uma disciplina, mas sim estreitamente **ligada a um conjunto mais amplo de processos sociais, económicos e culturais**. (grifo nosso)

Ou também, como entende o geógrafo Mansilla Quiñones (2021, p. 185), que, ao produzir mapas junto a comunidades indígenas sul-americanas procura enfrentar uma série de predeterminações simbólicas do SIG, numa tentativa de reverter ao máximo o resultado configurativo pré-moldado para uma “dimensión ontológica” autóctone.

Así la cartografía social no se reduce solo a un taller participativo de mapeo en el formato de técnicas grupo focal, sino que a una estrategia más amplia que se encuentra inserta en un circuito de acciones políticas desplegadas por los grupos colonizados para poner en marcha su re-existencia territorial, es decir, recuperar el territorio y la dimensión ontológica que les han sido negadas por el colonialismo. Así, la cartografía social es una experiencia concreta que busca remarcar la presencia territorial frente a las geografías de las ausências

Este processo de desconstrução e reconstrução da cartografia sob o raciocínio espacial e protagonismo dos participantes/cartografados, requalificados como cartógrafos, objetiva um mapeamento que atenda às suas perspectivas simbólicas, que são, por sua vez, epistêmicas, políticas, territoriais, identitárias etc. Desta forma, o engajamento deste projeto ciberativista busca flexionar o SIG para,

junto da tematização dos grupos historicamente subalternizados, expressar ao máximo a sua simbologização.

Neste trabalho, Mansilla Quiñones (2021) relata em cinco pontos os principais enfrentamentos do processo cartográfico, no qual *relaciona* conhecimentos autóctones com científicos: (i) “desconstruir conceitos próprios da geografia”, no sentido da comunicação não se sustentar por conhecimentos prévios e convictos acadêmico-cientificista, seja no âmbito conceitual e/ou configurativo, facultando acesso e legitimidade para outras formas de conhecimento; (ii) “uso das línguas tradicionais” dos indígenas, para que a compreensão das informações, segundo a especificidade das formas da simbologia e, conseqüentemente, do significado, sejam entendidas e registrada integralmente; (iii) “Para quê? E Para quem produzimos estes mapas?”, define, ao fim e ao cabo, o lugar da assessoria ciberativista e dos grupos sociais protagonistas; (iv) “delimitação territorial”, com atenção para não atravessar territórios de outros grupos subalternizados, ou sinalizar enfaticamente no mapa em produção, situações em que há justaposição de/entre territórios desses grupos; (v) “conhecimentos secretos”, com referencia a informações que embora componham o processo no campo discursivo, continuem não aparecendo no mapa por questões estratégicas.

Os dados do recenseamento tematizados nos automapas digitais do CSOSP & NEGRAM, embora tenham em sua estrutura a, inequívoca rigidez dos trabalhos estatísticos e dos mapas de precisão, nos quais engessam sensíveis informações em pontos e vetores numa tela de computador, são constituídos por uma irrestrita autonomia simbólica/política inequívoca da autenticidade dos moradores de favela. Desta maneira, as 4 peças cartográficas (automapeamento, censo, cartografia social e mapas digitais) produzidas, persistimos, para além da sua virtualidade, são um produto original e autoral de mapeamento feito por seus próprios cartógrafos.

Assim como nos diz Openshaw (1991, p. 627), o preconceito sobre as limitações simbólicas que os SIGs trazem em sua essência devem ser conhecidos e expostos criticamente, pois somente assim podemos desviar de uma rejeição maniqueísta que, despreza suas potencialidades para a representação espacial, sobretudo, como “atores sociais”

Esta plataforma GIS fornece um amplo pano de fundo ou contexto no qual atividades mais detalhadas podem ser baseadas. O objectivo, porém, deverá ser sempre o de voltar a enriquecer o sistema de informação

subjacente. Por exemplo, a procura de descrever a dinâmica locacional de algo interessante pode muito bem centrar-se na necessidade de uma compreensão detalhada da tomada de decisões pelos actores sociais. No entanto, ainda há necessidade de ver este microcomportamento no seu contexto mais amplo e de regressar com uma melhor compreensão do nível micro à geografia do problema. Os dados necessários para desenvolver esta compreensão e o pensamento conceptual que constitui a compreensão podem fazer parte dos sistemas de informação subjacentes.

Isto significa que, ao fim e ao cabo, as diferenças, sobretudo, epistemológicas, que compõem o Ativismo Cartográfico do CSOSP, não se anulam, ao contrário, convergem para transformações, tanto no campo da linguagem cartográfica, corroborando para a criação e expressão de outros símbolos e temáticas possíveis, como no campo político, quando mapeiam outras formas de produção espacial apoiadas no raciocínio e visão espacial de cartógrafos do território cartografado.

5. CONCLUSÃO

Por meio dos debates sobre a importância e as disputas políticas pelo mapa na história, da breve leitura de experiências cartográficas em favelas, e da relatoria da experiência do ativismo cartográfico de agentes sociais do Morro da Providência no Rio de Janeiro, o presente trabalho buscou entender como se desenvolve o processo da produção de mapas por populações subalternizadas que não tiveram essa experiência historicamente.

Portanto, ao fim e ao cabo: quando moradores de favela – no nosso caso específico, do Morro da Providência – se tornam moradores de favela-cartógrafos? Ou, como o entendimento e a percepção de sujeitos coletivos de favela, sobre as suas práticas espaciais e situação político-econômica, podem ser transferidas e/ou transmitidas para/por mapas?

Primeiramente, como vimos com as contribuições de Cruz (2023), a evolução das pautas, agendas e agências são processos intrínsecos da organização e práticas dos movimentos sociais. A arquiteta ao estudar minuciosamente o processo de formação do Comitê SOS Providência, deu algumas pistas relacionadas a essas mudanças ou ampliação das práticas das organizações sociais que compõem o Comitê, quando diante de um quadro social grave de saúde pública passam a lidar com demandas diferentes dos seus objetos de ação original. A autora pergunta como entidades do campo cultural, diante de uma crise sanitária se “reconstroem” para o seu enfrentamento. Em uma das suas conclusões indica que a ordem dos processos de subalternização contra os moradores de favela, da matriz de poder branco-cristã que vimos com Grosfoguel (2008), que inclui hierarquizações estruturais e superestruturais compõem, do lado dos moradores de favela, processos de organização de/para a ação crítica com a mesma inter-relação. Grafitar imagens nos muros do Morro que expressam as histórias desse lugar pelos próprios moradores como fazem a trupe do Galeria Providência significa disputar a narrativa enviesada da matriz mencionada, se não em todos, em muitos dos seus pretensos domínios. Ou de fazer excursões por entre as vielas do Morro como promove a Proviturismo, formando e disputando um imaginário sobre a favela diverso da do estigmatizado pela modernidade. Processo muito similar do que fizeram os MMs com a cartografia dos circuitos do Morro a partir das suas “visões”.

Ou seja, a especificidade de ação em um campo, no caso dos diferentes sujeitos que compõem o CSOSP, não impede, muito pelo contrário, de produzir e assimilar conhecimento sobre o território e sobre as demandas da população, sobre os processos de marginalização, como também do seu alto poder de mobilização. Assim, o redirecionamento das ações dos agentes é acionado.

A partir desse ponto, uma segunda situação foi considerada com relação aos raciocínios espaciais que levariam a construção dos mapas da Providência pelos moradores: a des-re-territorialização das imaginações e opiniões. Este movimento de desconstrução e reconstrução das análises e das ações consideramos ser de grande importância, pois, um dos desdobramentos constatados neste processo foi justamente a desnaturalização sobre as configurações materiais e culturais espacializadas durante o trabalho de campo.

Esta condição situacional é imanente dos processos sincrônicos de transformações do pensamento e da compreensão, sobretudo, crítica do discurso que a neutralidade moderna chama de “realidade”. Podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, é a operação da linha de fuga, e a reterritorialização é o movimento de construção do território (Deleuze e Guattari, 1997b:224, apud HAESBAERT, 2004, p. 127). Abandonar o território, contudo, não significa desabitá-lo em definitivo, mas desnaturalizá-lo. Questionar o que está posto como verdade ou senso comum sobre a paisagem e sobre os seus significados e valores naturalizados, por outro prisma, significa complexificar as dimensões subjetivas a partir da leitura crítica e, sem demora, a produção de respostas e/ou simbologias diversas e autônomas. Mansilla Quiñones (2021, p. 184), nesse sentido diz que este tipo criticamente engajado de ativismo cartográfico é irreduzível a um manual de utilização. Pelo contrário, cada experiência cartográfica adquire um carácter situado no quadro dos territórios, das culturas e das práticas espaciais em que se inscreve para quem se prepara para cartografar.

É justamente a partir desta questão, sobre a influência desse carácter situacional, ou como disse Harvey (2013), de quando o mundo relacional de experiência e informação se internaliza no sujeito político, que se buscou investigar o processo que qualifica o sujeito coletivo Comitê SOS Providência em cartógrafos. Assim como é imprescindível valorizar o *lócus* de enunciação do evento (espaço absoluto – cartografia de precisão), é fundamental, conjuntamente, apreciar seus impactos reflexivos do conjunto das informações num espaço-lugar (espaço

relacional – cartografia situacional). Esta análise, inclusive, é o que consubstancia uma das questões centrais da Geografia na luta pelo desfazimento de uma versão da história da humanidade única: o porquê de um fenômeno político, econômico ou até mesmo natural acontecer em um determinado lugar e não em outro, ou o porquê de um mesmo fenômeno ter impactos e desdobramentos distintos a partir de lugares distintos. Esta ordem não se resume, tampouco, se estrutura, nas diferenças entre situações e resultados ocasionais que se apresentam *a priori*, mas, na realidade se trata de um sistema estruturado e estruturante, ou seja, da correspondência interdependente entre lugares (e raças, e capitais) concentradores de riquezas e lugares e raças da exploração e estigmatização.

Portanto, foi entendido, que os processos de transformações, reconstruções e complexificações que compõem os ativismos sociais dos moradores do Morro da Providência, suas práticas – dentre elas a de fazer mapas – e pensamentos, posicionamentos, simbologias de poder, tomadas de decisão e ação passam pelo entendimento e (re)conhecimento dos processos políticos escalares da subalternização histórica e geográfica que a atravessam. Dessa forma, as experiências de ativismos cartográficos nas quais a produção dos mapas é factualmente exercida pelos sujeitos do território, Acseirad (2024) disserta que o protagonismo dos próprios grupos tende a ocorrer quando o mapeamento aparece como extensão do repertório de ações já por eles previamente experimentadas e não através de uma simples possibilidade de “participação” oferecida por instâncias externas aos grupos.

É assim também que entende Santos (2006), quando nos fala que a “transformação social” tensionada a partir da “dimensão interna” dos grupos sociais protagonistas do processo, para além (ou conjuntamente) da contribuição de agências externas, é “revolucionária”, pois está compreendido um processo de ação a partir de um lugar também epistêmico, no qual escapa inclusive da objetividade da crítica estruturalista típica de posicionamentos maniqueístas institucionalizados. As dimensões internas ou “desenvolvidas no cotidiano” dos moradores de favela propõem respostas para além do quadro economicista e/ou culturalista, são as duas e nenhuma delas ao mesmo tempo, é situacional, é contraditória, é reformista e revolucionária, é absoluta e relacional. É “a ação social na forma de caridade, movida por valores solidários, mas negando a política; estabelecimento de apoio mútuo e pressão; busca interlocuções em diversos planos e espaços;

estabelecimento de discursos e construção de redes discursivas e de identidade”. É o *thirdspace* como lugar metodológico, político e da prática! É a escuta e reflexão das respostas da população do questionário do censo popular junto de conversas sobre outras situações do Morro; são agenciamentos com entidades acadêmicas, do Estado, com ONGs, politicamente alinhadas e/ou antagônicas, são as andanças pelo território por regiões não antes percorridas, por vezes, nem conhecidas pelos próprios moradores; são as aulas de cartografia no âmbito cartesiano como no âmbito almeidiano; é o processo de toponimização e de decisão sobre as fronteiras; são as séries de escutas de lideranças de fora como de palestras das lideranças de dentro do Morro etc.

Entretanto, mesmo diante de tamanhas flexibilidades práticas e políticas, as mencionadas relações e ações não deixam de estarem sustentadas sob um posicionamento ou perspectiva de favela. Observamos que mesmo com profundas diferenças e divergências, inclusive, na dimensão interna do Comitê, prevalece o que Tarrow (2009) chamou de “enquadramento interpretativo”, que não se relaciona apenas à generalização dos descontentamentos, mas define o “nós” e “eles” na estrutura de conflito de um movimento, os limites dos seus adeptos futuros, assim como definem seus inimigos.

Assim sendo, os moradores do Morro da Providência no processo de formação em cartografia são provocados a conceberem outras formas de ver, vivenciar e pensar o seu lugar. Raciocinar espacialmente a partir da pesquisa-ação dos dados termina por desnaturalizar o senso comum sobre o lugar em que vivem e a sua opinião sobre sua condição sociológica, assim como, pensam (e decidem) as melhores formas de colocarem isso num mapa. A favela nesta situação é lugar de morada e campo de pesquisa. Logo, a intervenção neste lugar/campo promove trocas de experiências fundamentais para o desfazimento de rótulos ou da invisibilização de determinadas situações, pois ultrapassa o trato quando somente vizinhos. A relação aqui não é informal, tampouco um interrogatório técnico como os característicos de institutos de fora do Morro.

O que se configura, ao fim e ao cabo, é uma relação de reconhecimento mútuo entre as partes, mas de análise também, que, como entende Acselrad e Coli (2008, p. 38), ao “ligar os atores e o território, e construir o território com os atores e, mobilizar estes atores através do território, [temos] a hipótese de que, nesta relação, uns e outros se transformarão”.

A divulgação, por exemplo, dos cuidados pertinentes da contaminação da Covid-19 e da agenda e dos locais dos centros de apoio na região na composição do contato ultrapassa qualquer fase de uma objetiva doação, transforma tanto um como o outro. O que seria inicialmente um procedimento de contabilidade populacional e de repasse de alimentos e utensílios transforma-se em conhecimento – ou reconhecimento – de ambos os lados da prancheta.

A partir desta situação, em que o sujeito subalternizado é o próprio cartógrafo do espaço produzido e/ou demandado por ele, é ele próprio o produtor da sua representação (e tematização), foram identificados os processos que lhe concernem o poder simbólico, tanto imaginativo, quanto o de disputas política e territorial.

O CSOSP, a partir da produção cartográfica, de mais essa forma de poder, usa os mapas, não como reflexo gráfico de dados recolhidos da realidade, mas como representação que inscreve sobre a realidade de leituras produzindo novas espaçotemporalidades (NACIF e NAME, 2010, p. 6). Mais do que informar, enquanto raciocínio espacial (Lacoste, 1988) textualizado em uma (e, através de uma) ferramenta de visualização (Harley, 2009), a representação cartográfica constitui uma leitura da realidade, que orienta comportamentos. (SANTOS, 2013, p. 146).

Com isso, o CSOSP ao fazer os seus mapas, busca registrar cartograficamente outras interpretações sobre a “realidade”, afirmar/disputar o seu valor disputando assim também o *status quo*.

Em resumo, foi observado, com a experiência do ativismo cartográfico do Comitê SOS Providência, a proposição para com outra ciência cartográfica – mesmo que se utilizando ainda das ferramentas e SIGs que, como foi visto, reduzem e/ou condicionam as formas de se pensar e representar cartograficamente. O que vale ressaltar é a ruptura sobre a hegemonia institucional da produção cartográfica, sobre os que tomam a decisão sobre o que vai ou não para o mapa. Ruptura que demonstra que mapear agora, também se realiza a partir das relações simbólicas do quadro das experiências, como enuncia Muniz Sodré (2002), e não unicamente sobre as normas técnicas sentenciadas por técnicos sentenciadores. A condição do sujeito subalternizado como cartógrafo torna-se uma contundente forma de disputa/crítica política, ou seja, da coexistência e, de implicações e, de contrassensos e, de diversidades de inúmeras perspectivas e entendimentos políticos sobre a vida e sobre a ciência, e, especialmente sobre as imagens, como pensou Haraway (1995, p. 33): imagens não podem ser visões de cima, mas sim a junção de visões parciais

e de vozes vacilantes numa posição coletiva de sujeito que promete uma visão de meios de corporificação finita continuada, de viver dentro de limites e contradições, isto é, visões desde algum lugar.

Em suma, com a represent-ação da causa/temática decidida pelos cartógrafos do CSOSP, do seu lugar, foi percebido uma exposição e uma desqualificação da racialização/hierarquização das relações sociais que estão representadas/naturalizadas no quotidiano Moderno. As perguntas propostas no questionário sobre a predominância, por exemplo, de qual a raça e classe morrem em uma pandemia, observamos nos mapas a possibilidade de resposta que possivelmente não teríamos no contexto da cartografia tecnocrática.

O Ativismo cartográfico do CSOSP, com a autoprodução de signos e de significados cartográficos enfrentou desta forma, três situações: (i) materializou a disrupção da exclusividade/totalitarismo do cientificismo de sentenciar o símbolo que é legítimo e o que não é; (ii) situou a simbologia estatal como apenas mais uma das orientações possíveis, e; (iii), concretizou a (auto)crítica ferrenha de Massey (2004, p. 15), na qual condiz que reconhecer que os outros realmente existentes podem não estar apenas nos seguindo ao academicismo/cientificismo, mas tem suas próprias histórias para contar.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; COLI, Luis R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. *In*: Henri Acselrad (Org.). **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro – UFRJ – IPPUR – 2008. p. 13-44.

_____. Cartografias e direitos. 2024. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/cartografias-e-direitos/>. Acessado em: 07/05/2024.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de, **Carajás: A guerra dos mapas**. Belém : Falangola, 1993.

_____. Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. *In*: **Povos e comunidades tradicionais**: nova cartografia social. Emmanuel de Almeida F. Jr. (Org.): Manaus: UEA Edições, 2013. p. 155-171.

_____. Mapas e museus: uma nova cartografia social. *In*: **Revista Ciência e Cultura**. vol.70 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2018.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo I tradução Denise Bottman.- São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático *In*: Pierre Bourdieu, **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação, Campinas, Papirus Editora, 1997. p. 91-123.

CARTOGRAFIA SOCIAL URBANA: impactos do desenvolvimento e da violência institucional na vida das mulheres moradoras do Caju e de Manguinhos/Rio de Janeiro - Rio de Janeiro – 2015 1ª edição ISBN 978-85-86471-83-4.

CASTRO, M. C. de. SIG - **Sistema de Informação Geográfico ou sig - sintetizador de ilusões geográficas** – Desconstruindo uma formação discursiva. Tese defendida para obtenção de título de Doutor PPG em Geografia UFRJ, 1999.

CASTRO-GÓMEZ, S. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. *In*: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (Org.) – Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

COLI, Luis R. Sistemas de Informação Geográfica e iniciativas participativas de mapeamento: estratégias, ambigüidades e assimetrias. *In*: Henri Acselrad (Org.). **Cartografia Social e dinâmicas territoriais**: marcos para o debate.. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2010. p. 93-122.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org). **Pensamento feminista** - conceitos fundamentais, Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 271-312.

CORREIA, Cloude de S., **Etnozoneamento, etnomapeamento e diagnóstico etnoambiental**: representações cartográficas e gestão territorial em terras indígenas no estado do Acre. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (DAN/UnB), 2007.

COSTA, Valéria G. Rediscutindo o espaço-favela : sobre a operacionalização da pesquisa em favelas - o caso do município do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**. Vol. 58 n° 1/4 jan/dez. 1996. p. 25-36.

CRUZ, Giovana. **Redes de ação cultural na região portuária do Rio de Janeiro** : sujeitos, articulações e ocupações no tempo presente / Tese defendida no Programa de Pós-Graduação da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (EAU/UFF), 2023.

DUSSEL, Enrique. **1492**: El Encubrimiento del Otro: Hacia el Origen del «Mito de la Modernidad», La Paz, Bolivia, Plural Editores, 1994.

FERRAZ, Nicoli Santos. Mapeamento participativo das favelas do Rio de Janeiro : do vazio cartográfico ao espetáculo da integração. **Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro**, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2016.

FINOL, J. Antropo-Semiótica y Corpóscera: Espacio, límites y fronteras del cuerpo. **Revista Opción**, Año 30, No. 74, 2014. p. 154-171.

GONÇALVES, R. S. Censos e favelas cariocas: evolução de um conceito censitário. **Anais do Museu Paulista São Paulo**, Nova Série, vol. 28, 2020.

GRAMSCI, Antonio. (Coutinho, Carlos Nelson, ORG.). **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2011.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº80, 2008.

GUIA DE RUAS DA MARÉ. Redes da Maré e Observatório de Favelas (Orgs.). 2014. Disponível em: <https://observatoriodefavelas.org.br/acervo/guia-de-ruas-da-mare-2014/>. Acessado em: 04/03/2021.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALE, Charles R. Entre el mapeo participativo y la “geopiratería”: las contradicciones (a veces constructivas) de la antropología comprometida. Prácticas otras de conocimiento(s) : Entre crisis, entre guerras / Leyva, X. J. Alonso, R. A. Hernández, A. Escobar, A. Köhler ... [et al.]. - 1a edición digital - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Chiapas: Cooperativa Editorial Retos; Lima: Programa Democracia y Transformación Global (PDTG); Copenhagen: Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas (IWGIA); La Habana: Talleres Paradigmas Emancipatorios-

Galfisa; Coimbra: Proyecto Alice - Espejos Extraños, Lecciones Insospechadas; Guadalajara: Taller Editorial La Casa del Mago, 2018. Tomo II, Libro digital, PDF, p. 299-320.

HALL, S. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. *In*: Liv Sovik et al (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5) 1995.

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder - **Confinos** 5 | 2009.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, 14(28). 2013.
<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2012.v14i28.a13641>

HARVEY, F., CHRISMAN, N. Boundary objects and the social construction of GIS technology. **Environment and Planning A** 30 (9), 1683–1694; 1998.

LACOSTE, Yves. **A Geografia** – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra – Campinas, SP: Papirus, 1988.

MANSILLA QUIÑONES, Pablo. Descolonizando el mapa: marcando presencias y ausencias geográficas en cartografías de re-existencia. *In*: CATTANEO, D. et al (Orgs), **Geografias das R-existências**. Ponta Grossa, PR: Monstro dos Mares, 2021, pg. 173-194.

MASSEY, D. B. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade / Dooren Massey; tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MAPA SOCIAL DO CORONA. Caderno 1 – Cartografia Social da Covid-19 na cidade do Rio de Janeiro. Observatório de Favelas (Org.), 2020. Disponível em <https://observatoriodefavelas.org.br/cartografia-social-da-covid-19-na-cidade-do-rio-de-janeiro/>. Acessado em: 03/03/2021.

_____. Caderno 7 – Racismo Estrutural e o Impacto da Covid-19 no Rio de Janeiro. Observatório das Favelas, 2020. Disponível em: <https://observatoriodefavelas.org.br/acervo/mapa-social-do-corona/>. Acessado em 03/03/2021.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno; MOLICA, Orlando. **Quando a rua vira casa**. Apresentação da quarta edição (Felipe Veiga e Soraya Simões), RJ : Eduff, 2017.

MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. **Governando o presente**, SP: Paulus, 2012.

MIGNOLO, W. D. **Desobediência epistêmica**: a opção descolonial e o significado de Identidade *em* política. *In*.: Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, 2008.

MOTTA, Eugênia. **Resistência aos números**: a favela como realidade (in)quantificável. In: *Mana* 25(1): 072-094, 2019.

NASCIMENTO, E. L. **Pan-Africanismo na América do Sul**. Emergência de uma rebelião negra. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

NACIF, C. L. ; NAME, Leonardo. **Vai para o mapa ou não vai?** Reflexões sobre o planejamento urbano participativo na perspectiva de uma cartografia crítica. In: Colóquio Território Autônomo, 2010, UFRJ, 2010. Colóquio Território Autônomo, 2010.

OPENSHAW, S. A view on the GIS crisis in geography, or, using GIS to put Humpty-Dumpty back together again. *Environment and Planning A* 23, 621-8; 1991.

PNCSA. <http://novacartografiasocial.com.br>

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Para além da crise de paradigmas**: a ciência e seu contexto. Revista América Latina em Movimento. 2012.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: B. de S. Santos; Maria Paula Meneses (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo : Cortez, 2010.

_____. In: MIGNOLO et al. **A modernidade é de fato universal?** Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 381-402, jul.-set. 2015.

ROLNIK, Raquel. A Covid-19 e a guerra dos lugares na cidade (entrevista). 2020. https://www.ufpe.br/ppga/noticias/-/asset_publisher/oWaVxar42FhR/content/anthropologicas-podcast-a-covid-19-e-a-guerra-dos-lugares-na-cidade-raquel-rolnik-fau-usp-39562.

RAMOS, G. A. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

SAID, Edward. **Orientalismo**: O Oriente Como Invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SÁNCHEZ, F. e MOREIRA, P. C. Introdução: a cartografia como ferramenta epistêmica e política. In. **Cartografias do conflito** : Rio de Janeiro [recurso eletrônico] / organizadoras Fernanda Sánchez, Paula C. Moreira. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2019.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. “Moço, eu vim por causa do movimento” ou A crença numa cidade democrática neste mundo. In COSTA, Maria de Lourdes Pinto Machado e SILVA, Maria Laís Pereira da (org.): **Sementes Urbanas 2**. Niterói: EdUFF, 2017. pp.: 202-211.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Renato E. dos. **Agendas & agências**: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes. Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFF. 2006.

_____. O ensino de Geografia e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639. In: SANTOS, R. E dos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**: o negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. Relatório Faperj – Projeto: “**Cartografagens da ação e dos conflitos sociais**: análise comparativa de observações e representações do espaço-tempo do fazer político”, 2010.

_____. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. **Revista Geográfica de América Central** Número Especial EGAL – Costa Rica, 2011. p. 1-17.

_____. **Disputas cartográficas e lutas sociais**: sobre representação espacial e jogos de poder. XII Colóquio de GeoCrítica. Bogotá. 2012.

_____.; SILVA, K. S.; RIBEIRO, L. P.; SILVA, N. C. Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo?. In: RENA, Natacha et al. (Org.). **Anais do Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico**. V. 1. Belo Horizonte: Fluxos, 2018. pp. 464-491.

_____. **Disputas de lugar e a Pequena África no centro do Rio de Janeiro**: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo? Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico / Organizadores Natacha Rena, Daniel Freitas, Ana Isabel Sá, Marcela Brandão – Belo Horizonte: Fluxos, 2018. p. 464-491.

_____. **Repertórios espaciais de ação na luta anti-racismo**: o caso da pequena África no Rio de Janeiro. In.: Cartografias do conflito : Rio de Janeiro [recurso eletrônico] / orgs Fernanda Sánchez, Paula C. Moreira. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2019.

_____. Reflexões necessárias num 13 de maio em contexto de pandemia. **Boletim IPPUR n20/2020**. <https://ippur.ufri.br/reflexoes-necessarias-num-13-de-maio-em-contexto-de-pandemia/>

_____. Cartografias no contexto da COVID-19 no Brasil. **Journal of Latin American Geography**, Volume 22, Number 2, September 2023.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira / Muniz Sodré. - Rio de Janeiro: Imago Ed.; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

SOJA, E. **Thirdspace**: Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places. Oxford: Basil Blackwell. 1996.

TANAKA, G.; OLIVEIRA, F. L.; COLI, L. R. Planejamento autônomo e ação política na produção da cidade: movimentos, mobilizações e direito à cidade no Brasil contemporâneo. Em: RISEK, C. S.; ALMEIDA, L. (Eds.). **Movimentos Sociais na Cidade e no Campo: Olhares e Questões Contemporâneas**. 1. ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2022.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TAYLOR, D. R. Fraser. Uma Base Conceitual para a Cartografia: Novas Direções para a Era da Informação. **Caderno de Textos** – Série Palestras, São Paulo, v. 1, n.1, p. 11-24, ago., 1994.

VIANNA JÚNIOR, Aurélio. O reencantamento da cartografia. **Le monde Diplomatique Brasil** : Mapas e identidades – Junho/2009. p. 36-37.

WACQUANT, Loïc. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente, **Caderno do CRH** (Salvador, Bahia), 65, maio 2012. p. 285-298.

WEBER, Max. **A Gênese do Capitalismo Moderno**. São Paulo: Ática, 2006.

WESSELING, In: BARBOSA, E. S. Conferência de Berlim 1884-1885, In.: MAGNOLI, D. (Org.) **História da Paz**, São Paulo : Ed. Contexto, 2008.